

Praia Grande/SP | 28 a 30 de março de 2025

CADERNO DE RESOLUÇÕES

**10° CONGRESSO
CNOQ**

CONECTANDO O RAMO, FORTALECENDO A LUTA



Companheiros e Companheiras do Ramo Químico da CUT:

Realizamos o 10º Congresso Nacional da CNQ/CUT num momento muito importante da conjuntura econômica e política em âmbito nacional e internacional.

Em nível internacional, o mundo segue atônito sentindo os efeitos das políticas protecionistas e liberais implantadas por Donald Trump nos EUA, impondo tarifas comerciais aos países da Europa, América do Norte, América Latina, América Central, Oriente médio, Ásia e Continente Africano, com impactos ainda imprevisíveis para todos os países. No que se refere as guerras entre Rússia e Ucrânia, e, Israel e Palestina, Trump tem apresentado proposta em nome de um suposto processo de paz, que nada mais tem do que a gana de “abocanhar” riquezas destes países.

No Brasil, desde a vitória de Lula nas urnas em 2022, o Governo vem realizando nestes dois anos e meio um mandato de reconstrução do Estado Democrático de Direitos, fortalecendo a Democracia e as instituições e retomando/recuperando políticas públicas e sociais que foram degradadas no governo anterior.

A cenário econômico vem se recuperando mesmo que lentamente, levantamentos apontam importante crescimento nos índices de geração de empregos e oportunidades, mesmo assim, o “discurso” mentiroso da grande mídia e do setor financeiro pregam o caos, que se somam as “fakes news” da oposição gerando um clima de incerteza no país, evidenciando que o cenário eleitoral de 2026 será de muita disputa.

Há no Brasil setores retrógrados na sociedade que teimam em não aceitar o resultado das urnas, optando pelo terrorismo político, e mesmo que já não defendem de forma aberta o golpe após os acontecimentos de 08 de janeiro de 2023, atuam através do parlamento fazendo o governo refém, que para garantir o mínimo de governabilidade, tem de ceder a negociatas de emendas parlamentares que levam ao “sequestro” do orçamento público e “barganha” de cargos, indicações e concessões à partidos “aliados”.

É imperativo que o Governo Federal busque uma maior aproximação com setores do campo democrático-popular, bem como, estabeleça novos canais de comunicação com a população em geral, pois, já está demonstrado na prática que não há saída se não houver uma aliança no campo da esquerda para garantir a manutenção das conquistas sociais.

Isto posto, os Delegados e Delegadas do 10º Congresso da CNQ/CUT foram enfáticos em dizer que não podemos e não iremos sob nenhum pretexto abrir mão de direitos duramente conquistados, bem como, atuaremos com firmeza em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pelo fim do 6X1 e sem anistia para os golpistas.

Finalizamos desejando à todos e todas muitas lutas, avanços e conquistas, pois é isto que a classe operária espera de suas lideranças e seus instrumentos de luta.

Uma boa leitura! A luta continua e é contínua!

GERALCINO SANTANA TEIXEIRA – PRESIDENTE DA CNQ/CUT

ÍNDICE

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL	03
2. CONJUNTURA NACIONAL	12
3. COP 30 E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	19
4. CONJUNTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA	29
5. CONJUNTURA SETORIAL DO RAMO QUÍMICO	32
6. BALANÇO DO MANDATO 2021/2025	46
7. DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA SEM PERDER A AUTONOMIA	52
8. POLÍTICAS TRANSVERSAIS: GÊNERO, JUVENTUDE, RACIAL, POLÍTICAS SOCIAIS POLÍTICA SINDICAL, FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, APOSENTADOS E PENSIONISTAS	56
9. PLANO DE LUTAS E AÇÕES PARA O QUADRIÊNIO 2025/2029	78
10. MOÇÕES	93

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Desde a posse de Donald Trump, em 20 de janeiro de 2025, o mundo acompanha apreensivo os anúncios de políticas orientadoras que vêm sendo anunciadas para seu mandato, dando assim, materialidade as suas ideias e suas promessas de campanha.
2. É importante salientar que ele não fará tudo sozinho, já que foram nomeados para o primeiro escalão nos principais cargos do governo, personagens de grande poder econômico, representantes de setores mais ricos do mundo, em especial, no que se refere aos meios de comunicação, inteligência artificial e setores industriais tradicionais, que além de compartilhar lealdade ao comandante-chefe, também trazem suas próprias ideias e interesses econômicos e ideológicos que influenciarão a agenda apresentada por Trump.
3. Entre as suas primeiras medidas de governo, está a agenda chamada por Trump de "América First"- "primeiro os Estados Unidos", que poderá afetar a vida de milhões de pessoas além das fronteiras americanas, agenda que segundo ele, dará início a uma nova "era do ouro" para o país, da qual integram medidas consideradas de "emergência nacional" na fronteira com o México, que está ancorada no combate ao que ele chama de "imigração ilegal" através de uma forte política de deportação de milhões de imigrantes trabalhadores de todo o mundo, que não tem o "Green Card", sem levar em conta aspectos humanitários essenciais como o combate ao crescimento econômico e comercial da China, o "redesenho" de limites geopolíticos mundiais, ameaçando e afrontando a soberania de países da Ásia, Europa, México, América Central e América Latina, dentre elas se destacam o controle do canal do Panamá, mudança do Golfo do México para Golfo da América, anexação da Groelândia, que apesar de consideradas propostas irreais, são utilizadas como cortina de fumaça para encobrir outros temas como o encerramento de programas de diversidade ao dizer que o Estado tem que ser "cego" para diferenças raciais, de reconhecer apenas a existência de dois gêneros, masculino e feminino e ser baseado na meritocracia.
4. Está na pauta também o debate sobre a redução do tamanho da estrutura do governo americano, incentivo a setores de produção de combustíveis fósseis, indo na contramão do resto do mundo que está preocupado com os reflexos das alterações climáticas e a transição para energias limpas e renováveis, temas que já fazem parte da economia global. Preocupa o mundo ao anunciar que os EUA estarão fora do Acordo de Paris e que derrubará as proteções de áreas com espécies ameaçadas e incentivará a criação de novos campos de exploração de petróleo, bem como abrirá novas áreas para mineração na busca de energia mais barata.
5. Anunciou a retirada de apoio financeiro dos EUA da OMS – Organização Mundial da Saúde, vale lembrar que os EUA foi um dos membros fundadores desta organização em 1948, após a Segunda Guerra Mundial e que sempre participou ativamente da formação e governança do órgão, organização ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e tem como função auxiliar nas crises sanitárias, como ocorreu recentemente com a COVID, além da malária e da AIDS, na década de 80, colocando com isso em risco as pesquisas na área de saúde no mundo inteiro por falta de investimento e comprometimento financeiro, e essas perdas são de mão dupla, já que os americanos também vão perder em termos de pesquisas avançadas que ocorrem no mundo justamente porque estarão longe desses dados.

6. Com a retirada dos Estados Unidos, é possível que outro país ocupe esse espaço e tudo indica que seja a China “segunda maior economia do mundo”, pois se trata de um espaço geopolítico, e a China, certamente ocupará esse espaço. Vale lembrar que esta não é a primeira vez que os Estados Unidos deixam a OMS, na última vez, a decisão foi no final do seu primeiro mandato e não teve grande repercussão.

O Governo Trump e a Europa

7. Desde a eleição do presidente Donald Trump, o continente europeu se mostra muito mais preocupado com as políticas anunciadas e que impactam diretamente a Europa. Vale lembrar que a Europa enfrenta uma série de dificuldades domésticas, especialmente nos principais países da União Europeia, Alemanha e França, que estão atoladas em dificuldades políticas e econômicas. A União Europeia, como um todo, perde espaço em relação a China e aos Estados Unidos, em termos de competitividade, e no Reino Unido, o estado dos serviços públicos é lamentável, o que coloca em voga a seguinte pergunta: Será que o velho continente está preparado para enfrentar tudo isso?
8. A Alemanha está passando por um momento muito turbulento. Seus indicadores econômicos estão há anos deixando a desejar e ameaçam seu status de "milagre econômico", já que o país não é mais o "campeão mundial de exportações", como era conhecido nos mercados internacionais e a fragilidade da principal economia da zona do EURO fará sofrer também os países vizinhos.
9. No auge da hiper globalização, a Alemanha chegou a ser o maior exportador do mundo. O gás russo fornecia combustível barato às suas indústrias e a China era um grande parceiro comercial, mas, esse mundo com a Alemanha no topo já não existe mais, acontecimentos como o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia), as tarifas anunciadas por Trump, a guerra entre Ucrânia e Rússia e a ascensão da China, que passou de compradora a concorrente, afetaram seu modelo industrial.
10. O milagre econômico alemão começou depois da Segunda Guerra Mundial, no fim da década de 1940, um período de novas empresas e muito dinamismo na economia, com base na engenharia e na indústria.
11. Os oleodutos e os reatores nucleares foram as engrenagens que impulsionaram a economia alemã. Eram a força vital do seu modelo industrial. Foram estes oleodutos que mais tarde dariam à Alemanha acesso ao petróleo norueguês e ao gás russo. Essa primeira fase do milagre durou até o início da década de 1970.
12. O período de 1980 a 1990 foi mais problemático porque a unificação custou muito dinheiro. Mas em 2005, chegaria uma segunda fase de crescimento e prosperidade conhecido como "milagre alemão moderno" que durou até aproximadamente 2018.
13. Em termos de dados e estatísticas publicadas, o fim do milagre econômico se deu por volta de 2018, porém, tem sido um processo progressivo, cujas causas remontam a muitos anos atrás. O que aconteceu com a Alemanha é que ela se tornou muito dependente de algumas indústrias, em especial da indústria automotiva. E hoje, a maioria dos grandes países, como Estados Unidos, China, Brasil e Japão, possuem indústrias diversificadas, que não dependem mais de um ou dois setores.

14. O fechamento das centrais nucleares e o fim da energia barata se deram a razões políticas e não econômicas. A Alemanha se tornou muito dependente dos automóveis, dos produtos químicos e também das máquinas de engenharia mecânica. Essas três indústrias eram extremamente importantes para a economia alemã e sofreram problemas semelhantes desde 2018.
15. Um deles foi a crise do aumento dos preços da energia, que se tornou um problema específico após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia. O setor automotivo, não conseguiu inovar, não está na vanguarda dos veículos elétricos, continuou vendendo seus automóveis antigos movidos a combustível e investiu em tecnologias erradas, e o que vemos agora é que os alemães ficaram para trás, tendo a Tesla e os chineses líderes da produção de veículos elétricos.
16. Na França a situação não é muito diferente, apesar de se manter como a 7ª maior economia do mundo e a 2ª maior da União Europeia, o crescimento econômico dos últimos anos é muito tímido.
17. Nos últimos anos, a economia francesa passou por diferentes desafios que afetaram significativamente o país, levando a uma desaceleração do crescimento econômico com a inflação no bolso do consumidor.
18. Para entender melhor o cenário atual, é preciso fazer um recorte de quatro momentos históricos das duas últimas décadas para a economia francesa: a crise de 2008, a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia e a recente guerra em Israel.
19. Estes cenários retratam uma certa estagnação econômica que reflete diretamente no PIB, ampliando a dívida pública, com oscilação na inflação e taxa de desemprego, problemas relacionados a imigração e reformas feitas pelo governo, destacando entre elas a reforma da previdência que gerou muita insatisfação e clamor popular.
20. Nos demais países da Europa, os cenários econômicos não estão diferentes das realidades de Alemanha e França, com o agravamento específico do Reino Unido advindos, em especial, após o Brexit.
21. Quando o assunto é comércio e defesa, Trump age mais como um homem de negócios do que como um chefe de Estado americano que valoriza as alianças transatlânticas que datam da Segunda Guerra Mundial.
22. Ele simplesmente não acredita em parcerias onde todos ganham, ou seja, ele observa o mundo com a premissa de que existem vencedores e vencidos.
23. Trump está convencido de que a Europa se aproveita dos Estados Unidos há anos e que isso precisa ter um fim. Em vez de concentrar sua ira nos países que ele reconhece como ameaças estratégicas, como a China, ele preferiu criticar publicamente os aliados dos Estados Unidos na Europa e Canadá.
24. Trump acena com a possibilidade de abandonar a OTAN – Aliança Militar Transatlântica que garante a segurança da Europa há décadas. Ele declarou que "incentivaria" a Rússia a fazer "tudo o que quisesse" com seus aliados europeus se eles "não pagarem" muito mais e ampliarem seus gastos com a defesa.

25. Em relação ao comércio, Trump claramente está agora mais furioso com a União Europeia do que durante seu primeiro mandato. O bloco vende muito mais para os Estados Unidos do que importa. Em janeiro de 2022, o superávit comercial era de 15,4 bilhões de euros (cerca de R\$ 96,7 bilhões).
26. Qual é a resposta de Donald Trump? Ele disse que irá impor a tarifas generalizadas de 10% a 20% sobre todas as importações e impostos ainda mais altos sobre certos produtos, como automóveis.
27. Este cenário é desastroso para a Alemanha, que depende das exportações e da indústria automobilística em particular. Sua economia já está trepidando e por se tratar da maior economia da zona do euro, as dificuldades financeiras da Alemanha ameaçam prejudicar a moeda e o continente como um todo.
28. Já o Reino Unido espera evitar as tarifas de Trump porque não detém esse desequilíbrio comercial com os Estados Unidos, mas, o país pode muito bem ser atingido pela onda de choque, no caso de uma guerra comercial entre os EUA e a União Europeia.
29. O estilo enérgico de Trump pode não surpreender seus aliados, mas o verdadeiro enigma para a Europa, agora, é sua imprevisibilidade. Quanto de Donald Trump é fanfarronice e intimidação e quanto é promessa de ação? Parte significativa dos líderes europeus acreditam que as ameaças de tarifas de Trump são reais e que a Europa está longe de estar preparada para elas.
30. Na verdade, parece que ninguém está verdadeiramente preparado, uma vez que esta abordagem muito diferente do comércio global abala muitos alicerces da economia internacional, que passaram décadas evoluindo.
31. A Comissão Europeia afirma que está pronta para qualquer medida de Trump no seu retorno à Casa Branca. Afinal, trata-se de uma imensa potência comercial no cenário mundial. No entanto, o maior impacto à Europa pode sobrevir se Trump lançar uma guerra comercial agressiva contra a China.
32. Esta medida poderia resultar em interrupções de cadeias de fornecimento para a Europa e Pequim poderia descarregar uma quantidade ainda maior de produtos baratos nos mercados europeus, em detrimento das empresas locais, ou seja, para a Europa, a ameaça é dupla: o que os Estados Unidos poderão fazer e o que a China irá fazer em resposta.

O Governo Trump e as Guerras: Rússia X Ucrânia e no Oriente Médio

33. A promessa de Donald Trump de acabar com as guerras em Gaza e na Ucrânia pode significar, na prática, o avanço da ocupação israelense sobre a Faixa de Gaza e outros territórios palestinos, o esfacelamento da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte e a aliança dos EUA com a Europa Ocidental de uma forma geral, união que ainda sustenta a hegemonia do país no cenário global.
34. Sob a presidência do democrata Joe Biden, os Estados Unidos foi o principal aliado da Ucrânia desde o início da invasão russa em fevereiro de 2022, fornecendo mais de 65 bilhões de dólares em ajuda militar. Durante seus últimos discursos, Trump questionou esse montante de ajuda militar que os EUA vêm oferecendo para a Ucrânia, sinalizando que poderia reduzir ou retirar os apoios financeiros, logísticos e militares".

35. Sobre a Guerra Rússia X Ucrânia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump deu um prazo de 100 dias para o enviado especial da Casa Branca – Keith Kellogg, acabar com a guerra na Ucrânia e já pediu um "cessar-fogo imediato" e negociações e sinaliza que sua estratégia em relação à guerra será utilizar a oferta ou retirada de ajuda militar dos Estados Unidos para a Ucrânia como forma de alavancar o processo de paz.
36. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que está organizando uma reunião com o líder russo, Vladimir Putin, para "colocar fim" à guerra na Ucrânia. Poucos acreditam que isso seja possível, embora a Rússia tenha sinalizado que Moscou vê uma janela de oportunidade para forjar acordos com o novo governo após Trump sugerir impor novas sanções caso o país se negue a negociar um cessar-fogo.
37. O presidente ucraniano, por sua vez, reiterou que qualquer acordo de paz com os russos deve ser acompanhado de supervisão militar e pediu um efetivo de 200 mil soldados europeus para a manutenção da paz.
38. Autoridades europeias e ucranianas temem, no entanto, que para alcançar esse objetivo, Trump force Kiev a fazer grandes concessões, concedendo ao Kremlin uma vitória geopolítica.
39. A retórica do republicano também se volta para a aceitação de um acordo por parte do governo de Vladimir Putin: "Se a Rússia não fizer um acordo, os Estados Unidos estariam dispostos a dar muito mais auxílio para a Ucrânia, fornecer armas muito mais avançadas, com menos restrições de uso, pra então pender a balança da guerra pra uma possível vitória da Ucrânia."
40. O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, sinalizou seu apoio à proposta da "paz por meio da força" de Trump, e indicou que essa medida poderia contribuir para o fim da guerra. Segundo ele, "este é exatamente o princípio que pode praticamente aproximar a paz justa na Ucrânia".
41. Com as projeções de um congresso com maioria republicana, Trump deve sofrer menos resistência para aprovar as mudanças no apoio financeiro e militar dispendido pelos EUA nesse conflito, o que pode resultar em "uma vantagem irrefutável para a Ucrânia ou contribuir para uma guerra mais sangrenta e extensa, com a possível ampliação do conflito para outros países".
42. Tudo aponta que o desdobramento dessa mudança na política externa da Casa Branca pode gerar "um atrito significativo" com os países da Otan e com a Europa Ocidental de uma forma geral, que considera "inadmissível" a Rússia conquistar mais uma parte do território ucraniano.
43. Os discursos do Trump, nesse sentido, apontam "uma certa leniência" em relação a uma possível anexação de território da Ucrânia pela Rússia, assim como ocorreu em relação à Criméia. Se essa imagem de leniência do Trump se consolidar, pode passar uma imagem de que os EUA estão abandonando a segurança dos membros da OTAN como prioridade e gerar um contexto favorável para uma cisão da OTAN e também uma cisão dessa aliança tão estreita entre Europa e EUA, e, é em cima desse pacto e dessa união, que se funda a hegemonia dos Estados Unidos."

44. No que se refere a Guerra no Oriente Médio, em especial em relação ao massacre na Faixa de Gaza, ao qual Israel submete a população palestina há mais de um ano, e que agora se estende para o Líbano e outros países do Oriente Médio, Trump declarou que é favorável a Israel "terminar logo o que começou e acabar com a guerra".
45. O fim da guerra, nesse sentido, significaria para o republicano a vitória de Israel, com a expulsão da população palestina da Faixa de Gaza. Certamente haverá uma maior disposição dos EUA de manter o auxílio militar para que Israel se sobressaia nesse conflito, no sentido de aniquilar o Hamas e qualquer outro grupo que esteja no caminho, assim como, avançar na ocupação dos territórios na Palestina".
46. Acredita-se também que outra frente do governo Trump no Oriente Médio será o isolamento do Irã, que apoia a resistência na Faixa de Gaza e no Líbano contra o avanço da ocupação israelense. Vale lembrar que desde seu primeiro mandato, Trump vê o Irã como uma das principais fontes de terrorismo e de instabilidade para o Oriente Médio. Ele não só autorizou o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani, como intensificou a venda de armas para a Arábia Saudita e retirou os Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã. Portanto, não seria surpresa se Trump colocasse uma pressão máxima para uma guerra econômica e para o isolamento diplomático do Irã."
47. Atuando nessas duas frentes, a política externa dos Estados Unidos sob o comando de Trump busca fragilizar a causa Palestina e o programa nuclear iraniano, alcançando objetivos políticos no Oriente Médio "sem precisar sujar muito as mãos", uma vez que o trabalho sujo será feito pelo governo do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, estabelecendo assim, uma escalada da animosidade com o Oriente Médio como um todo, porém, através de Israel e não necessariamente atuando com intervenções específicas nessa região.

Governo Trump e seus reflexos para o Brasil e para a América Latina

48. O governo do Presidente Lula agiu com altivez ao determinar a retirada de algemas e correntes dos brasileiros que foram deportados pelos Estados Unidos. A decisão partiu do princípio de que era uma ofensa à soberania nacional e flagrante desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros que chegaram à Manaus em condições humilhantes, já que sentiram na pele o preconceito do atual governo estadunidense, e que depois, foram transportados de forma adequada por determinação do Presidente da República, para o aeroporto de Confins-MG em um avião da Força Aérea Brasileira.
49. O governo brasileiro analisa as consequências da política trumpista nas relações bilaterais e no âmbito latino-americano, e como disse a presidenta do México, Cláudia Sheinbaum, "é preciso defender a soberania e a independência, mas ter calma e cabeça fria". O diálogo é o melhor caminho para apagar as diferenças entre as nações e pavimentar o caminho para um mundo de paz justo e com respeito ao meio ambiente e aos direitos sociais e econômicos e de todos os povos. Sem bravatas, mas com racionalidade.
50. O segundo mandato do presidente Donald Trump, com sua agenda xenófoba e negacionista, vai provocar enormes problemas para toda a América Latina. Foram 78 revogações e ordens executivas assinadas por ele em seu primeiro dia de governo do segundo mandato, abrangendo retrocessos abissais nas políticas migratória, ambiental, de direitos humanos e civis, entre outras áreas.

51. Todo país tem direito a controlar as suas fronteiras, mas isso não significa violar convenções internacionais, inclusive impingindo o uso de algemas e correntes. Filho de uma mãe que migrou para os EUA, Trump resolveu equiparar os imigrantes a bandidos e terroristas, elegendo-os como inimigos centrais do país.
52. Basta lembrar que os migrantes latino-americanos aportam no PIB dos EUA cerca de US\$ 3,6 trilhões anualmente, segundo a diretora da Latino Donor Collaborative, Ana Teresa Ramires. Isso significa que esses migrantes, se estivessem num país isoladamente, estariam entre as cinco maiores economias do mundo, só atrás dos Estados Unidos (no total), da China, do Japão e da Alemanha.
53. A exceção de países governados pela extrema direita, como Argentina e Equador, é provável que a maioria dos países da América Latina passem a enfrentar uma turbulência nas relações com a Casa Branca de Trump e seu entorno que têm uma visão preconceituosa dos latino-americanos.
54. Trump usou nossa região como mote de campanha, destacando a imigração ilegal, a criminalidade (associada por ele à imigração), o tráfico de drogas, o contrabando, a perda de empregos para cidadãos estadunidenses, etc.
55. Ele esquece que os EUA são o maior mercado mundial de drogas e que 70% das armas que chegam às organizações criminosas do México são provenientes dos EUA. Preferiu fechar a fronteira com o México e voltar a investir na construção do famoso muro, além de ameaçar, tacitamente, invadir aquele país, ao qualificar grupos de narcotráfico como organizações terroristas.
56. A ordem internacional, já bastante tumultuada, pode sofrer uma turbulência de consequências imprevisíveis se Trump efetivar o que promete. A começar pelo impacto negativo na própria economia dos EUA, a maior do mundo. Especialistas preveem que o PIB norte-americano pode cair 80%, inclusive, em decorrência da perda de mão de obra de milhões de imigrantes.
57. Os ataques constantes ao México e Canadá, incluindo ameaças de sobretaxação de impostos, são um exemplo da falta de racionalidade. As cadeias produtivas dos três países foram interligadas nos últimos 30 anos por meio da criação do NAFTA, que a partir de 2018 se tornou T-MEC.
58. Voltando aos imigrantes, é inadmissível que os EUA violem a convenção de refugiados, que obriga os governos a analisarem os pedidos de refúgio e acolher os potenciais beneficiários até que o processo seja concluído, uma vez que esses processos foram interrompidos por Trump. Acrescenta-se que tratamento degradante e desumano viola dispositivos de várias convenções mundiais sobre direitos humanos, inclusive a que existe no âmbito interamericano. Caberia levar a questão à Corte de San José. Os países latino-americanos têm se articulado para reagir à barbárie defendida por Trump.
59. Recentemente, Estados Unidos e Colômbia protagonizaram uma crise diplomática que envolveu ameaças de deportação em massa, aumento de tarifas, bloqueio de vistos e ameaças a relação de dois aliados históricos.
60. A crise se desenrolou depois que o presidente colombiano, Gustavo Petro, proibiu a entrada em seu território de aviões norte-americanos transportando deportados da Colômbia. Os Estados Unidos enviaram à Colômbia dois aviões militares com cidadãos

colombianos que viviam ilegalmente nos EUA e haviam sido deportados, e apesar dos aviões já terem decolado dos EUA, Gustavo Petro proibiu as aeronaves de entrar em espaço aéreo colombiano, alegando que os EUA não respeitaram os direitos dos deportados e, por isso, não aceitaria as aeronaves, que tiveram de voltar ao território norte-americano.

61. Essa crise, a primeira de Trump com um país da América Latina desde o início de seu novo mandato, pode ser uma mostra de como será relação do norte-americano com líderes latino-americanos.
62. A decisão de Petro enfureceu o presidente dos EUA, Donald Trump, que logo após tomar posse, havia assinado ordem executiva determinando a expulsão de todos os imigrantes que vivem nos EUA em situação ilegal.
63. Como reação ao presidente colombiano, Trump anunciou que aplicaria uma série de sanções à Colômbia como:
 - a. Criação de uma tarifa emergencial de 25% sobre todos os produtos colombianos que entrem nos EUA;
 - b. Bloqueio de viagens de colombianos aos EUA;
 - c. Revogação de vistos de autoridades do governo e aliados de Petro;
 - d. Inspeções rigorosas nas fronteiras e aeroportos na entrada de cidadãos colombianos nos EUA;
 - e. Sanções ao Tesouro, ao setor bancário e ao setor financeiro colombianos.
64. Em reação, Petro comprou a briga e anunciou que aplicaria as mesmas tarifas a produtos norte-americanos na Colômbia e que enviaria avião presidencial para buscar os deportados colombianos.
65. As diplomacias de ambos os países entraram em ação e, após intenso processo de negociação, chegaram a um acordo, onde a Casa Branca anunciou em um comunicado, que iria pausar a aplicação das tarifas extras e demais sanções anunciadas por Trump.
66. Como contrapartida, Bogotá concordou em aceitar o voo com os deportados, com as garantias de proteção dos direitos dos cidadãos colombianos.
67. O governo da Colômbia concordou com todos os termos propostos pelo presidente Trump, incluindo a recepção irrestrita de todos os imigrantes ilegais colombianos que retornam dos Estados Unidos, até mesmo daqueles transportados em aviões militares norte-americanos, sem limitações ou atrasos".
68. A chancelaria colombiana também publicou um comunicado, confirmando a superação "do impasse com o governo dos Estados Unidos".
69. Estes dois episódios relacionados com o Brasil e Colômbia demonstram como se darão as relações dos EUA e a América Latina.

América Latina e o Movimento Sindical

70. Na América Latina, a defesa da democracia e soberania dos povos é a ferramenta para construir uma aliança de enfrentamento à ordem imperialista, patriarcal, racista e impulsionar as lutas pelo trabalho decente, transição justa e integração entre os países que tenha como prioridade a integração dos povos, garantindo direitos e justiça social. A CNQ/CUT deve estreitar os laços de solidariedade com a luta dos povos contra a histórica

dominação do imperialismo dos EUA, em particular com os povos do Peru e Haiti que enfrentam situações dramáticas.

71. No período mais recente, gigantes da tecnologia – como Google, Amazon, Facebook (Meta) e Apple – agem abertamente para violar as leis nacionais, sabotar e interferir nos processos democráticos, fabricar crises a partir de notícias falsas, financiar grupos paramilitares, perseguições e assassinatos de líderes progressistas e sociais. A experiência brasileira com Bolsonaro e o atual governo Milei na Argentina exemplificam essa crise.
72. Diante desses ataques, percebe-se a incapacidade de resposta dos Estados nacionais, gerando uma piora das condições de vida daqueles que dependem da proteção estatal e das políticas sociais, como trabalhadoras e trabalhadores. Os números da pobreza e da informalidade laboral tornam-se escandalosos enquanto continuam as ações de retirada de direitos trabalhistas e sociais, a exemplo da reforma trabalhista no Brasil que ainda não foi revertida, o escandaloso desmonte do Estado Social de direitos promovido por Milei na Argentina, os projetos de reforma trabalhista e previdenciária na República do Paraguai e a Lei de Consideração Urgente no Uruguai que causaram um retrocesso imensurável no direitos trabalhistas e sociais.
73. Nesse cenário, os sindicatos devem atualizar constantemente as estratégias e definir novas formas de organização e representação dos trabalhadores, bem como construir alianças com outros movimentos sociais. O movimento sindical será um ato político essencial para a construção da integração regional com vistas a um horizonte de justiça social, redefinindo modelos de produção, consumo e distribuição ligados ao mercado interno com inclusão social, e o aprofundamento da democracia e da participação em nossa região.

Papel do Movimento Sindical no Acordo União Europeia-Mercosul

74. O Mercosul está se tornando cada vez mais o campo de batalha da disputa entre as potências dos Estados Unidos, China e União Europeia, que estão tentando por todos os meios expandir sua influência na região. Essa disputa entre superpotências é importante porque os recursos em jogo são vastos: a América Latina, por exemplo, tem 57% das reservas mundiais de lítio, 37% de cobre, quase um quinto do petróleo e quase um terço das florestas de água doce e primárias do mundo.
75. É necessário recuperar a iniciativa política que contribua para a efetiva integração com a participação irrestrita do movimento sindical no Mercosul e em especial com os Estados associados do Cone Sul. Construir, promover propostas e participar de forma assertiva nas instâncias de Acordos Comerciais com terceiros países, como o Acordo União Europeia-Mercosul, para que esses acordos sejam equilibrados, voltados para a geração de emprego e trabalho decente e que fortaleçam modelos alternativos de desenvolvimento sustentável aos regimes extrativistas.
76. Além disso, é essencial acompanhar efetivamente o Acordo MERCOSUL-União Europeia, promovendo a verdadeira participação do movimento sindical no acompanhamento do referido acordo, construir estudos de impacto setoriais e globais e garantir o emprego digno e o pleno exercício dos direitos trabalhistas dos trabalhadores.

2. CONJUNTURA NACIONAL

77. Vivemos em um mundo em constante transformação, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e três fenômenos perturbadores que exigem enfrentamento urgente:
- o extremismo político, que coloca em risco a democracia no planeta;
 - a transformações tecnológica, com o emprego da inteligência artificial e a influência de algoritmo na formação da opinião pública; e
 - as mudanças climáticas, cujos impactos incluem o aumento da temperatura e do nível do mar, a perda de biodiversidade e os efeitos devastadores na saúde humana, na segurança alimentar e nos recursos hídricos, entre outras graves consequências.
78. Esses fenômenos contemporâneos, poderão mudar o modo como trabalhamos, aprendemos, ensinamos, negociamos, inventamos, colaboramos, administramos conflitos, enfim, de como vivemos em sociedade.
79. Na verdade, do ponto de vista político e social, já estamos vivendo em um mundo profundamente desigual, caótico, confuso e sobretudo conflagrado, onde opiniões são formadas sem qualquer controle ou mediação, muitas vezes influenciadas por algoritmos, com o propósito de desestabilizar governos e instituições que contrariem interesses de setores do mercado, criando verdadeiras seitas fundamentalistas, antidemocráticas e de anticiência.
80. Ambientes como esses são propícios para aproveitadores, que se valem da ignorância ou da boa-fé alheia para obter benefícios políticos e financeiros, mediante a tática de campanha de ódio e desinformação. Essas campanhas visam a prevalência do individualismo sobre o coletivismo, induzindo as pessoas a agirem menos por empatia, sentimento de justiça e solidariedade e mais por ganância, vaidade ou ressentimentos, fenômenos que fazem com que milhões de pessoas ao redor do mundo sofram com o problema “de dissonância ou de inconsistência cognitiva”, relacionada à obsessão em validar suas crenças, convicções e comportamentos, mesmo quando estes se contrapõem à realidade ou às evidências científicas.
81. É nesse contexto que vamos analisar a conjuntura nacional, a seguir.
82. A conjuntura política brasileira, além desses fenômenos globais, será impactada nos próximos dois anos pelo desdobramento de seis eventos:
- O desempenho da economia;
 - O resultado das eleições municipais de 2024;
 - A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos;
 - O ajuste fiscal em elaboração;
 - A disputa pelas presidências da Câmara e do Senado Federal;
 - A denúncia e julgamento dos indiciados pela polícia federal como mentores da tentativa de golpe no Brasil.
83. O modo como o governo e a sociedade vão lidar com esses eventos definirá a continuidade ou não do atual projeto político, que será avaliado e julgado na eleição de 2026.
84. A seguir, analisamos cada um dos seis eventos citados.

a. Desempenho da Economia

85. Desde antes da posse, com a aprovação da PEC da Transição (transformada na Emenda à Constituição nº 126/2022), o governo Lula tem atuado para garantir as políticas sociais e promover o crescimento da economia, com sustentabilidade fiscal, social e ambiental.
86. Nesse período, pelo menos quatro indicadores-chaves da economia se mantêm positivo nesses dois anos de governo, a saber:
1. PIB, que cresce;
 2. Emprego formal, que cresce;
 3. Renda, que cresce;
 4. A inflação, que se mantêm dentro da meta.
87. A taxa de juros, que depende do Banco Central, cujo presidente Campos Neto, que finalizou seu mandato ao final do mês de dezembro passado, e que foi indicado e atuou praticando a política do governo anterior, até chegou a cair alguns meses, mas voltou a subir neste ano de 2024, com o apontamento na sua saída do BC para mais dois aumentos de 1% nos meses de janeiro e março de 2025, mesmo com o Banco Central já sob a presidência de Gabriel Galípolo.
88. Esse conjunto de resultados positivos na economia, entretanto, não se reverteu em apoio popular ao governo, mesmo com as campanhas feitas nesses dois anos. O governo Lula 3, por exemplo, relançou vários programas sociais, promoveu campanhas para pacificar o País, além do sucesso da gestão na economia, mas a “dissonância cognitiva” e a campanha de ódio contra o PT, ao governo e às esquerdas, interditam o debate e impedem que as pessoas vejam e reconheçam essas realizações.
89. Com a identidade “União e Reconstrução”, o Governo Federal já conduziu quatro campanhas publicitárias de grande impacto, cada uma com um *slogan* distinto e com objetivos estratégicos específicos. A ordem das campanhas reflete as principais realizações e desafios enfrentados pelo governo até o momento, conforme segue.
1. **O Brasil voltou:** A primeira campanha teve como foco o retorno de importantes programas sociais e de saúde que haviam sido reduzidos ou encerrados em governos anteriores, como o Zé Gotinha, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, Brasil Sorridente e Farmácia Popular. Essa campanha reforçou a mensagem de que o governo estava restaurando direitos e serviços essenciais para a população;
 2. **Brasil no rumo certo:** A segunda campanha teve como objetivo promover os avanços estruturais do programa governamental. Entre os destaques, estavam os investimentos em cultura e a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a aprovação da Reforma Tributária, a alteração na política de preços da Petrobras e o reajuste do salário-mínimo. Essas medidas simbolizam o progresso econômico e social almejado pelo governo;
 3. **O Brasil é um só povo:** A terceira campanha visava a despolarização política e social do Brasil, incentivando a união nacional. Em um momento de intensa divisão ideológica, a mensagem era clara: promover a paz social e resgatar a coesão entre os brasileiros, mostrando que apesar das divergências, o Brasil é uma Nação única e forte;

4. **Fé no Brasil:** A quarta campanha, foi desenhada para inspirar confiança e otimismo em meio as dificuldades enfrentadas pelo País. A mensagem central era de que, mesmo diante de desafios econômicos e sociais, o governo e a população mantinham a confiança de que as coisas iriam melhorar, refletindo a resiliência e a esperança do povo brasileiro.

90. Nenhuma dessas campanhas produziu os resultados esperados em termos de apoio popular ao governo. O fato de terem tido curta duração pode explicar, mas não justifica. Há algo mais consistente impedindo que a mensagem chegue ao conjunto da população.

b. Resultado das Eleições Municipais de 2024

91. As eleições municipais foram marcadas pela continuidade, com grande circulação no poder, e com forte influência do poder econômico, que resultou na recondução da maioria absoluta dos prefeitos e vereadores que buscaram a reeleição, e no caso daqueles que não puderem ou não tentaram a renovação do mandato, houve a eleição de seus aliados, principalmente daqueles com experiência na máquina pública.

92. Para se ter uma ideia – embora a renovação tenha sido da ordem de 56%, com a continuidade de 44% dos atuais prefeitos – dos 3.006 que tentaram a reeleição, 82% tiveram sucesso. E os que desistiram ou já tinham sido reeleitos, em sua maioria, fizeram o sucessor.

93. Como a maioria dos atuais prefeitos e vereadores pertence aos partidos do Centrão (MDB, PSD e União Brasil) e da direita (PL, PP e Republicanos), era natural que essas forças políticas predomassem nas eleições, o que de fato ocorreu. Embora os dois principais partidos de esquerda (PT e PSB) também tenham crescido, esse aumento foi proporcionalmente menor em comparação com as agremiações de direita.

94. Assim, há duas formas de analisar o resultado das eleições municipais:

1. Tendo como referência a eleição de 2020;
2. Tomando por base a quantidade de prefeitos e vereadores de cada partido seis meses antes da eleição, após a janela partidária.

95. Os partidos beneficiados pela migração de parlamentares para representações partidárias distintas, especialmente os do centrão (PSD, MDB e União Brasil) e os dois principais da esquerda (PT e PSB), cresceram na eleição de 2024 em relação a 2020, porém, decresceram em relação às bancadas atuais. Os principais partidos de direita (PL, PP e Republicanos), por sua vez, cresceram nos dois critérios, tanto em relação a 2020 quanto em relação à bancada atual nos municípios.

96. Quanto aos fatores que influenciaram os resultados das urnas no pleito de 2024, destacamos quatro vetores cruciais:

1. A máquina partidária e seus recursos de poder, expressos pelo repasse de dinheiro dos fundos eleitoral e partidário para as campanhas de seus candidatos, e pelo tempo de rádio e televisão;
2. O uso do orçamento secreto e das emendas impositiva, inclusive as emendas PIX, repassada por deputados e senadores para seus aliados em suas bases eleitorais;

3. As máquinas estaduais e municipais a serviço dos partidos dos governadores e prefeitos, com milhares de ocupantes de cargos comissionados nas campanhas;
 4. A suspensão temporária da Rede Social X (antigo Twitter) por decisão judicial, que coincidiu com o primeiro turno das eleições.
97. Os três primeiros fatores beneficiaram principalmente os grandes e médios partidos, em especial os do Centrão e da Direita, que detinham a maior parte desses recursos. Já a suspensão da rede social X prejudicou os partidos de direita e a oposição radical, uma vez que essa plataforma era seu principal meio para divulgar notícias falsas e ações de desinformação contra os demais partidos em geral e a Esquerda, em particular.
98. A eleição de 2024 sinalizou a emergência de três blocos partidários: (1) PSD, MDB e União Brasil, o novo Centrão; (2) PL, PP e Republicanos, que reúne os grandes e médios partidos de Direita e (3) PT, PSB, PDT, PC do B, PSOL, PV e REDE, que reúne os partidos de esquerda.
99. A leitura do resultado das eleições municipais, portanto, embute uma disputa de narrativa, pela qual setores da mídia e da oposição buscam criar uma imagem de enfraquecimento da base governista, com o propósito de forçar o Presidente da República a ceder espaço às forças de centro e centro-direita, tanto no governo quanto no conteúdo das políticas públicas, leia-se ajuste fiscal.
100. Nesse contexto, a habilidade do governo em moldar a narrativa é crucial. Lula precisa reforçar a ideia de que sua base política continua estável, promovendo ações que demonstrem a capacidade do governo em atender as demandas locais e fortalecer o apoio em regiões estratégicas. Isso pode ser feito tanto por meio de investimentos em políticas locais quanto pelo incentivo a alianças regionais que ampliem o alcance de sua base, especialmente com vistas às próximas eleições presidenciais.

c. Eleição de Donald Trump nos Estados Unidos

101. A vitória de Donald Trump nas eleições americanas e a sua recente posse representam um desafio complexo para o Governo Lula, especialmente na dimensão geopolítica. Trump, ao contrário de Joe Biden, tende a adotar uma postura mais conservadora e menos cooperativa com líderes progressistas da América Latina, além de ter demonstrado afinidade política com figuras da direita brasileira, como o ex-presidente Jair Bolsonaro.
102. Portanto, o retorno de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos poderá trazer fortes consequências negativas para o governo brasileiro, tanto em potencial dificuldade nas relações comerciais entre os dois países, pela notória divergência ideológica entre os dois dirigentes, quanto em relação ao fortalecimento da narrativa da extrema-direita brasileira em defesa da elegibilidade de Bolsonaro.
103. Para Lula, uma gestão diplomática cuidadosa é essencial para neutralizar qualquer interferência negativa que uma presidência de Trump possa ter sobre a política interna do Brasil e sua posição internacional.
104. O presidente brasileiro, que manifestou apoio à candidatura de Kamala Harris, terá de empregar suas habilidades diplomáticas e buscar canais de diálogo que preservem os interesses brasileiros em um cenário de possíveis tensões.

105. Isso pode incluir uma diplomacia ativa com países europeus, em especial a Alemanha em decorrência de ser uma das principais nações industriais do mundo; uma maior aproximação com nações da América Latina e da América do Sul, promovendo uma visão de solidariedade regional com países alinhados à defesa da democracia e proteger-se de países governados pela extrema-direita; além de intensificar as relações comerciais com a Ásia, em particular com a China, principalmente a partir do fortalecimento do BRICS.

d. Ajuste Fiscal

106. A pressão sobre o governo pelo corte de despesas, incluindo o enquadramento dos gastos governamentais com saúde, educação e salário-mínimo, tem sido enorme, e foi reforçada pelo resultado das eleições municipais e pela eleição de Trump. Para esse fim, entre outras medidas, estaria a limitação do crescimento máximo de despesas com saúde, educação e outras, a 2,5% acima da inflação, a mesma regra de correção do teto de despesas como um todo.

107. Além da desvinculação orçamentária, com enquadramento de todas as despesas no arcabouço fiscal, deve haver mudanças nos critérios de concessão de abono salarial, do seguro-desemprego, do seguro-defeso e da assistência social, especialmente para idosos e pessoas com deficiência.

108. O argumento central é de que o ajuste fiscal será uma peça-chave para a estabilidade econômica e, conseqüentemente, para a confiança do mercado, que muito tem especulado quanto à capacidade do governo de honrar seus compromissos com as dívidas interna e externa.

109. O ajuste fiscal, por isso mesmo, é um ponto sensível que trará desgaste ao governo, especialmente porque envolve medidas de corte de despesas que podem afetar políticas públicas voltadas para as classes mais vulneráveis. No entanto, caso seja bem calibrado, é um passo necessário para a sustentabilidade das contas públicas e para atender as demandas do mercado por uma gestão responsável dos recursos.

110. Uma das estratégias para compensar os eventuais impactos sociais é a de enfrentar privilégios econômicos de setores que historicamente se beneficiaram de isenções fiscais e incentivos e até mesmo a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas.

111. Para que haja justiça, este ajuste deve envolver a aprovação de reformas tributárias, visando um sistema de arrecadação mais assertivo, e o corte de despesas conduzido com cautela a fim de não atingir apenas as camadas mais vulneráveis da sociedade. O desgaste será inevitável, inclusive com a acusação de estelionato eleitoral.

e. Pacote de ajuste fiscal e a disputa pelo povo no orçamento público

112. Portanto, é necessário reconhecer e reforçar a defesa de medidas importantes apresentadas na proposta de ajuste fiscal apresentadas pelo Governo Federal ao Parlamento, que atendem reivindicações históricas do movimento sindical e popular, como a isenção do imposto sobre a renda para trabalhadores e trabalhadoras que recebem até R\$5.000,00; a tributação dos rendimentos superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil); a trava nos benefícios fiscais, que em caso de déficit primário nas contas do governo, proíbe a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários; as alterações nos benefícios previdenciários dos militares com o fim da morte ficta, da transferência das pensões, assim como idade mínima, corrige alguns os privilégios

herdados da ditadura militar; a obrigatoriedade de metade das emendas parlamentares para recompor o orçamento da saúde.

113. Por outro lado é fundamental que seja mantida a atual política de valorização do salário-mínimo e não sejam alterados os mecanismos de aumento real de 2,5%, nem do atual alcance do abono salarial e das regras do BPC – benefício de prestação continuada dirigida a idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema vulnerabilidade.
114. No próximo período, intensificaremos nossas ações para avançar nas medidas que atendem reivindicações da classe trabalhadora e para a revisão das medidas que restringem direitos e/ou reduzem o ritmo da distribuição de renda e do combate às desigualdades, apresentaremos orientação estratégica de atuação da CNQ/CUT nas redes, nas ruas e no parlamento para garantir o povo no orçamento público.

Presidências da Câmara e do Senado Federal

115. A eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Mota (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), respectivamente, representa oportunidade crucial para o governo consolidar sua base de apoio parlamentar.
116. Ambos receberam massivamente os votos do campo governista, que conta com a adesão mais sólida dos grupos políticos que orbitam seus partidos, que, embora componham o Ministério do Governo Lula, ainda se mostram hesitantes em se comprometer como parte efetiva da base aliada.
117. Em um cenário em que as reformas e o ajuste fiscal dependerão da aprovação do Legislativo, em meio a acirradas disputas acerca do controle do Orçamento, por meio de emendas parlamentares, é vital que o Governo consiga estabelecer relações sólidas no Congresso Nacional junto à centro-direita.

f. Denúncia e Julgamento dos envolvidos na tentativa de Golpe no Brasil

118. O julgamento e a punição dos mentores e do núcleo operacional da tentativa de golpe, que incluiu até plano de assassinato do presidente da República, do seu vice e de um ministro do Supremo Tribunal Federal, devem ser rigorosos, caso o Ministério Público apresente denúncia formal. A tentativa de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito é um crime gravíssimo e não pode ser tolerado ou permanecer sem resposta.
119. A escalada da violência política exige das instituições o endurecimento contra as ações da extrema direita, sob pena de se sentirem liberados para cometer qualquer tipo de atrocidade. Após os indiciamentos conduzidos pela Política Federal, a expectativa é de que os processos avancem para denúncias e condenações exemplares, incluindo penas de prisão em regime fechado. Isso enfraquecerá iniciativas que busquem anistiar os envolvidos nos atentados de 8 de janeiro de 2023, assim como aqueles ligados a eventos desta natureza, como o caso do homem-bomba em frente ao STF em 13 de novembro de 2024. A responsabilização certamente se estenderá ao ex-presidente Jair Bolsonaro, em função de seu papel nos episódios investigados.

Conclusão

120. Diante desses cenários, fica evidente que o campo popular e democrático enfrenta um desafio monumental, que exigirá estratégia política apurada, organização e mobilização

eficazes. Embora a reeleição do presidente Lula seja uma possibilidade concreta, o resultado dependerá de fatores cruciais, como:

- i. O desempenho do governo, especialmente na área econômica, nos próximos dois anos;
- ii. A capacidade de comunicação, articulação e engajamento das forças progressistas;
- iii. A construção de alianças com setores do centro político em uma frente eleitoral ampla;
- iv. O grau de unidade das forças de direita e do centrão no País.
- v. Redução da taxa de juros – Menos juros, mais empregos: seguir reafirmando a necessidade de mudança da política monetária e redução da taxa de juros, por uma política monetária e fiscal em favor do desenvolvimento do país, da reindustrialização e por mais geração de empregos. Fortalecer as ações de mobilização e de comunicação nas redes e nas ruas pela redução da taxa de juros, em especial nos momentos de reuniões do COPOM.
- vi. Defender a elaboração de uma política nacional de segurança alimentar que articule redução dos preços dos alimentos, investimento na agricultura familiar e no acesso da população a essa produção e investimento em restaurantes populares com preços baixos para garantir que trabalhadores e trabalhadoras possam se alimentar de forma saudável durante a jornada de trabalho.

121. A eventual coalizão entre o centrão e a direita pode ser decisiva, considerando o fortalecimento desses grupos nas recentes eleições municipais, em estados estratégicos como São Paulo, Goiás e Paraná, onde lideranças como Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado e Ratinho Junior, respectivamente, consolidaram suas posições. Um candidato unificado desse espectro político tem potencial para romper a polarização entre Lula e o bolsonarismo no pleito de 2026.
122. Mesmo que o governo Lula continue demonstrando capacidade de combinar democracia com crescimento econômico, controle da inflação, distribuição de renda e respeito à ciência e ao meio ambiente, o sucesso eleitoral em 2026 depende, inevitavelmente, de uma articulação sólida com o centro político. Paralelamente, o potencial crescimento da direita e da extrema-direita no Senado, com a renovação de 54 das 81 cadeiras, é um desafio que deve ser levado em conta.
123. Duas tendências parecem claras: Jair Bolsonaro estará ausente das urnas em 2026, mas o avanço das forças conservadoras no Legislativo será expressivo. Para evitar que a extrema-direita retorne ao poder, como ocorreu nos Estados Unidos, será imprescindível desinterditar o debate político, restabelecer o diálogo com a maioria da população e reforçar a conexão com os segmentos que mais dependem do Estado para inclusão social e oportunidades.

3. COP 30 E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

124. O Brasil será sede do evento internacional mais importante de 2025, a ser realizado em novembro. Trata-se de uma grande oportunidade para o nosso país tornar-se protagonista nas negociações sobre a sustentabilidade no planeta, com foco na crise climática, bem como mostrarmos as iniciativas brasileiras em preservação ambiental, para mobilizar e redirecionar os investimentos necessários para o enfrentamento desta emergência global, com prioridade aos países mais pobres e vulneráveis.
125. O Ramo Químico, composto por cerca de 10 setores, é estratégico para a economia brasileira, responsável por transformar matérias primas como borracha, petróleo, minerais, biomassa, entre outros, em produtos químicos industriais.
126. Claro que processos industriais causam impactos ambientais e geram gases de efeito estufa, fatores de peso para a crise climática. Entretanto, a introdução de mecanismos eco eficientes e de produção limpa podem mitigar essas consequências.
127. Vale ressaltar o que acontece na cadeia produtiva de celulose e papel, em que ocorre o uso de agrotóxicos na monocultura de eucalipto, banidos em diversos países e que prejudicam trabalhadores, povos originários e ecossistemas. Entretanto, as florestas plantadas sequestram CO₂, e, desse modo, reduzem a emissão de gases de efeito estufa.
128. Entendemos que é fundamental a presença da CNQ-CUT na chamada participação social, semelhante ao G-20 social, do qual participamos no ano passado. A articulação com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macêdo, coordenador e grande incentivador da participação social na COP 30, é fundamental para termos uma presença qualificada no evento, à altura da imensa representação sindical da CNQ-CUT.
129. A COP 30 está marcada para acontecer entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025 e terá sede na cidade de Belém, no Pará. O local teve sua candidatura anunciada pelo presidente Lula em janeiro de 2023 e foi confirmado como sede da conferência no mês de maio do mesmo ano, com a grande responsabilidade de falar da Amazônia dentro da própria Amazônia, já que, neste evento, o papel da maior floresta tropical do mundo para o equilíbrio ambiental do planeta estará no centro das discussões - em especial, o desafio urgente de proteger esse bioma.
130. A COP 30, no Brasil, será uma oportunidade ímpar para destacar a importância da água no combate às mudanças climáticas, dado o papel crucial da Amazônia e das bacias hidrográficas brasileiras no equilíbrio do clima global
131. Os principais desafios incluem alinhar os compromissos de países desenvolvidos e em desenvolvimento em relação ao financiamento climático, garantir que as metas de redução de emissões sejam compatíveis com a ciência climática e lidar com os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas em populações vulneráveis.
132. Apesar de sua importância, a água enfrenta desafios para ser reconhecida como um eixo central das negociações climáticas formais. Isso ocorre devido à fragmentação de sua governança internacional e ao fato de que as COPs são mais focadas em energia e emissões.

133. Proteger as florestas e sua biodiversidade, grandes sumidouros do carbono emitido pela queima de combustível fóssil, é crucial. Isto posto, é necessário incluir no debate a questão dos povos indígenas e povos ribeirinhos e das populações urbanas e periféricas que vivem na informalidade com baixos rendimentos e sem proteção social, bem como mostrar ao mundo onde e como eles vivem e os impactados das mudanças climáticas em suas vidas.
134. A COP 30 não será apenas um evento ambiental; será um momento decisivo para o Brasil redefinir seu papel no cenário internacional e enfrentar desafios internos que vão muito além da agenda climática. Para que o país aproveite plenamente essa oportunidade, serão necessários planejamento estratégico, colaboração entre setores e um compromisso genuíno com a sustentabilidade e a justiça climática. Para tanto, a COP 30 precisa resolver questões de financiamento e adaptação. Também é esperado que haja um avanço da cultura de resiliência global. Essa vai ser uma diferença grande, e o Brasil está começando a dar os primeiros passos nessa direção.
135. Agora, mais do que nunca, o Brasil tem a chance de liderar pelo exemplo. Belém, com toda a sua riqueza natural e cultural, será o palco de um debate que pode mudar o rumo da história ambiental do planeta, e precisamos estar prontos para isso.
136. A política externa brasileira também deverá ter olhar atento aos passos de atores e lideranças globais que retornam, caso de Donald Trump nos Estados Unidos, ou permanecem no poder, caso de Nicolas Maduro, na Venezuela.
137. É fundamental a atenção do Itamaraty para o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. A expectativa dos negociadores do governo brasileiro é de que o acordo seja assinado antes do evento.
138. Antes da COP 30, em julho de 2025, no Rio de Janeiro, acontecerá a Cúpula dos Líderes dos Brics. O grupo é formado pelos cinco integrantes originais - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - e mais quatro países que aceitam convites para integrar o bloco: Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos.
139. Para analistas internacionais ligados ao governo, os principais desafios do Brasil presidindo o BRICS serão:
 - trabalhar a imagem do bloco, muito associado à postura antiocidental;
 - pautar o debate sobre a inteligência artificial;
 - pautar o debate climático; e
 - debater a questão humanitária dos palestinos.
140. Outro tópico muito discutido pelos países que compõem o Brics é a adoção de uma moeda comum para as transações comerciais, com menor dependência e interferência do dólar.
141. Vale lembrar que, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, durante a 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G-20, que tratou do tema Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação do Conselho de Mudança do Clima nas Nações Unidas (ONU). O objetivo da proposta é promover a ampliação da capacidade de articulação da entidade em nível global e,

com isso, acelerar a implantação das medidas acordadas nos fóruns internacionais relativas ao combate às mudanças climáticas.

142. Lula evidenciou que precisamos de uma governança climática mais forte. Segundo ele, não faz sentido negociar novos compromissos se não temos mecanismos eficazes para acelerar a implementação do Acordo de Paris. O presidente convidou a comunidade internacional a considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU, que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados, e classifica a COP 30 como possivelmente a última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático.
143. A transição energética e o combate à mudança do clima com garantias de assegurar trabalho decente são pilares principais da presidência brasileira no G-20, ao lado da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e das discussões em torno de uma nova governança global, capaz de promover mais representatividade nas instituições internacionais como um caminho para a estabilidade mundial.
144. Em novembro de 2024, foi realizada em Belém a primeira reunião preparatória para a COP do Povo, evento paralelo à COP 30. O evento foi organizado pelo Instituto Zé Claudio e Maria (IZM), com apoio da ONG Global Witness, e reuniu na capital paraense lideranças de comunidades tradicionais, incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, entre outras, para discutir estratégias para colocar os povos da Amazônia no centro das discussões sobre o clima.
145. Para os líderes e participantes do COP do Povo, a COP 30 está sendo organizada sem a participação de quem mantém a floresta em pé, como os trabalhadores, seus sindicatos e as sessões estaduais das centrais sindicais e é fundamental a participação do povo da floresta em Belém, sendo bem recebidos e ouvidos, uma vez que não existe futuro sem “povo da floresta”, nada deve ser decidido sobre a Amazonia sem os amazônidas.
146. Por isso, é preciso começar a agir agora. É necessário que os movimentos sociais, populares e sindical se envolvam efetivamente neste debate e se apropriem dos conteúdos e definições que vêm sendo tomadas nas negociações que ocorrem com empresas e governos.
147. É preciso que o Governo Federal invista em curso de idiomas para jovens das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos), pois isso será essencial para garantir que as vozes da Amazônia sejam ouvidas na COP 30, denunciando as perseguições sofridas, se fortalecendo e apresentando propostas que sejam efetivamente protagonizadas no evento.
148. Para as lideranças dos povos tradicionais, a atuação do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), no âmbito da temática climática, não tem sido coerente entre o discurso e a prática, pois tem sido observada uma avalanche de pronunciamentos pró-floresta, mas que não passa de “discursos fantasiosos” de sociobiodiversidade (capitalismo verde) - uma verdadeira maquiagem de responsabilidade social e ambiental de um governo que legitima ações de empresas, fazendeiros, grileiros, para continuar, segundo eles, “passando a boiada”.
149. Enquanto ouvimos que o Pará combate desmatamento, vemos o Estado organizar uma COP sem a participação de quem mais luta contra a derrubada de floresta. Por isso,

precisamos nos mobilizarmos, e este é o momento para construirmos um encontro inclusivo e contemplar efetivamente as vozes que precisam ser escutadas para garantir o futuro do planeta, como os trabalhadores/as e seus sindicatos, inclusive as sessões estaduais das Centrais Sindicais.

150. A COP 30 tem que ser organizada com a participação de todos os setores, ou seja, organizada por nós e para nós, povos tradicionais e movimentos. É preciso romper com a lógica da “premiação com editais” a quem mantém a floresta em pé. Não queremos apenas uma floresta em pé, mas floresta viva. Afinal, existe floresta em pé, porém morta, a exemplo da floresta submersa pela barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA). Mais do que árvores, ali foram afogadas histórias e tradições dos povos originários.
151. O Governador Helder Barbalho declarou que Belém está recebendo um investimento de cerca de R\$ 5 bilhões em infraestrutura para a realização da COP 30. De todo esse valor, quanto vai ficar para investir nas comunidades que cuidam de fato da floresta? Quanto vai ser destinado para beneficiar a Amazônia? É necessário investir em quem realmente protege a floresta. Belém merece investimentos? Sim, mas não só para os ônibus elétricos com ar-condicionado para a população pobre. Belém precisa ter suas ilhas cuidadas e preservadas, precisa ser exemplo de sustentabilidade e ter, de fato, um espaço de tratamento de resíduo sólido e acabar de vez com os lixões que de “aterros sanitários” não têm nada.
152. Portanto, é necessário transformar a COP 30 em uma grande oportunidade para massificar o debate da relação entre trabalho, meio ambiente e transição justa, e a necessidade de políticas estruturais imediatas para enfrentar a crise climática provocada pelo capitalismo que afeta com mais intensidade e perversidade os trabalhadores e trabalhadoras. A CNQ/CUT e todas suas entidades filiadas devem participar de forma articulada seguindo as diretrizes políticas e organizativas indicadas pela sua direção nacional de forma a assegurar ações de participação ampla.

Transição Energética Justa

153. A transição energética justa é um conceito que busca garantir que a mudança de uma economia baseada em combustíveis fósseis para uma economia de baixo carbono seja feita de forma equitativa, inclusiva e sustentável, considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais dessa transformação. O objetivo é não apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também proteger e não excluir nenhum grupo social: trabalhadores/as, comunidade, povos originários e países que podem ser afetados negativamente pela transição, garantindo que todos tenham acesso à energia.
154. Para que a transição energética seja justa, inclusiva e equilibrada, é necessário:
 - Investir em pesquisa e desenvolvimento
 - Incentivar a produção de combustíveis sustentáveis
 - Criar um ambiente de competição isonômica
 - Gerar empregos
 - Oferecer energia a preços justos

- Garantir que todas as pessoas tenham acesso à eletricidade
- Distribuir riquezas de forma equitativa

155. A transição energética é uma medida essencial para combater as mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

156. Aqui estão alguns pilares fundamentais da transição energética justa:

1. Inclusão Social e Proteção dos Trabalhadores

- **Requalificação profissional:** Oferecer treinamento e oportunidades de emprego para trabalhadores/as de setores afetados, como o carvão, petróleo e gás, para que possam migrar para empregos em setores renováveis. Sabemos que a requalificação profissional não necessariamente muda o setor, apenas prepara os/as trabalhadores/as para as alterações que ocorrerão nos setores produtivos. É necessário ficar clara a importância de os movimentos, a sociedade civil e entidades governamentais debaterem e apontarem formas efetivas de diminuir as emissões de carbono nos diversos setores.
- **Proteção social:** Garantir que trabalhadores/as e suas famílias não sejam prejudicados/as economicamente durante a transição, com políticas de renda mínima, seguro-desemprego e apoio à realocação.

2. Equidade entre Países e Regiões

- **Países em desenvolvimento:** Reconhecer que muitos países em desenvolvimento dependem de combustíveis fósseis para seu crescimento econômico e precisam de apoio financeiro e tecnológico para adotar energias limpas.
- **Justiça climática:** Países desenvolvidos, que historicamente emitiram mais gases de efeito estufa, devem assumir maior responsabilidade e apoiar financeiramente os países mais vulneráveis.

3. Desenvolvimento Econômico Sustentável

- **Investimento em energias renováveis:** Promover a criação de empregos verdes em setores como solar, eólica, hidrogênio verde e eficiência energética.
- **Inovação tecnológica:** Apoiar pesquisas e desenvolvimento de tecnologias limpas e acessíveis.

4. Participação e Engajamento Comunitário

- **Diálogo social:** Envolver trabalhadores/as, sindicatos, comunidades locais e povos indígenas no planejamento e implementação das políticas de transição.
- **Benefícios locais:** Garantir que as comunidades afetadas pela transição sejam beneficiadas, por exemplo, com investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

5. Sustentabilidade Ambiental

- **Proteção de ecossistemas:** Assegurar que a expansão de energias renováveis não cause danos irreversíveis ao meio ambiente, como desmatamento ou perda de biodiversidade.
- **Economia circular:** Promover a reutilização e reciclagem de materiais, especialmente em setores como energia solar e eólica.

6. Financiamento e Apoio Internacional

- **Fundo Verde para o Clima:** Apoiar projetos de transição energética em países em desenvolvimento.
- **Parcerias globais:** Fortalecer a cooperação internacional para compartilhar conhecimento, tecnologia e recursos.

Exemplos de Iniciativas

- **Acordo de Paris (2015):** Reconhece a necessidade de uma transição justa e inclusiva.
- **União Europeia:** O Pacto Ecológico Europeu inclui medidas para garantir uma transição justa, como o Mecanismo de Transição Justa e criou o Fundo para uma Transição Justa, que financia projetos para apoiar regiões e trabalhadores afetados pela transição energética.
- **Canadá:** Implementou programas de capacitação e apoio financeiro para trabalhadores do setor de carvão.
- **América Latina:** Países como Chile e Colômbia estão desenvolvendo estratégias para fechar minas de carvão e investir em energias renováveis, com foco na proteção dos trabalhadores.
- **Brasil:** Ainda está em fase inicial, mas discute políticas para garantir que a expansão das energias renováveis beneficie também os trabalhadores de setores tradicionais.

Desafios:

- **Custos econômicos:** A transição requer investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia.
- **Resistência política:** Setores tradicionais podem resistir à mudança, especialmente em regiões dependentes de combustíveis fósseis.
- **Desigualdades globais:** Países pobres podem ficar para trás sem apoio adequado.

157. A transição energética justa é essencial para combater as mudanças climáticas de forma ética e sustentável, garantindo que ninguém seja deixado para trás nesse processo, no entanto, é um processo complexo e multifacetado que envolve a mudança de uma matriz energética baseada em fontes fósseis para uma matriz mais sustentável, com maior participação de fontes renováveis. No caso do Brasil, esse processo apresenta desafios específicos, dadas a estrutura atual da matriz energética e as características socioeconômicas do país.

1. Dependência de Hidrelétricas

- **Desafio:** A matriz elétrica brasileira é altamente dependente de hidrelétricas, que respondem por uma parcela significativa da geração de energia. No entanto, essa dependência torna o sistema vulnerável a variações climáticas, como secas prolongadas, que podem afetar a capacidade de geração.
- **Solução:** Diversificar a matriz com outras fontes renováveis, como eólica, solar e biomassa, para reduzir a dependência de uma única fonte.

2. Expansão de Fontes Renováveis Intermitentes

- **Desafio:** A energia eólica e solar são intermitentes, ou seja, dependem das condições climáticas (vento e sol). Isso exige investimentos em sistemas de armazenamento de energia e em redes inteligentes para garantir a estabilidade do sistema.
- **Solução:** Desenvolver tecnologias de armazenamento, como baterias, e aprimorar a infraestrutura de transmissão para integrar essas fontes de forma eficiente.

3. Infraestrutura de Transmissão

- **Desafio:** A expansão de fontes renováveis, especialmente eólica e solar, muitas vezes ocorre em regiões distantes dos grandes centros consumidores, exigindo investimentos significativos em linhas de transmissão.
- **Solução:** Planejamento integrado entre geração e transmissão, além de incentivos para a descentralização da geração de energia, como a geração distribuída.

4. Custos e Investimentos

- **Desafio:** A transição energética requer investimentos maciços em novas tecnologias, infraestrutura e pesquisa. O financiamento desses projetos pode ser um obstáculo, especialmente em um contexto de restrições fiscais.
- **Solução:** Atrair investimentos privados, criar mecanismos de financiamento verde e aproveitar fundos internacionais dedicados à sustentabilidade.

5. Impactos Socioeconômicos

- **Desafio:** A transição energética pode gerar impactos negativos em setores tradicionais, como o de petróleo e gás, levando à perda de empregos e à necessidade de requalificação da mão de obra.
- **Solução:** Implementar políticas de transição justa, com programas de capacitação e reinserção de trabalhadores em setores emergentes.

6. Regulação e Políticas Públicas

- **Desafio:** A falta de uma regulamentação clara e estável pode desincentivar investimentos em energias renováveis e tecnologias limpas.
- **Solução:** Estabelecer marcos regulatórios que garantam segurança jurídica e incentivem a inovação e a adoção de tecnologias sustentáveis.

7. Descarbonização do Setor de Transportes

- **Desafio:** O setor de transportes no Brasil ainda é altamente dependente de combustíveis fósseis, especialmente o diesel. A eletrificação da frota e a adoção de biocombustíveis são essenciais, mas enfrentam barreiras técnicas e econômicas.
- **Solução:** Promover políticas de incentivo à mobilidade elétrica, investir em infraestrutura de recarga e ampliar o uso de biocombustíveis, como o etanol.

8. Desigualdades Regionais

- **Desafio:** O acesso à energia ainda é desigual no Brasil, com regiões mais pobres e remotas enfrentando dificuldades para garantir um suprimento energético estável e acessível.
- **Solução:** Expandir programas de universalização do acesso à energia, com foco em soluções renováveis e descentralizadas, como sistemas fotovoltaicos off-grid.

9. Sustentabilidade Ambiental

- **Desafio:** A expansão de algumas fontes renováveis, como hidrelétricas e biocombustíveis, pode ter impactos ambientais negativos, como desmatamento e perda de biodiversidade.
- **Solução:** Adotar critérios rigorosos de licenciamento ambiental e promover práticas sustentáveis na produção de energia.

10. Integração com Objetivos Globais

- **Desafio:** O Brasil precisa alinhar sua transição energética com os compromissos internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa, como o Acordo de Paris.
- **Solução:** Fortalecer as metas nacionais de descarbonização e implementar políticas públicas que promovam a transição para uma economia de baixo carbono.

11. Ônus para os Trabalhadores e Trabalhadoras

- **Perda de empregos em setores tradicionais:** Com a redução da dependência de combustíveis fósseis, muitos postos de trabalho em indústrias como mineração de carvão, refinarias de petróleo e usinas termelétricas podem ser extintos. Isso afeta diretamente trabalhadores e comunidades que dependem economicamente dessas atividades.
- **Falta de qualificação para novas oportunidades:** Muitos trabalhadores podem não ter as habilidades necessárias para migrar para empregos em setores de energia renovável, como solar, eólica ou hidrogênio verde, o que exige treinamento e capacitação.
- **Impacto nas comunidades:** Em regiões onde a economia é fortemente dependente de indústrias poluentes, a transição pode levar ao declínio econômico, afetando não apenas os trabalhadores, mas também suas famílias e comunidades.
- **Desigualdades sociais:** Sem políticas adequadas, a transição pode aprofundar desigualdades, já que trabalhadores de baixa renda e menos qualificados são os mais vulneráveis aos impactos negativos.

12. Oportunidades para os Trabalhadores e Trabalhadoras

- Criação de empregos verdes: A transição energética abre espaço para novos empregos em setores como energia solar, eólica, eficiência energética, mobilidade elétrica e tecnologias de armazenamento de energia. Esses empregos tendem a ser mais sustentáveis e alinhados com as demandas futuras.
- Capacitação e requalificação: Programas de treinamento e educação podem ajudar os trabalhadores a adquirirem habilidades para atuar em setores emergentes, garantindo sua reinserção no mercado de trabalho.
- Melhoria das condições de trabalho: Empregos no setor de energias renováveis muitas vezes oferecem melhores condições de segurança e saúde no trabalho em comparação com setores tradicionais, como mineração ou petróleo.
- Inovação e desenvolvimento regional: A transição pode impulsionar o desenvolvimento de novas indústrias e tecnologias, gerando crescimento econômico em regiões que antes dependiam de atividades poluentes.

13. Elementos para uma Transição Justa

Para garantir que a transição energética seja justa e inclusiva, é essencial:

- **Diálogo social:** Envolver sindicatos, trabalhadores, governos e empresas no planejamento e implementação das políticas de transição.
- **Políticas públicas robustas:** Criar programas de proteção social, seguro-desemprego e renda básica temporária para trabalhadores afetados. É necessário o debate para estabelecer as bases para a participação da construção das políticas sob a perspectiva dos trabalhadores e que estes sejam os principais beneficiários.
- **Investimento em educação e capacitação:** Oferecer treinamentos e cursos para preparar os trabalhadores para os empregos do futuro.
- **Diversificação econômica:** Promover o desenvolvimento de outras atividades econômicas em regiões dependentes de combustíveis fósseis.
- **Inclusão e equidade:** Garantir que grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e minorias, também sejam beneficiados pela transição.
- **Direitos humanos e empresas:** defender a aprovação do PL 572/2022 que estabelece um marco legal sobre direitos humanos e empresas e cria diretrizes para responsabilizar empresas transnacionais por violações de direitos humanos em território brasileiro.

Conclusão

158. A transição justa no Brasil é uma oportunidade para modernizar a matriz energética, reduzir as emissões de carbono e promover o desenvolvimento sustentável. No entanto, requer um planejamento cuidadoso, investimentos significativos e a colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil. Superar esses desafios é essencial para garantir um futuro energético mais limpo, seguro e inclusivo para o país.
159. Sendo assim, a transição energética justa é um conceito que busca equilibrar a necessidade de migrar para fontes de energia mais sustentáveis e menos poluentes com a proteção dos direitos e interesses dos trabalhadores, especialmente aqueles cujos

empregos estão diretamente ligados a setores intensivos em carbono, como o petróleo, gás e carvão. Essa transição tem reflexos significativos para os trabalhadores, tanto em termos de desafios quanto de oportunidades.

160. Por fim, a transição energética justa é um processo complexo que exige planejamento, investimento e cooperação entre diversos atores. Se bem implementada, pode gerar benefícios ambientais, econômicos e sociais, mas, sem cuidado, pode aprofundar desigualdades e deixar milhões de trabalhadores vulneráveis. Portanto, é crucial que governos, empresas e sociedade civil trabalhem juntos para garantir que ninguém seja deixado para trás nesse processo.

COP 30: Justiça Climática, Transição Justa e uma Agenda da Classe Trabalhadora

161. A transição justa é uma das principais bandeiras do movimento sindical no enfrentamento da crise climática. Reconhecendo a urgência de uma transição para uma economia de baixo carbono, o sindicalismo luta para que esse processo não prejudique a classe trabalhadora. A crise climática, resultante do modelo capitalista de produção e consumo, exige respostas estruturais que promovam justiça social e ambiental. Nesse contexto, a transição justa coloca os trabalhadores e as trabalhadoras no centro das decisões, garantindo que as transformações nos sistemas produtivo e energético não aprofundem desigualdades nem precarizem as condições de vida.
162. A CNQ reafirma seu compromisso com defesa da criação de empregos dignos, a proteção social e a garantia dos direitos trabalhistas e humanos. Em todos os espaços de negociação e debate, especialmente na COP 30 (10 a 21 de novembro, Belém/Pará), defenderemos políticas que unam justiça climática, econômica e social, reforçando o protagonismo da classe trabalhadora na construção de um presente e um futuro sustentáveis e igualitários.
163. Para garantir transição justa e sustentabilidade diante das mudanças climáticas, defendemos:
- **Trabalho decente como base para a transição justa:** assegurar que a transição para uma economia de baixo carbono aconteça de maneira justa, com respeito aos direitos humanos, trabalho decente e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas.
 - **Trabalho decente e proteção social na transição energética:** assegurar trabalho decente na transição energética, nos diversos modelos de plataformização do trabalho e no uso da inteligência artificial.

4. CONJUNTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA

164. A conjuntura setorial brasileira é composta por indicadores de atividade econômica, como o PIB, o desemprego, a renda, os investimentos, entre outros.
165. Em 2024, a economia brasileira cresceu mais do que o esperado, com redução do déficit das contas públicas e do desemprego.
166. **Setor de serviços:** A receita real de serviços cresceu 4,5% no acumulado do ano de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022, e o setor de alojamento e alimentação mantém um forte crescimento da renda há quatro trimestres consecutivos.
167. **Setor de indústria:** A indústria de transformação recuperou-se, embora em ritmo ainda modesto. O crescimento do PIB no ano passado foi puxado pela indústria extrativa.
168. **Setor de comércio:** O desempenho das vendas de bens e serviços manteve a tração ao longo de 2024.
169. **Setor de agricultura:** Registrou queda de 4,6% da renda média interanual no terceiro trimestre de 2023 na agricultura. A agropecuária, provavelmente, apresentará resultados negativos em 2024.
170. O país se destaca na produção de alimentos, bebidas, têxteis, móveis, calçados, couro, papel e celulose.
171. **Evolução da produção industrial:** Em abril de 2024, a produção industrial brasileira cresceu 8,4% em relação ao mesmo mês de 2023. No primeiro semestre de 2024, a indústria brasileira cresceu 2,3%, superando a média mundial.
172. **Ranking mundial:** Em 2024, o Brasil avançou 30 posições no ranking mundial de produção industrial, passando de 70º para o 40º lugar.
173. **Projeções de crescimento:** O Ipea projeta crescimento de 3,5% do PIB para 2024 e de 2,4% para 2025. (*Fontes de informação Informe Conjuntural da CNI, Carta de Conjuntura do Ipea*).
174. O crescimento registrado pelo Produto Interno Bruto (PIB) na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2024 (+0,9%), embora tenha desacelerado em relação à média verificada no primeiro semestre (+1,2%), continua refletindo uma economia aquecida, conforme já antecipado pelos indicadores setoriais com periodicidade mensal.
175. Reforçando o diagnóstico prévio, o dinamismo do mercado de trabalho, associado a melhores condições de acesso ao crédito, manteve o bom desempenho das vendas de bens e serviços ao longo do terceiro trimestre. Como consequência, contrastando com o cenário verificado em 2023, os setores econômicos considerados mais cíclicos têm apresentado as maiores contribuições para o crescimento do PIB. Uma parte relevante da demanda, todavia, segue sendo suprida pela expansão das importações, fato também evidenciado pelo crescimento mais acelerado do consumo aparente (CA) de bens industriais, *vis-à-vis* a produção física.
176. Os resultados referentes aos primeiros meses do quarto trimestre não apontam grandes alterações, embora o ambiente econômico apresente alguma deterioração. No âmbito da política econômica, enquanto o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou em setembro último um ciclo de aumento da taxa de juros, o impulso fiscal por parte do governo tende a ser

menor que o ocorrido anteriormente. Além desses fatores, em um cenário em que a trajetória de alguns índices de preços, notadamente no setor de serviços, tem se tornado menos benigna, a recente desvalorização do real frente ao dólar tende a provocar uma moderação no crescimento real da massa de rendimentos das famílias.

177. Os dados mais atualizados mostram que o mercado de trabalho brasileiro continua bastante aquecido, consolidando uma trajetória de queda da desocupação e de expansão de rendimentos reais. Por certo, o desempenho melhor que o esperado da atividade econômica no terceiro trimestre do ano impulsionou a criação de novas vagas de emprego, cujo ritmo de expansão se mostrou, novamente, superior ao observado na força de trabalho, garantindo, desta forma, o recuo da taxa de desocupação. Adicionalmente, diante deste quadro marcado por demanda de mão de obra acima da ofertada, a pressão sobre os salários vem gerando sucessivas altas dos rendimentos reais, que, combinadas à expansão da ocupação, impactam positivamente a massa salarial real e o consumo das famílias.
178. Em outubro, após a mensalização das estatísticas da PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desocupação ficou em 6,0%, recuando 1,4 ponto percentual na comparação com o observado no mesmo período de 2023. Na margem, embora os dados dessazonalizados indiquem leve aceleração da taxa em outubro (6,4%) ante a registrada em setembro (6,0%), a desocupação se mantém em patamar bem reduzido.
179. As estimativas próprias mensais apresentadas nesta Nota – feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua – sinalizam que, em novembro, o mercado de trabalho brasileiro manteve-se em trajetória bastante favorável, contabilizando expansões da população ocupada (PO) e dos rendimentos reais, garantindo, desta forma, a manutenção da desocupação em níveis historicamente baixos e forte crescimento da massa salarial.
180. Em novembro de 2024, a PO no país somava 103,7 milhões de pessoas, avançando 2,9% na comparação com o mesmo período de 2023. Já em termos dessazonalizados, em novembro, a PO abarcava 103,0 milhões de trabalhadores, o que representa uma alta de 0,2% em relação ao observado em outubro. Nota-se ainda que essa aceleração da ocupação vem sendo acompanhada de um movimento similar, porém menos intenso, da força de trabalho, impedindo, assim, uma queda ainda mais significativa da taxa de desocupação (TD).
181. De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) da União, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dezembro de 2024 apresentou superávit primário de R\$ 19,5 bilhões nas contas do governo federal. A receita líquida totalizou R\$ 232,8 bilhões nesse mês - crescimento de 18,8% em termos reais, comparativamente ao apurado no mesmo mês de 2023 -, ao passo que as despesas somaram R\$ 213,4 bilhões - decréscimo real de 32,9% na mesma base de comparação. Com isso, em 2024, o resultado primário apresenta déficit de R\$ 52,3 bilhões, a preços constantes de dezembro, melhor do que o esperado no último relatório de avaliação de receitas e despesas primárias (R\$ 64,4 bilhões).

182. Os dados mais recentes mostram que, nos últimos meses, o ambiente inflacionário brasileiro se tornou menos favorável, combinando aceleração dos índices de preços e retomada das medidas de núcleo de inflação. Além de um desempenho mais forte da economia – e seus impactos sobre o aumento da massa salarial –, a desvalorização cambial de aproximadamente 7%, entre agosto e novembro, e a forte alta dos alimentos, sobretudo das proteínas animais, explicam boa parte desta alta de preços. Desta forma, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, acumulou alta de 4,9% em doze meses, refletindo os reajustes de 8,4% dos alimentos no domicílio, 5,2% dos bens e serviços administrados e 4,7% dos serviços livres.
183. Dentro desse contexto, em que pese a estimativa de um desempenho menos robusto do nível de atividade para 2025, conjugada com a expectativa de uma melhora no comportamento do câmbio e com o aumento de aproximadamente 6,0% da safra brasileira de grãos, o atual cenário de inflação mais adverso sinaliza que o processo desinflacionário da economia brasileira será mais lento que o projetado anteriormente. Por certo, embora as projeções de inflação feitas pelo Grupo de Conjuntura do Ipea indiquem uma desaceleração tanto do IPCA quanto do (INPC em 2025 diante do estimado para 2024, estas altas projetadas não apenas se encontram acima das previstas no último trimestre, mas também indicam uma resiliência maior da inflação brasileira.
184. O crescimento da indústria de construção civil impulsionadas pelo programa Minha Casa Minha Vida e, de obras de infraestrutura impulsionadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) impactam diretamente nos nossos setores devido ao aumento da demanda por tintas e vernizes, tubos de PVC e outros polímeros, colas e adesivos, secantes e aceleradores, vidros planos etc., gerando aumento da oferta de emprego e melhores condições na hora da negociação coletiva.
185. No que se refere a “Descarbonização da Indústria da Construção”: a indústria da construção está entre os principais emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera, principalmente em razão do uso excessivo de energia para a produção de cimento e aço. A descarbonização implica no desenvolvimento de novos materiais que podem ter origem na indústria química, representando dessa forma, a geração de empregos verdes em nossos setores.

5. CONJUNTURA SETORIAL DO RAMO QUÍMICO

186. O Ramo Químico brasileiro compreende toda a cadeia produtiva da Indústria Química, composta pelo setor de petróleo e gás (princípio da cadeia petroquímica); extração de minérios; químicos para uso industrial, ou seja, aqueles que se referem à atividade de indústria base, cuja produção é insumo para várias indústrias de diversos setores; e químicos para uso final, isto é, aqueles que resultam em produtos diretamente comercializados para o mercado final. Estão entre estes, farmacêuticos, higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, adubos e fertilizantes, produtos de limpeza e afins, defensivos agrícolas (agrotóxicos), tintas, esmaltes e vernizes, fibras artificiais e sintéticas, e transformados plásticos. Também integram o setor de transformação a indústria de papel e celulose, a indústria de borracha e a indústria de vidros.
187. Estima-se que o ramo, no Brasil, representa cerca de 31,4% do Valor Bruto da Produção e emprega cerca de 1,2 milhão de trabalhadores nos diversos setores que o compõem. O Ramo Químico é bastante estratégico na economia brasileira e possui grande dinamismo com participação em inúmeras cadeias produtivas. Por conta desta íntima integração com outros ramos, como metalúrgico, de alimentos, têxtil e da construção civil, é impossível descolar uma análise setorial da conjuntura da indústria nacional e da própria conjuntura econômica.

Setor Petróleo

188. O setor de petróleo brasileiro está diretamente ligado a estatal Petrobras. A empresa é líder na distribuição de derivados de petróleo e gás natural, atua no país e em mais 17 países do globo, é o nono parque mundial de refino e possui excelência em tecnologia para exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultra profundas.
189. O refino é um segmento tão importante quanto o de exploração e produção (E&P), também exigindo elevados investimentos. Seus ciclos de grandes investimentos têm uma frequência bem menor do que os de E&P, mas há uma complementaridade entre eles, pois o refino agrega valor à atividade de E&P.
190. Produzir petróleo – pelo menos em uma quantidade que atenda à necessidade do país – e ter um parque de refino que atenda à demanda interna de derivados de petróleo são fatores que proporcionam economia de divisas na balança comercial da nação e viabilizam sua segurança energética, ao garantir o abastecimento contínuo de derivados de petróleo, insumos essenciais à vida contemporânea. Refinarias próximas aos centros de consumo de derivados, tanto quanto às regiões produtoras de petróleo, carregam um valor estratégico muito importante, pois maximizam a apropriação do valor agregado, bem como reduzem os custos de logística, não só para uma empresa, mas para o país.
191. A produção de petróleo da União registrou um novo recorde em outubro de 2024, alcançando o volume de 104 mil barris por dia (bpd). É a primeira vez que a marca de 100 mil bpd é superada. Nos últimos meses, a produção da União vem batendo recordes em sequência. O resultado de outubro é 4,4% superior ao de setembro, quando foram registrados 99 mil bpd. Era, até então, o maior volume já contabilizado.
192. Com o desempenho de outubro, a União se tornou a quinta maior produtora de petróleo no Brasil. É também a primeira vez que esta posição é alcançada. Os dados são do boletim

divulgado pela estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), responsável legal pela gestão dos contratos para a comercialização de petróleo da União.

193. A maior parte da produção da União diz respeito aos contratos firmados conforme o regime de partilha, que passou a ser adotado no país com a aprovação da Lei Federal 12.351/2010. Através dele, as empresas petrolíferas interessadas em explorar petróleo nas áreas licitadas devem oferecer ao Estado um percentual do excedente produzido. Aquela que apresenta as melhores condições vence a concorrência.
194. De acordo com a PPSA, o volume referente à produção nos contratos de partilha somou 100,13 mil bpd em outubro. Outros 3,48 mil bpd correspondem a Acordos de Individualização da Produção (AIPs), instituto jurídico que deve ser firmado junto à União para que a empresa possa explorar as parcelas de uma jazida que se localizam fora de uma área contratada.
195. Ainda conforme a estatal, o crescimento em outubro foi impulsionado sobretudo pela produção excedente no Campo de Sépia. Projeções da PPSA para os próximos anos indicam que a produção da União pode superar os 500 mil bpd em 2030.
196. Em outubro, a União também teve direito a uma produção recorde de gás natural de 255 mil metros cúbicos por dia, volume 57% maior do que o resultado de setembro. "Desde 2017, a produção acumulada de petróleo de parcela da União já soma 62,5 milhões de barris e 277 milhões de metros cúbicos de gás natural", informa a PPSA.

Setor Petroquímico

197. A indústria petroquímica brasileira tem apresentado tendências de crescimento na demanda por resinas termoplásticas e poliéster para fibras têxteis. No entanto, o setor ainda depende muito de importações de matérias-primas.
198. Tendências de mercado: Aumento da demanda por resinas termoplásticas, como polietileno, PVC e polipropileno; aumento da produção de poliéster para fibras têxteis; e o pré-sal, que pode impulsionar a indústria petroquímica brasileira.
199. Importações de matérias-primas: A indústria petroquímica brasileira depende muito de importações de matérias-primas, como nafta e etano: A maior dependência externa pode ameaçar o potencial inovador do país.
200. Emprego: Entre 2017 e 2023, a indústria petroquímica brasileira reverteu um ciclo de queda do emprego, com aumento no total de postos de trabalho formais, que somam 37.886 no último ano. No período, o total de postos cresceu 11,3% no país. No Nordeste, o crescimento do emprego na indústria petroquímica foi de 24,6% entre 2017 e 2023.
201. Produtos produzidos: A indústria petroquímica produz uma ampla gama de insumos, como fertilizantes, plásticos, fibras químicas, tintas, corantes, adesivos, solventes, detergentes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, pesticidas, explosivos e produtos farmacêuticos.

Setor Químico para fins industriais

202. Apesar de sua grande importância para a economia do país, respondendo por 11% do PIB industrial, a indústria química brasileira vem registrando desempenho negativo nos últimos anos, com queda no faturamento e na utilização da capacidade instalada.

203. Faturamento: de 2022 para 2023, o faturamento líquido da indústria química brasileira caiu de US\$ 194 bilhões para US\$ 167,4 bilhões. Em 2024, voltou a cair, encerrando o ano em US\$ 158,6 bilhões.
204. Capacidade instalada: Em 2023, a capacidade instalada da indústria química brasileira atingiu o menor nível da história, com média de 64%. Em julho de 2024, a capacidade instalada já havia subido para 70%, mas permanecendo aquém de um patamar favorável para o setor. Níveis elevados de utilização significam investimentos a frente, e o contrário implica em desestímulo a novos investimentos.
205. Produção e vendas internas: Na média entre janeiro e julho de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, o índice de produção interna subiu 2,13%. As vendas internas subiram 6,0% nos primeiros sete meses deste ano.
206. Exportações: As exportações brasileiras de produtos químicos somaram US\$ 15,2 bilhões em 2024 - aumento de 4,3% na comparação com 2022. Em volume, contudo, houve certa estabilidade, com recuo de 0,2% na quantidade física exportada. Importante frisar que o setor químico brasileiro é o terceiro maior exportador de toda a indústria de transformação nacional, atrás dos segmentos de produtos alimentícios (US\$ 66,5 bilhões) e de metais básicos (US\$ 23,2 bilhões).
207. Déficit comercial: O saldo negativo na balança comercial de produtos químicos totalizou US\$ 48,7 bilhões em 2024. O recorde de déficit foi verificado em 2022, quando alcançou US\$ 63 bilhões, mas é importante registrar que, em 2024, houve queda de 6,3% do preço médio da importação de produtos químicos. A despeito do crescimento do valor exportado, as importações somaram US\$ 63,9 bilhões em produtos químicos no ano. Em volume importado, foi registrado aumento de 11,5%, somando 65,3 milhões de toneladas.
208. A indústria química brasileira é diversificada e abrange produtos como: Petroquímicos, Plásticos, Fertilizantes, Produtos farmacêuticos, Tintas, Cosméticos, Produtos de limpeza e Aditivos industriais.
209. Por ser um setor intensivo em capital, o suprimento de matéria-prima, especialmente o gás natural e o etano, são um dos desafios colocados para a competitividade da indústria química nacional. A oferta e o preço competitivo de nafta e de energia também estão na lista de demandas das empresas do setor.

Setor Farmacêutico

210. As vendas de produtos farmacêuticos no Brasil cresceram 18% de 2022 para 2023, alcançando US\$ 34 bilhões. Estima-se que, em 2024, as vendas da indústria farmacêutica cresceram em torno de 12,6%. Esse bom desempenho é exemplificado pelo resultado 19,4% superior das vendas da indústria para as farmácias em relação ao ano passado, comparando as projeções de vendas para o mercado institucional (hospitais, governos, planos de saúde etc.) com as do varejo.
211. Pesquisa do Sindusfarma também constatou o otimismo da indústria farmacêutica diante do crescimento das compras governamentais (77%), de novas tecnologias e acesso ao mercado privado (73%), do crescimento da economia (66%) e do ambiente regulatório (60%).

212. A saúde continua sendo uma das principais preocupações dos brasileiros e brasileiras, atrás somente de "crime e violência". Portanto, o futuro da indústria farmacêutica é condicionado pela evolução da demanda por saúde, pela dinâmica setorial da indústria e pelas principais tendências tecnológicas associadas. As alterações na demografia das populações e na carga de incidência das doenças vêm modificando as oportunidades e os desafios da indústria.
213. Por outro lado, a própria dinâmica de inovação da indústria altera os rumos do progresso tecnológico no setor, impactando a forma como são organizados os sistemas de saúde.
214. O resultado desses processos é uma tendência à crescente elevação dos custos de saúde, derivada tanto da ampliação das necessidades de saúde quanto da pressão pela incorporação de novas tecnologias e produtos no sistema.
215. Do ponto de vista da indústria, observa-se uma tendência de crescimento sustentado, ao longo do tempo, em função das transições demográfica e epidemiológica, que levam a uma mudança estrutural de patamar na demanda por saúde.
216. O desempenho da indústria farmacêutica brasileira em 2023 foi de crescimento de 8,53% em relação ao ano anterior.
217. Faturamento: Em 2022, o faturamento do setor foi de R\$ 131,2 bilhões. Em 2023, o faturamento do setor foi de R\$ 142,43 bilhões.
218. Mercado mundial: O mercado brasileiro de medicamentos representa cerca de 2% do mercado mundial. O Brasil é o principal mercado farmacêutico da América Latina.
219. Desafios: Desperdício de medicamentos, Distribuição ineficiente, Baixa previsibilidade, remédios em falta, Dependência de produtos de maior valor agregado e aporte tecnológico.
220. Perspectivas: A AMB prevê que a indústria farmacêutica brasileira cresça 30% até 2027.

Setor de Fertilizantes

221. A produção nacional de fertilizantes é historicamente muito inferior à demanda interna e o seu uso cresce a cada ano. O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, mas suas importações de NPK (percentual em relação ao consumo total) aumentaram para mais de 80% em 2020, com valor que superou US\$ 9 bilhões. Em 2023, a participação da produção nacional em relação às entregas ao mercado interno foi de apenas 14,8%.
222. A maior parte das importações de produtos químicos registradas em 2024 foram de intermediários de fertilizantes, com aumento de 7,4% no volume em comparação com 2023. A fim de diminuir a dependência nacional por fertilizantes e tecnologias importadas, foi lançada, em março de 2022, e revisada, em novembro de 2023, a Política Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas (PNF). Um dos objetivos do PNF é aumentar a participação da produção brasileira de fertilizantes para até 50% da demanda interna até 2050.
223. Uma análise das patentes depositadas no país concluiu que boa parte não se refere a produtos desenvolvidos para a agricultura tropical e há predominância de depositantes estrangeiros, sugerindo um cenário de perpetuação da dependência tecnológica. Por isso,

uma das diretrizes do PNF visa aumentar o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), especialmente em sustentabilidade ambiental.

224. É importante ressaltar que as ações de PD&I terão que estar atentas às boas práticas alinhadas com o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), uma vez que ele será base de projetos para a toda a cadeia produtiva de fertilizantes. Assim, alinha-se à tendência de fomentar a melhoria da performance agroambiental nos países agrícolas, fato que valerá também como instrumento de comércio exterior e acordos internacionais para negócios em insumos e produtos agropecuários.
225. Esse contexto tende a favorecer, no longo prazo, o aumento na quantidade de projetos que poderão englobar desde a mineração até a aplicação no campo para quatro grandes cadeias: nitrogenados, fosfatados, potássicos e, sobretudo, as cadeias emergentes.
226. Cinco cadeias emergentes se fortalecerão no país, tropicalizando os insumos para a agricultura, são elas:
- 1) *fertilizantes orgânicos e organominerais;*
 - 2) *subprodutos com potencial de uso agrícola;*
 - 3) *bioinsumos/biomoléculas/bioprocessos para a nutrição vegetal;*
 - 4) *nanotecnologia e novos materiais, digitalização da agricultura; e*
 - 5) *remineralizadores de solo.*
227. Dessas cinco cadeias emergentes, são esperados os seguintes resultados para o horizonte de 2030: contribuição com pelo menos 20% da demanda nacional de nutrientes; contribuição de processos biológicos, aumentando para 25% a contribuição da FBN em culturas como milho, cana-de-açúcar, café, trigo e pastagens, sobretudo em sistemas integrados; diminuição das emissões de GEE pela agricultura, por meio de fertilizantes de eficiência aumentada; reciclagem de resíduos e subprodutos orgânicos; e intensificação do uso de insumos biológicos, que pode chegar a uma queda de 15% das emissões de GEE na agropecuária.
228. Os remineralizadores, por sua vez, fornecerão uma parte importante dos nutrientes para a agricultura, de forma regionalizada. Insumos nanotecnológicos causarão aumentos da eficiência produtiva das grandes culturas como soja e milho em até 20%, e a automação será parte do manejo da agricultura de larga escala a partir de 2025.
229. Indicativos sobre a evolução recente dos principais avanços tecnológicos relacionados com fertilizantes: Baseado na análise de patentes registradas com depositantes oriundos da Alemanha, do Brasil, dos EUA, da França, da Holanda e da Noruega, para fertilizantes nitrogenados (considerando as classificações CPC/IPC associadas a cada pedido de patente), verificou-se que ocorrem mais frequentemente os campos tecnológicos relativos a fertilizantes contendo ureia (o fertilizante mais consumido no Brasil); compostos e aditivos para regular a urease e a nitrificação no solo; fertilizantes contendo sais de amônia ou a própria amônia (como o nitrato de amônia); e misturas de fertilizantes. Foram relevantes as composições com inibidores de urease e de nitrificação.

230. Entre os fertilizantes nitrogenados, há relevante presença de componentes orgânicos. Conclui-se que a principal busca tecnológica no setor ocorre em termos de aumento da eficiência dos fertilizantes (estabilização de urease e nitrificação, controle de liberação, outros).
231. Desta mesma análise, o diagnóstico nacional para os fertilizantes fosfatados e potássicos concluiu que a principal busca tecnológica no setor ocorre em termos de tecnologias relativas a:
- Correlação aos fertilizantes nitrogenados (especialmente na utilização de compostos de fosfato de amônio, tais como MAP e DAP);
 - Inserção de matriz orgânica na composição do fertilizante; aditivos; presença de micronutrientes (como boro, zinco, cobre); inovações relativas à forma do fertilizante (como fertilizantes na forma líquida);
 - Técnicas de granulação; tecnologias de revestimento e/ou encapsulamento;
 - Composições com propriedades de liberação modificada ou controlada; composições em que há presença de enxofre (muitas vezes na forma elementar ou no revestimento);
 - Tecnologia de polímeros; composições contendo microrganismos; presença de ácidos fúlvico e húmico; polifosfatos; nanotecnologia embarcada; micronização;
 - Fertilizantes potássicos a partir das fontes mais convencionais, como o cloreto e o sulfato de potássio; fertilizantes potássicos obtidos a partir de rochas vulcânicas; fertilizantes a partir de resíduos animais;
 - Fertilizantes oriundos de resíduos da cadeia sucroalcooleira; fertilizantes potássicos produzidos por meio de processos térmicos.

Ações e temáticas em ascensão no horizonte de 2030

- Fortalecimento de redes nacionais de PD&I aplicadas aos nutrientes para a agricultura;
- Aperfeiçoamento de sistema nacional de informações e dados que possibilitem recomendações técnicas e estratégicas para o aumento da eficiência no aproveitamento de nutrientes na mineração, indústria e agricultura brasileira;
- Introdução na matriz de produção de fertilizantes, ou no fornecimento de nutrientes, de processos biológicos, por meio de insumos biológicos, biomoléculas, engenharia genética;
- Desenvolvimento de novos métodos que analisem a fertilidade do solo e o estado nutricional diretamente no campo, levando a informação para um sistema de interpretação e recomendação de fertilizantes para as diversas culturas;
- Conhecimento sobre os minerais estratégicos e nutrientes no território brasileiro, por meio de novas tecnologias em pesquisa e transformação mineral para a cadeia de fertilizantes e nutrição de plantas;
- Criação de tecnologias para o aumento da eficiência no uso dos fertilizantes no campo, novos materiais e tecnologias industriais, para o controle da liberação de NPK dos fertilizantes no solo e na água;
- Preparação de novas rotas tecnológicas industriais com fontes de energia limpa e mais eficientes por meio da produção e aproveitamento de amônia verde;
- Geração de tecnologias para que seja viabilizado o processo de fixação biológica de nitrogênio para sistemas biológicos pouco eficientes (feijão, cana-de-açúcar, milho,

café, hortaliças, arroz e pastagens); viabilização industrial; e validação agrônômica de inoculantes micorrízicos e de bactérias promotoras do crescimento vegetal e de tolerância à seca;

- Geração de tecnologias para a disponibilização do “legado P” – reversão de fósforo não lábil para lábil – nos solos brasileiros para a nutrição das plantas;
- Criação de rotas tecnológicas para a produção de fertilizantes fosfatados e fontes de NPK para as plantas, a partir do uso de coprodutos e/ou resíduos sólidos da mineração, e transformação mineral química da indústria de fertilizantes, da agroindústria, da atividade urbana, dos tratamentos de efluentes, com segurança ambiental e sanitária;
- Desenvolvimento de nanofertilizantes para aumento da produtividade de culturas agrícolas;
- Criação de ferramentas tecnológicas e indicadores para monitoramento e valoração de tecnologias limpas de sustentabilidade ambiental para a cadeia de fertilizantes.

Setor Cosméticos

232. O mercado de cosméticos no Brasil é um dos mais significativos do mundo.
233. Em 2022, o setor gerou aproximadamente R\$ 133 bilhões, marcando um crescimento de 10% em comparação com o ano anterior.
234. A indústria de cosméticos no Brasil também tem apresentado crescimento, tanto em vendas como em exportações.
235. Vendas: Em 2021, o mercado de cosméticos e higiene pessoal no Brasil vendeu R\$ 124,5 bilhões. Em 2022, o referido mercado gerou cerca de R\$ 133 bilhões. Em 2023, a indústria de beleza de prestígio movimentou mais de R\$ 3 bilhões. No primeiro semestre de 2024, o mercado de cosméticos de prestígio no Brasil faturou mais de R\$ 1,8 bilhões.
236. Exportações: Em 2023, as exportações brasileiras de cosméticos atingiram US\$ 911,2 milhões, o que representa aumento de 17,4%.
237. E-commerce: Os produtos de higiene pessoal e beleza representam 48% das vendas FMGC no e-commerce.
238. Tendências: O mercado de cosméticos masculino tem apresentado crescimento. Os produtos com benefícios em hidratação, limpeza e multibenefícios têm ganhado importância.
239. Os produtos corporais como body sprays e cremes para regiões localizadas têm apresentado crescimento.
240. O Brasil é um dos maiores mercados de cosméticos do mundo, e, segundo fontes da Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, os dados são:

HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS

	2022	2023*	23* / 22 (%)
Faturamento líquido US\$ bilhão	9,8	11,9	21%
Faturamento líquido R\$ bilhão ²³	50,8	59,3	17%
Volume de vendas mil toneladas	1.165	1.131	-3%
Exportação US\$ milhão	741	862	16%
Importação US\$ milhão	777	916	18%
Saldo balança comercial US\$ milhão (- = déficit)	36	55	54%
Investimentos realizados US\$ milhão	1,2	1,2	0%

(1) Taxa média anual do Dólar: 2022: US\$ = R\$ 5,1789; 2023: US\$ = R\$ 4,9850.

(2) Não inclui: fraldas descartáveis; absorventes higiênicos; papel higiênico; lenço de papel.

(3) Dados ex-Factory

* Estimativas do tamanho do mercado de HPPC baseada na plataforma da ABIHPEC - Painel Dados de Mercado (dados de janeiro a junho); dados de importação e exportação, baseado nas informações de janeiro a setembro de 2023 do ComexStat, com estimativa de fechamento para 2023.

Setor Plástico

241. A indústria plástica no Brasil tem apresentado crescimento e contribuído para impulsionar a economia nacional.
242. O setor é o 4º maior empregador da indústria de transformação nacional, com cerca de 363 mil empregos diretos distribuídos em mais de 12 mil empresas. A maior parte delas são micro e pequenas (77% do total) e respondem por 35% do emprego do setor.
243. Em 2023, a indústria de transformação de plástico registrou faturamento de R\$ 123 bilhões, com produção de 7,04 milhões de toneladas. A produção cresceu 4,8% em comparação com 2022. Já o segmento de embalagens de plástico cresceu 2,9% no mesmo período.
244. A indústria de reciclagem de plástico empregava 15,4 mil trabalhadores em 1,6 mil empresas em 2023, reciclando mecanicamente 1,1 milhão de toneladas de plásticos no ano. O faturamento da reciclagem pós-consumo foi de R\$ 4,7 bilhões em 2022, segundo a MaxiQuim.
245. Desafios: O Brasil é o quarto maior produtor de lixo plástico do mundo. É necessário aumentar os esforços para enfrentar desafios, como a reciclagem e a inovação.

Setor Papel e Celulose

246. Fortes Investimentos: Em 21 de agosto de 2024, a Indústria de Celulose e Papel anunciou no Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) investimentos de R\$ 105 bilhões até 2028.
247. O anúncio foi feito pelo presidente da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), Paulo Hartung. Na ocasião, o Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin, que também é Ministro

titular da pasta, enfatizou: “Esse é um anúncio superimportante e mostra a confiança no Brasil. É um setor que representa bem a Nova Indústria do Brasil”.

248. Esses investimentos serão direcionados para construção de novas Plantas Industriais e para a ampliação de Plantas existentes.
249. Apesar do imenso aumento dos investimentos no setor, continua atual o desafio de garantir trabalho decente no início da cadeia de produção de celulose e papel que é a silvicultura e a atividade florestal extrativista, ainda marcada por desafios nada elogiáveis, como informalidade e alta incidência de acidentes de trabalho graves e fatais.

Principais projetos de investimentos

250. ARAUCO (Inocência-MS): Pretende inaugurar a sua primeira Planta de Celulose em 2028, com capacidade inicial de 2,5 milhões de toneladas/ano, com previsão de dobrar até 2032; com geração de 2,3 mil empregos (diretos e indiretos) e geração de 400Mw de “energia limpa”, com autossuficiência energética (R\$ 25 bilhões).
251. SUZANO (Ribas do Rio Pardo-MS): Já em funcionamento. A fábrica tem capacidade inicial de 2,55 milhões de toneladas anuais, sendo a maior linha única de celulose do mundo; Geração de 3 mil empregos diretos e indiretos (R\$ 22,2 bilhões).
252. CMPC (Barra do Ribeiro-RS): Investirá em nova Planta industrial de produção de celulose, com capacidade de 2,5 milhões de toneladas, com geração de 1,5 mil vagas de emprego (R\$ 25 bilhões).
253. BRACELL (Lençóis Paulistas-SP): Controlada pelo grupo RGE (Royal Golden Eagle) está investindo R\$ 5 bilhões em fábrica de papéis Tissue, ao lado de sua planta industrial de celulose. A previsão é a geração de 550 postos de trabalho em operação (R\$ 5 bilhões).
254. KLABIN (Piracicaba-SP): Maior produtora de papéis para embalagem e papelão ondulado do país, investimento de R\$ 1,6 bilhão no Projeto Figueira. (R\$ 1,6 bilhão).
255. ELDORADO BRASIL (TRÊS LAGOAS-MS): Construção da segunda linha de produção e um ramal ferroviário para escoamento da produção (R\$ 25 bilhões).

Mato Grosso do Sul - Bola da vez ou Vale da celulose?

256. Em 14 anos, o Estado de Mato Grosso do Sul registrou crescimento de 436% na área de floresta plantada, atingindo 1,5 milhão de hectares de florestas de eucalipto.
257. Reúne gigantes do segmento de Celulose e Papel, tais como Eldorado, Suzano e, em breve, a Arauco, com investimentos superiores a R\$ 50 bilhões.
258. No recente evento Florestas 360º realizado em Campo Grande, o secretário Jaime Verruc (SEMADESC) posicionou os desafios do setor: Transformar o MS em Estado Carbono Neutro até 2030, apoiado no Profloresta, Plano Estadual de Consolidação e Diversificação da Base Florestal e Industrial.

Setor de Vidros

259. O setor do vidro brasileiro é bastante diversificado, tanto em termos de produtos manufaturados como em termos das técnicas adotadas para a sua fabricação. Engloba desde a produção de artigos de decoração feitos manualmente até a produção em larga

escala de embalagens destinadas à indústria de alimentos e de vidro plano produzido que atende as indústrias da construção civil, automobilística e moveleira, entre outras.

260. Embora tenha ocorrido uma queda moderada na venda de vidros processados em 2024, há também sinais positivos que indicam recuperação no futuro.
261. É preciso lembrar que o setor vidreiro enfrenta vários desafios atualmente, que incluem fatores relacionados à economia e à indústria. Apesar de a economia nacional mostrar um ano melhor que o esperado em 2024, a alta não atingiu todos os segmentos produtivos.
262. A indústria de transformação, por exemplo, registrou queda de 0,5%, provocada principalmente pela diminuição da demanda e da produção ocorrida, possivelmente, pelas altas taxas de juros na economia.
263. Também é importante lembrar que, apesar de esses desafios serem complexos e exigirem estratégias eficazes para serem superados, também representam oportunidades para inovação e crescimento no setor vidreiro.
264. Desafios: Inflação; Instabilidade econômica global; Altas taxas de juros; Desaquecimento da construção civil; automóveis; eletrodomésticos e móveis; aumento de importações.
265. Desempenho: Em 2020, o volume de vidros processados produzidos foi o maior desde 2015. Em 2023, o laminado registrou recuo no volume produzido. Em 2023, o espelho registrou o pior volume da série histórica. Em 2024, o setor vidreiro teve um resultado positivo maior que em 2022 e 2023.
266. Perspectivas: Estima-se crescimento de cerca de 3% em relação a 2023 para 2025.

Setor de Minérios

267. O Brasil é o sexto maior produtor de minérios do mundo, abrangendo 70 derivados minerais: 21 metais, 45 minerais industriais e 4 combustíveis. O País é o segundo maior produtor de minério de ferro, com 19% da produção global. Apresenta déficit na produção de carvão mineral e cloreto de potássio (utilizado para fertilizantes).
268. O ferro é o minério predominante nas exportações brasileiras e a Vale S.A. domina o setor, respondendo por 80% da produção nacional total.
269. Além disso, o Brasil possui as maiores reservas mundiais de nióbio (mineral utilizado na produção de ligas de aço de alta resistência, com aplicação na construção civil, indústria mecânica, aeroespacial, naval, automobilística e nuclear) e tantalita (minério que oferece bastante resistência ao calor com aplicação na indústria eletrônica).
270. O setor de mineração é importante para a economia brasileira e apresenta perspectivas de crescimento. O Brasil possui grandes reservas de minérios, como bauxita, manganês, ferro, ouro, alumínio, níquel, vanádio e zinco.
271. No entanto, o setor enfrenta desafios, como a necessidade de encontrar meios de atender tanto aos acionistas como à comunidade. Alguns pontos a considerar no desempenho da indústria de mineração no Brasil são:
 - A gestão de processos para garantir a segurança da mineração, dos trabalhadores e do meio ambiente;
 - A busca por certificações de qualidade e segurança;

- O desenvolvimento de novos projetos para melhorar o monitoramento de barragens e evitar o tratamento de resíduos;
- A busca por direitos minerais e projetos relativos a minerais críticos.

CUT E UMA AGENDA PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES EM MINERAÇÃO

272. A Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil, em conjunto com a Confederação Nacional do Ramo Químico-CNQ CUT/Secretaria Setorial Minérios e com apoio do Solidarity Center/AFL-CIO, realizou nos dias 13 e 14 de junho de 2024, o ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES e TRABALHADORAS EM MINERAÇÃO NO BRASIL, como parte da construção de uma agenda da Central e suas entidades filiadas no ramo químico para avançar na organização e representação de trabalhadores e trabalhadoras em mineração.
273. O Encontro Nacional buscou aprimorar o processo interno de organização de trabalhadores/as em mineração e fortalecer a tarefa histórica da Central na defesa dos direitos e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, das comunidades e do meio ambiente. Desta forma, o objetivo principal foi debater e fortalecer a organização interna de trabalhadores e trabalhadoras em mineração no Brasil de acordo com os princípios históricos e imediatos da CUT, considerando os temas atuais relacionados à situação da mineração e de trabalhadores e trabalhadoras em mineração no Brasil.
274. Além disso, buscou-se aprofundar a reflexão e elaborar estratégias de ação coletiva e articuladas entre CUT Brasil, CNQ/CUT, FITEM, Estaduais da CUT e Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras em mineração acerca dos seguintes pontos:
- Identificar os desafios e questões estratégicas e prioritárias para trabalhadores e trabalhadoras em mineração no Brasil.
 - Debater e aprofundar a compreensão sobre a relação entre mineração, seus trabalhadores e os temas: direitos humanos; meio ambiente e COP 30; saúde do trabalhador; aposentadoria especial; Normas Regulamentadoras (NR).
 - Organizar e instituir o Coletivo Nacional de Trabalhadores em Mineração da CUT e orientar a organização dos Coletivos Estaduais
 - Definir a estratégia e participação da CUT nos espaços tripartites de participação e negociação, como a Mesa de Diálogo “Em torno da Mineração no Brasil”, instituída pelo Governo Federal.
 - Elaborar perfil de dirigentes do setor de mineração participantes do Seminário.
 - Iniciar mapeamento da atuação e presença da CUT no setor de mineração.
275. Buscando avançar no fortalecimento das ações nacionalmente articuladas para este segmento da mineração na CUT, o Encontro Nacional reuniu representantes dos sindicatos de trabalhadores em mineração filiados à CUT dos estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; FITEM; dirigentes e assessorias da Central e da CNQ/CUT com atuação relacionadas ao tema da mineração. Além disso, contou com a participação do Solidarity Center/AFL-CIO e de representantes de sindicatos dos Estados Unidos e do Canadá, o que demonstra a importância desse segmento no âmbito nacional e internacional.

276. Como resultados deste Encontro Nacional, o principal objetivo pode ser considerado alcançado, uma vez os dois dias de debates e reflexões possibilitaram a construção de um plano de trabalho com as ações prioritárias e estratégicas de trabalhadoras e trabalhadores em mineração da CUT para o ano de 2024. Esse resultado fortalece a ação da CUT para este segmento de forma nacionalmente articulada envolvendo a Confederação, Federações, Sindicatos e Estaduais da CUT, permitindo que as estratégias nacionais orientem as ações locais e sejam potencializadas com lutas e pautas específicas de cada território, mas sem perder a compreensão da luta coletiva.
277. A construção do Plano de Trabalho 2024 foi elaborada a partir da reflexão de três grandes eixos: os cenários da mineração no Brasil e no mundo; a organização de trabalhadoras e trabalhadores em mineração na CUT e sua atuação nos territórios; e os temas relevantes na estratégia da CUT e sua relação com o segmento da mineração para o próximo período como direitos humanos, meio ambiente, COP 30, saúde do trabalhador(a), aposentadoria especial e normas reguladoras. Para eixo o debate buscou identificar os principais pontos de atenção, principais desafios para a organização sindical e propostas de atuação. Desta forma, foi possível construir com bastante qualidade a análise da realidade no Brasil tendo como ponto de partida o setor da mineração e elaborar formas de avançar na organização sindical desta categoria para reforçar a luta por direitos e melhores condições de trabalho e de vida.
278. Por fim, cabe destacar as ações estratégicas elaboradas coletivamente para avançar na organização sindical CUTista no setor de mineração e que devem orientar as ações coletivas e articuladas no próximo período:
1. Criação do Núcleo Sindical Nacional de Mineração da CUT.
 2. Realizar reuniões de trabalho do Núcleo Sindical de Mineração da CUT para realizar a gestão e monitoramento do Plano de Ação 2024 aprovado no Encontro Nacional.
 3. Elaborar e encaminhar carta da CUT/CNQ para encaminhar aos sindicatos e federações do ramo com informações e orientações encaminhadas pelo Encontro Nacional.
 4. Organizar e colocar em funcionamento os Núcleos Sindicais de Mineração da CUT nos estados prioritários para 2024.
 5. Articular e manter diálogo com Governo Federal nos temas e espaços relacionados ao setor.
 6. Identificar e acompanhar a tramitação de projetos de lei sobre aposentadoria especial no Parlamento, bem como outros que tenham relação com o setor (prioritárias).
 7. Participar e acompanhar o debate das Normas Reguladoras.
 8. Participar e acompanhar o debate sobre saúde trabalhador.
 9. Participar e acompanhar o debate sobre aposentadorias especiais.
 10. Organizar a participação do setor de mineração CUT na COP 30 (Belém/PA, novembro/2025).
 11. Organizar o debate sobre mineração, direitos humanos e meio ambiente.
 12. Realizar Oficina de Formação e de Organização das Brigadas Digitais da CUT.

13. Realizar Seminário Nacional de Balanço das ações de 2024 e Planejamento das ações 2025 – Núcleo Sindical Nacional de Mineração CUT.

279. Dando continuidade aos encaminhamentos do Encontro Nacional, é importante destacar a realização de duas atividades construídas a partir da estratégia nacional combinadas com especificidades locais. A primeira atividade foi o *Seminário Direitos Humanos e Empresas: Impactos Socioambientais das Energias Renováveis e da Mineração no Nordeste*, realizado entre os dias 04 e 06 de novembro de 2024, em Recife/Pernambuco que reuniu as Estaduais da CUT, Sindicatos da Mineração, energia e agricultura familiar dos 09 (nove) estados da região nordeste; nesse Seminário aprofundou-se debate sobre impactos socioambientais das energias renováveis e da mineração nessa região, e construiu-se estratégias de atuação por estados.
280. Dando continuidade aprovou-se a realização do *Seminário Direitos Humanos e Empresas: Trabalhadores em Mineração no Nordeste no Contexto da Transição Energética*, em Aracaju/SE, reunindo as Estaduais da CUT Alagoas, Sergipe e Bahia, Escola Sindical Nordeste da CUT e sindicatos de mineração ligados à FITEM.
281. Com a realização dessas duas atividades, acreditamos que foi possível avançar no processo de aprimoramento interno de organização de trabalhadores/as em mineração para atuar a partir dos pressupostos de Direitos Humanos e Empresas no contexto da transição energética, fortalecendo a tarefa histórica da Central na defesa dos direitos e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, das comunidades e do meio ambiente, bem como inserir os trabalhadores.
282. Portanto, com a realização deste Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras em Mineração no Brasil, pode-se afirmar que a CUT deu mais um passo importante no fortalecimento da sua atuação em defesa de trabalhadores e trabalhadoras do setor da mineração, fortalecendo a sua ação estratégica e articulada com a CNQ/CUT, federações e sindicatos do segmento e com as Estaduais da CUT, com a construção de uma agenda nacional para defender os direitos e a vida de quem trabalha na mineração e contribui para a construção do país.

Setor Borracha

283. A indústria da borracha é um setor fundamental para a economia brasileira, com grande participação na produção de pneus, autopeças e outros produtos essenciais. Já a logística é um setor que atua em conjunto para garantir a eficiência de processos como transporte, armazenagem, importação e exportação, garantindo assim o fluxo eficiente de matéria-prima, produtos semiacabados e produtos acabados ao longo da cadeia de suprimentos.
284. No entanto, há alguns desafios logísticos que podem impactar os custos e a eficiência operacional de empresas relacionadas à indústria da borracha.
285. Uma das principais características do setor é a diversidade de produtos, uma vez que produz ampla gama deles, como pneus, autopeças, mangueiras, correias transportadoras, vedações e diversos outros itens essenciais para diferentes setores da economia. A borracha natural é a principal matéria-prima da indústria, extraída da seringueira *Hevea brasiliensis*, originária da Amazônia brasileira.

286. O Brasil produz anualmente 259 mil toneladas de borracha, proveniente principalmente de áreas plantadas no Sudeste. Esse volume tem o potencial de atender apenas metade da demanda brasileira e pouco mais de 1,5% da demanda mundial, de acordo com a Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha, em 2022.
287. Diante da expectativa de aumentar a produção para atender a essa demanda, representantes de produtores e da indústria da borracha têm se organizado para solicitar estímulo do poder público, sendo que, em maio de 2024, diversas lideranças do setor se reuniram com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.
288. A oportunidade não se restringe, no entanto, aos produtores de áreas plantadas. Embora em quantidade menor (840 toneladas em 2022), a atividade extrativista nos seringais da Amazônia se manteve ao longo dos anos, mesmo com poucos incentivos, e a demanda por parte das empresas por esse tipo de borracha vem aumentando em função da vantagem de ser um produto diferenciado, com atributos socioambientais.
289. Após um salto na quantidade de borracha importada durante o mês de abril de 2024, resultado da queda significativa do preço por quilograma, houve um declínio do número de importações em maio, devido justamente ao grande volume importado no mês anterior, que pode ter levado ao acúmulo de estoque, reduzindo a necessidade de novas compras.
290. A vasta aplicabilidade da borracha em diferentes setores econômicos, torna o material um recurso fundamental para o mercado brasileiro. Na indústria automobilística, a borracha é usada para a produção de pneus e diversos componentes, enquanto, na agricultura, é crucial para a fabricação de máquinas e sistemas de irrigação. Na construção civil, a borracha é usada em pisos, isolamentos e vedações, que proporcionam durabilidade; enquanto, na área da saúde, a borracha é indispensável para a produção de luvas, seringas e tubos, garantindo a segurança e a funcionalidade dos produtos médicos.
291. A indústria da borracha se depara com alguns desafios, destacando-se a importação de pneus, em sua grande maioria, produzidos na China. O estudo conduzido pela Vixtra aponta que, no mês de junho, as importações se situaram na faixa dos US\$ 384 milhões, o que equivale a um aumento de 16% comparado ao mesmo período do ano anterior.
292. Entre os estados com maiores números de importação, estão Santa Catarina, com 35%, seguido de São Paulo, com 19%, e Paraná, com 9% do volume total.
293. Outro fator que deve estimular o aumento no número de importações no decorrer do ano é a crescente demanda da indústria automobilística nacional, citada anteriormente, impulsionada, sobretudo, pelo aumento na produção de veículos elétricos, sendo que, de janeiro a maio de 2024, houve aumento de 767% no valor de importação de carros elétricos em comparação ao mesmo período no ano passado.

6. BALANÇO DO MANDATO 2021/2025

294. A atual gestão da CNQ-CUT se desenvolveu em um período de grandes desafios para os movimentos sindical e social. Iniciamos o mandato ainda sob efeitos da reforma trabalhista do Governo Temer e agravada/ampliada pelo Governo Bolsonaro no tocante às perseguições ao movimento e representações sindicais, desregulamentação do sistema de negociações coletivas, perda de representação e asfixia financeira das entidades sindicais, que, combinados com os efeitos do isolamento social implantado pela pandemia e demais restrições impostas pelo COVID, alterou a forma de fazer sindicalismo, dadas as dificuldades de contato direto com os trabalhadores e trabalhadoras.
295. Apesar deste cenário, a postura da CNQ/CUT e dos Sindicatos do Ramo Químico manteve-se firme no combate às propostas patronais de flexibilização de direitos, garantindo que nenhum acordo coletivo do Ramo fosse assinado com redução de direitos. Com algumas exceções, os acordos, de modo geral, tiveram reajuste repondo integralmente os índices da inflação e com ganho real para os trabalhadores/as.
296. Neste mandato, a CNQ/CUT procurou dar continuidade às políticas que já vinham sendo realizadas nos mandatos anteriores e buscou ampliar o campo de ação, de representatividade e de organização sindical no Ramo Químico, com a potencialização de ação sindical e fortalecendo o processo de parceria entre as diversas secretarias que compõem a Direção Executiva da CNQ para colocar em prática as deliberações aprovadas no 9º Congresso da CNQ.
297. Neste mandato, destacaram-se as lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores/as em todos os níveis. A CNQ participou de todos os atos, ações, lutas e campanhas propostas pela CUT, bem como participou de forma decisiva de projetos temáticos da IndustriALL Global Union e de acompanhamento de Redes de Trabalhadores. Destacam-se também as parcerias com a FES – Fundação Friedrich Ebert, Solidarity Center da AFLCIO, DGB, IndustriALL Brasil, entre outras entidades.
298. Uma das prioridades desta gestão foi estreitar as relações com os diversos segmentos que compõem o Ramo Químico, buscando dar suporte a todas as lutas para superar condições indesejáveis entre os trabalhadores/as, como as diferenças salariais e de tratamento entre homens e mulheres nos locais de trabalho, saúde do trabalhador, ocorrência de acidentes, doenças e mortes.
299. Neste período, a CNQ buscou garantir a toda a direção (executiva, suplentes e conselho fiscal) a mesma oportunidade de participar da vida política da confederação. Todos os integrantes da direção, sem distinção, receberam suporte político ou financeiro (dentro das limitações), de acordo com suas atribuições. Buscou-se parcerias com instituições externas, federações e sindicatos do ramo, visando criar as condições necessárias para participação em reuniões, seminários, debates e demais atividades realizadas em âmbito local, nacional, regional ou internacional.
300. Para todas as secretarias a orientação política foi de que, dentro de suas atribuições, desenvolvessem ações para transformar em realidade as propostas aprovadas no Plano de Ações do 9º Congresso. No entanto, é preciso reconhecer que, mesmo com os esforços de oferecer condições iguais a todas as secretarias, algumas tiveram menor vida

ativa do que outras, o que aponta a necessidade de refletirmos sobre as atribuições reais de cada pasta, como também, de debater com os Sindicatos do Ramo a priorização que os/as dirigentes que comporão a próxima direção deverão oferecer à CNQ-CUT.

Balanço do Mandato por Secretarias:

301. **A Presidência** buscou, neste mandato, estreitar as relações com a CUT, participando de reuniões, debates e atividades, e atuou junto ao Macrossetor da Indústria da CUT com objetivo a fortalecer a ação e a solidariedade sindical. Participou ativamente da Construção do “Plano Indústria 10+: Desenvolvimento produtivo, tecnológico e social”, visando ampliar e articular a ação conjunta dos ramos Químico, Metalúrgico, Alimentação, Têxtil e da Construção Civil. Esteve atenta com os acontecimentos no ramo, fortaleceu as parcerias com instituições como FES, Solidarity Center e DGB, participando e apoiando as atividades de IndustriALL Global e IndustriALL Brasil.
302. Em parceria com os sindicatos e federações do ramo, fortaleceu a atuação institucional junto ao Governo Federal e Ministérios em Brasília na defesa de pautas da agenda sindical e de interesse do ramo e dos trabalhadores/as, dentre estas ações se destacam:
- Realização da atividade comemorativa, celebrando os 30 anos de existência da CNQ em julho de 2022, relembrando todos aqueles que contribuíram para a construção e fortalecimento deste importante instrumento de luta;
 - Realização, em maio de 2022, do curso sobre Ativismo Digital (Inspirado no projeto Brigadas Digitais da CUT), ministrado 100% on-line para dezenas de dirigentes de vários estados;
 - Realização, em março de 2023, do Seminário "Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva e Atualização do Sistema Sindical Brasileiro", do qual participaram como palestrantes os companheiro Sérgio Nobre – CUT Nacional e o consultor Clemente Ganz Lúcio, onde se debateu ações para fortalecer o instrumento das negociações coletivas e reestruturar a organização sindical após os golpes sequenciais sofridos contra as trabalhadoras e os trabalhadores entre 2016 e 2022;
 - Realização da 8ª Plenária Nacional da CNQ em novembro de 2023, que teve como objetivo central realinhar as estratégias e diretrizes em agendas como viabilidade do movimento sindical, industrialização e fortalecimento do Ramo Químico;
 - Realização do Encontro Nacional de Mulheres, em abril de 2024, que teve como objetivo central debater a organização de Mulheres nos Sindicatos, Federações e Setores do Ramo Químico da CUT, os desafios para a organização e empoderamento das mulheres na atualidade e impactos sobre o emprego das mulheres, desafios e oportunidades;
 - Participação, em parceria com a Secretaria Setorial do Papel, dos Encontros do Setor Papeleiro, organizados pela respectiva Secretaria, realizados em Brasília e em São Paulo, com o objetivo de reorganizar as lutas e ações conjuntas deste importante segmento econômico do ramo.
303. **A Secretaria de Finanças e Administração** buscou, ao longo deste mandato, criar, dentro das possibilidades financeiras da CNQ, as condições necessárias para que a direção desse respostas efetivas aos desafios colocados na agenda sindical.

304. Os recursos financeiros foram direcionados para, sempre que possível, criar as condições necessárias de trabalho de toda a direção e para a implementação de políticas setoriais e regionais, buscando maior aproximação da confederação com as Federações e sindicatos de base, especialmente aqueles fora do Estado de São Paulo.
305. Atuou em parceria com a Secretaria de Mulheres na construção de parcerias com Sindicatos e Federações para a realização do já mencionado Encontro Nacional de Mulheres do Ramo Químico.
306. **A Secretaria Geral** é responsável pela comunicação entre a CNQ e os Sindicatos filiados e pela representação da entidade em todos os espaços.
307. Coube à Secretaria promover junto aos Sindicatos e Federações o diálogo sobre as demandas específicas do ramo e sobre as lutas gerais propostas pela CUT, além de contribuir para a realização de todas as atividades institucionais da CNQ ao longo do mandato.
308. **A Secretaria de Formação**, em parceria com a FETQUIM e a Secretaria de Comunicação da CNQ, realizou, em 2022, o curso sobre Ativismo Digital (Inspirado no projeto Brigadas Digitais da CUT), ministrado 100% on-line, e que capacitou mais de 50 dirigentes do Ramo Químico.
309. Esteve à frente na organização e realização, em março de 2023, do Seminário "Projeto de Valorização e Fortalecimento da Negociação Coletiva e Atualização do Sistema Sindical Brasileiro", no qual se debateu ações para fortalecer o instrumento das negociações coletivas e reestruturar a organização sindical após os golpes sequenciais sofridos contra as trabalhadoras e os trabalhadores entre 2016 e 2022.
310. Atuou na realização, em parceria com a FETQUIM, dos cursos, em 2023, sobre: Comunicação para a Ação Sindical e Capacitação de Dirigentes em Direitos Humanos; e apoiou a realização da 8ª Plenária Nacional da CNQ em novembro de 2023, que teve como objetivo central realinhar as estratégias e diretrizes em agendas como viabilidade do movimento sindical, industrialização e fortalecimento do Ramo Químico.
311. Apoiou a realização do Encontro Nacional de Mulheres, em abril de 2024, que teve como objetivo central debater a organização de Mulheres nos Sindicatos, Federações e Setores do Ramo Químico da CUT, os desafios para a organização e empoderamento das mulheres na atualidade e os impactos sobre o emprego das mulheres, desafios e oportunidades.
312. Realizou, na modalidade on-line e híbrida, um ciclo de debates ao longo do mandato sobre a temas da agenda sindical.
313. Buscou ainda atender as demandas específicas de formação apresentadas pelos sindicatos - em especial do Setor de Mineração -, como a realização de cursos e outras atividades.
314. **A Secretaria da Mulher Trabalhadora**, neste mandato, buscou realizar ações com o objetivo de fortalecer e consolidar o Coletivo de Mulheres da CNQ, bem como incentivar o debate nas direções dos sindicatos filiados sobre a organização e implantação de

secretarias ou coletivos dedicados à temática das relações de gênero nas respectivas entidades.

315. Buscou contribuir com reflexões e discussões sobre equidade e igualdade de oportunidades, oferecendo aos sindicatos propostas e redações de cláusulas sobre a temática feminina para serem incorporadas nas pautas de reivindicações, como também suscitou o debate sobre a importância de incorporação de mulheres nas bancadas de negociação coletiva.
316. Participou ativamente das atividades e reuniões chamadas pela Secretaria Nacional de Mulheres da CUT e realizou, em abril de 2024, em parceria com os Sindicatos do Ramo e FETQUIM, o Encontro Nacional de Mulheres, que teve como objetivo central debater a organização de Mulheres nos Sindicatos, Federações e Setores do Ramo Químico da CUT, os desafios para a organização, o empoderamento das mulheres na atualidade e impactos sobre o emprego das mulheres e oportunidades.
317. **A Secretaria de Relações Internacionais** fortaleceu, neste mandato, parcerias com IndustriALL Global, IndustriALL Brasil, Centro de Solidariedade da AFL-CIO, FES - Fundação Friedrich Ebert, DGB e ICM para o acompanhamento de demandas das afiliadas do Ramo, dentre elas o monitoramento e o fortalecimento das Redes de Trabalhadores.
318. Atuou em conjunto com a IndustriALL Global (nosso Sindicato Global) no fortalecimento de políticas afirmativas, junto ao Coletivo Mundial de Mulheres, Coletivo Mundial +, políticas setoriais e acordos marco globais.
319. A Secretaria incentivou a formação sindical no âmbito internacional, tendo como prioridade deste período a participação de dirigentes dos Sindicatos e Federações do Ramo Químico nas atividades realizadas, bem com, incentivou e apoiou a realização de atividades com as empresas Multinacionais, visando a internacionalização e a ampliação de direitos.
320. **A Secretaria de Saúde do Trabalhador** atuou em consonância com as diretrizes políticas e proposições da CUT, buscando dar suporte a todas as lutas desenvolvidas no Ramo Químico em defesa da saúde do trabalhador e do meio ambiente.
321. Atuou diretamente na representação do Ramo Químico nos diversos espaços de representação institucional relacionados à questão da saúde do trabalhador.
322. Buscou dialogar com as entidades afiliadas a CNQ para recompor e dar vida ativa ao Coletivo de Nacional de Saúde da CUT, bem como, se fez presente em todos os espaços de reflexão e de formação, em especial sobre os temas relacionados à saúde do trabalhador e outros temas relevantes, como a pauta do benzeno.
323. **A Secretaria de Meio Ambiente** buscou, dentro dos limites do Ramo Químico, aprofundar o debate sobre o conceito de meio ambiente, geração de emprego e sustentabilidade, tarefa nada fácil dada a heterogeneidade dos setores que compõem a CNQ.
324. **A Secretaria de Políticas Sociais** buscou acompanhar e participar dos debates realizados pela CUT relativos ao tema e de ações sobre a temática racial.

325. **A Secretária de Juventude** buscou incentivar o debate acerca dos anseios e das expectativas da Juventude Trabalhadora, bem como, defendeu e orientou a criação e o fortalecimento dos coletivos de juventude nos sindicatos do ramo.
326. **A Secretaria de Organização e Política Sindical** buscou desenvolver, ao longo deste mandato, ações em consonância com as secretarias regionais e setoriais, no acompanhamento de eleições sindicais das diversas entidades em suas bases, fortalecendo a organização sindical e a luta pela ampliação da hegemonia CUTista no Ramo Químico. Também atuou no apoio a ações de fortalecimento do sindicalismo, bem como no acompanhamento de campanhas salariais.
327. **A Secretaria de Imprensa e Comunicação** procurou, neste mandato, otimizar o uso da internet como instrumento organizativo, potencializando as redes sociais digitais da CNQ como ferramenta ágil e eficaz de comunicação junto ao Ramo Químico.
328. Propiciou, em maio de 2022, a realização do curso sobre Ativismo Digital (Inspirado no projeto Brigadas Digitais da CUT), ministrado 100% on-line para dezenas de dirigentes de vários estados. Buscou atualizar as ferramentas de comunicação e apoiou todas as demandas das diversas secretarias que integram a CNQ.
329. Também atuou em projeto junto ao Solidarity Center, que potencializou o alcance dos canais de comunicação da confederação.
330. **A Secretaria de Relações de Trabalho** buscou participar dos debates relacionados às temáticas específicas realizadas pela CUT, bem como acompanhou os debates e ações relativas à pasta realizadas em Brasília.
331. **As Secretarias Setoriais** buscaram, neste mandato, ampliar a aproximação com os sindicatos filiados, bem como fortalecer o diálogo a partir das especificidades dos setores (vidro, químico, petróleo, petroquímica, papel, celulose, borracha, farmacêutico e plástico) e as questões gerais do ramo.
332. **As Secretarias Regionais Sudeste I, Sudeste II, Sul, Norte e Nordeste** buscaram, neste mandato, acompanhar as demandas dos sindicatos de cada setor, bem como acompanhar as campanhas salariais e a realização de eleições sindicais das diversas entidades nas respectivas regiões.
333. Por fim, a atual gestão da CNQ-CUT teve também atuação destacada no combate aos efeitos das reformas sindical e previdenciária contra a classe trabalhadora.
334. A Direção da CNQ buscou participar ativamente das atividades e da realização das campanhas, informando o conjunto dos trabalhadores/as e a sociedade sobre os reflexos negativos dessas reformas, atuando em defesa do trabalho decente.
335. Sendo assim, entendemos que o balanço da atual gestão é, no seu conjunto, positivo. No entanto, é necessário reconhecer que muitas das questões aprovadas no último congresso não foram realizadas. Ou seja, em vários aspectos é preciso avançar ainda mais, evidenciando que devemos debater com mais afinco, neste 10º Congresso da CNQ, políticas efetivas de comprometimento dos/as dirigentes sindicais que integrem a nova

direção no que se refere a participação do dia a dia, bem como da liberação de tarefas em suas entidades de origem com objetivo de se dedicarem à execução das tarefas e políticas que serão aprovadas neste congresso.

336. Por fim, é imperativo também debatermos as atribuições de cada uma das secretarias para que possamos avançar ainda mais no próximo mandato.

7. DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA SEM PERDER A AUTONOMIA SINDICAL

Sustentação financeira da CNQ e seus Sindicatos

337. O golpe de 2016, que conduziu Michel Temer ao poder, tinha um objetivo claro: o desmonte da rede de proteção social construída a duras penas, em especial, dos aspectos fortalecidos nos treze anos anteriores, a partir do primeiro mandato do presidente Lula.
338. Esse alerta, aliás, foi feito pela própria presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso na sessão do Senado realizada em 31 de agosto daquele ano: “o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política, progressista e democrática”.
339. E assim foi feito. Não por acaso, um dos primeiros movimentos da sanha neoliberal e conservadora foi atacar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras para enfraquecer a representação sindical, com a aprovação da chamada Reforma Trabalhista no Congresso Nacional, por meio de projeto encaminhado para tramitação no início de 2017 e que passou a valer como lei já em novembro daquele mesmo ano.
340. A pretexto de “modernizar” as relações de trabalho, a reforma não apenas asfixiou financeiramente os Sindicatos, mas flexibilizou a contratação e levou à legalidade os acordos individualizados, em uma relação de poder intrinsecamente desigual, que resultou em redução sem precedentes na taxa de sindicalização, constatada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad contínua). O estudo identificou que, dos 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1% dos ocupados), caímos para números que beiram, nos dias de hoje, os 6% de filiados na média nacional.
341. Portanto, essa conjuntura e seus desdobramentos indicam que é relevante e necessário o debate sobre a sustentação financeira dos Sindicatos, pauta que tem ocupado manchetes jornalísticas (por vezes enviesadas), considerando, ainda nesse cenário mais recente, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou constitucional, por dez votos a um, a possibilidade da adoção de uma contribuição universal (assistencial) a ser cobrada também de trabalhadores não-sindicalizados, desde que garantido o direito de oposição aos trabalhadores/as.
342. Vale lembrar que o imposto sindical correspondia a um dia do salário por ano, descontado no mês de março, ou seja, 3,33% daquela remuneração mensal, percentual que era, em seguida, distribuído para a estrutura de representação sindical: sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Para o sindicato, cabia 60% desse montante, ou seja, 2% do salário do mês de março, pago compulsoriamente por todos os trabalhadores e trabalhadoras, e representava a independência econômica e financeira de grande parte dos sindicatos do ramo - uma vez que permitia manter uma estrutura para atender o conjunto dos representados, homologações e demais tarefas e preceitos constitucionais, aplicados a todos os trabalhadores e trabalhadoras, sindicalizados ou não.
343. Ainda no âmbito das Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, havia a previsão de descontos assistenciais ou confederativos que complementavam as receitas sindicais juntamente com as mensalidades sindicais dos associados/as.

344. Todo este sistema de sustentação econômica sindical “ruiu” como um castelo de cartas em detrimento das investidas governamentais e judiciais, que desmontaram o sistema negocial, desobrigaram as empresas de realizar homologações nas entidades sindicais, desincentivaram as filiações sindicais por meio do “discurso” das entidades patronais e com apoio das grandes mídias, desincentivando o conjunto dos trabalhadores a contribuir com as entidades sindicais.
345. Isto posto, entendemos que este é um debate a ser pautado e travado com maturidade e responsabilidade, no tempo certo e sem atropelos, já que constatamos as consequências maléficas (e deliberadas) produzidas pela “reforma” trabalhista aprovada no governo Temer, que não ofereceu qualquer alternativa democrática que pudesse substituir o imposto sindical (já naquela época, havia outras propostas defendidas pelo movimento, que nem sequer foram ouvidas e consideradas).
346. Por conta dessa estratégia, parte significativa das entidades sindicais se enfraqueceram politicamente e foram obrigadas a reduzir a prestação de serviços, demitindo funcionários, ou até mesmo em alguns casos, “fechando as portas”, atingidos de morte, sem prévio aviso, por estas medidas, que levaram à precarização do trabalho ou no sucateamento de serviços, já que as entidades viram, num curtíssimo intervalo de tempo, suas receitas despencarem.
347. É fundamental destacar ainda que, ao longo dos últimos quase oito anos, pós-reforma, mesmo com o esforço feito pelas direções sindicais para ampliação da base de sindicalizados e sindicalizadas, e mesmo onde o número de sindicalizados aumentou, a arrecadação das mensalidades não cresceu na mesma proporção, e não tem sido suficiente para equilibrar as receitas e despesas.
348. A principal luta é recuperar uma fonte estável de financiamento sindical, com a regulamentação da contribuição negocial, assistencial, rompendo assim com a herança maldita promovida pelos governos Temer e Bolsonaro.
349. A contribuição negocial, que defendemos, baseada na consulta e respeito à decisão dos trabalhadores e trabalhadoras em assembleia, e defendida consensualmente pelo sindicalismo brasileiro, obteve importante vitória no Supremo Tribunal Federal, quando os ministros aceitaram recurso e adotaram o seguinte entendimento: é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. O que o STF não deixou claro e não regulamentou foi como deve ou pode se dar as formas de oposição, e nós, enquanto sindicalismo combativo, entendemos que, se a assembleia é soberana para aprovar um acordo para toda a categoria, deve ser soberana para debater e instituir percentuais a serem descontados de toda a categoria, e que as oposições e motivos de trabalhadores, relativos ao direito de se opor ao pagamento da contribuição assistencial, sejam apresentadas na respectiva assembleia. Após definido, o resultado/decisão tomada em assembleia deverá ser acatada por todos da categoria, sem exceção.
350. Portanto, é tempo de aprofundarmos a discussão a respeito de estratégias e mecanismos para reorganizar e garantir a sustentação financeira dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais. Temos acompanhado a construção e o trâmite do projeto de novas formas de arrecadação que vem sendo debatido pelas Centrais Sindicais e Governo Federal, e que, segundo o Ministro do Trabalho, Luiz

Marinho, poderá ser encaminhado pelo Presidente Lula para apreciação do Congresso (Câmara e Senado). No entanto, é importante reconhecer que, por mais bem intencionado que esteja o governo, as chances de este projeto prosperar não são promissoras, dada a “fragilidade” da base aliada na Câmara e Senado, e a forte campanha da “oposição” sobre o tema. Sendo assim, é necessário que o movimento sindical tenha voz ativa e seja protagonista nesse processo, enfrentando o debate tanto nas suas bases como na sociedade, e fazendo pressão junto a parlamentares, se quiser que, de fato, esta realidade se altere positivamente. Já que, no mundo real, os desafios são extremamente complexos, haverá duras disputas, muitas lutas e mediações políticas a serem feitas.

351. É necessário debater e construir estratégias para garantir a sobrevivência dos Sindicatos e federações do Ramo Químico, a partir do compartilhamento de boas práticas dos sindicatos que conseguiram se autossustentar a partir das contribuições de seus afiliados

Fusão CNQ x CNRQ

352. O reconhecimento da CNRQ/CUT como entidade sindical oficial, em 2015, foi muito importante para o Ramo Químico, e hoje, dez anos depois do seu reconhecimento pelo MTE, podemos afirmar, sem dúvidas, que foi uma política acertada, e que a CNRQ tem cumprido seu papel de contribuir para a organização junto as entidades filiadas, sempre visando os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
353. No entanto, o reconhecimento da CNRQ pelo MTE trouxe junto alguns desafios, uma vez que, na sua carta sindical, não contempla a representação de alguns setores que integram a atual CNQ e que fazem parte da nossa concepção CUTista de Ramo Químico, como Borracha, Papel, Vidro e Minérios.
354. Isto nos levou a manter ativas, ao menos nestes dez anos, a atual CNQ, onde estão incorporados todos esses setores, com o propósito de ampliar gradativamente a incorporação dos demais segmentos à CNRQ, por meio da filiação direta das entidades que, no primeiro momento, ficaram de fora da carta sindical por imposição da estrutura sindical vigente.
355. Já há alguns anos, tem sido realizado um grande esforço em conjunto com as Federações (FUP, FETQUIM/SP, FETRAQUIM/RJ e FITEM) no sentido de orientar as suas entidades filiadas a alterar/atualizar a documentação junto ao MTE para que possamos ampliar o leque de representação da CNRQ.
356. Também devemos pautar de forma concreta e efetiva o debate no âmbito da representação da CNQ em conjunto com as Federações fundadoras da CNRQ (FUP, FETQUIM/SP, FETRAQUIM/RJ) sobre a necessidade de avançarmos no que se refere à fusão CNQ/CNRQ.
357. Para que isso ocorra de forma organizada e sem prejuízos políticos e jurídicos junto aos setores que integram o ramo, é fundamental darmos passos no sentido de debatermos e deliberarmos sobre como buscar juridicamente a ampliação da representação da CNRQ junto ao MTE em Brasília, para que possamos, no próximo Congresso da CNQ, a se realizar em 2029, efetuar de fato a referida fusão, tendo, a partir daí, uma única entidade de representação. Ou seja, teremos, a partir deste congresso, quatro anos para construir as bases efetivas para a fusão e completar este processo de transição iniciado ao final de 2015.

358. Para tanto, é fundamental que se construa politicamente e de forma democrática uma proposta efetiva de fusão da CNRQ.

359. **Sendo assim, propomos que este Congresso aprove as deliberações abaixo:**

- a) Que, em 2029, realizemos o congresso de unificação efetiva da CNQ e CNRQ, elegendo uma direção única para a nova entidade, que será a CNRQ;
- b) Que este tema seja pauta da 1ª reunião da nova direção da CNQ, e que a CNQ defina o nome dos/as 04 representantes que integrarão a comissão paritária de unificação;
- c) Que até setembro de 2025, seja realizada a 1ª reunião da Comissão Paritária de Unificação da CNQ e CNRQ, que será composta por 04 representantes de cada uma das entidades, com a tarefa de dar seguimento a esta deliberação; e que, nesta reunião, seja organizado um calendário de atividades da comissão paritária de unificação para debater e deliberar por encaminhamentos jurídicos e políticos que materializem esta proposta e consolidem este processo;
- d) Realização, até o final de 2025, de um Seminário Jurídico-Político, do qual participarão representantes de todos os setores e federações que integram o Ramo Químico, com o objetivo de debater e deliberar sobre estratégias para incluir os setores que originalmente não constam na carta sindical da CNRQ e aprofundar o debate sobre a criação ou não de novas Federações setoriais CUTistas específicas, em âmbito estadual ou interestadual.

360. Por fim, a CNQ-CUT deverá participar de forma intensa no debate do Macrossetor da indústria da CUT, a fim de contribuir com os demais ramos de atividades ações para fortalecer a política industrial na visão da Central Única dos Trabalhadores.

8. POLÍTICAS TRANSVERSAIS: GÊNERO, JUVENTUDE, RACIAL, POLÍTICAS SOCIAIS, POLÍTICA SINDICAL, FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Gênero e Mulher Trabalhadora do Ramo Químico

361. A legitimação das mulheres como sujeitos sociais foi conseguida, sobretudo, na luta organizada em busca de seus direitos e definição de seu espaço na sociedade.
362. Por meio destas lutas, alteraram as perspectivas de dominação em diversas áreas, por meio das campanhas pelos direitos legais, como direitos à propriedade, direito ao voto, direitos reprodutivos, e, principalmente, no que diz respeito aos direitos trabalhistas.
363. No Brasil, somente a Constituição de 1988 veio garantir alguma proteção à mulher, inclusive em relação ao mercado de trabalho, reformulando o Código Civil de 1916, que desmerecia a capacidade feminina.
364. As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na vida das famílias: através do “cuidar”, e, quando ingressaram no mercado de trabalho, os cargos ocupados também estavam vinculados “ao cuidar”: enfermeira, professora, doméstica, etc. Isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo e uma obrigação tipicamente femininos, adquirido na esfera doméstica, através de saberes que são aprendidos na socialização da mulher.
365. Hoje, com os avanços nos direitos e conquistas das pautas de gênero, temos outra realidade para a situação das mulheres no mercado de trabalho: competitividade, salários incompatíveis com suas funções e qualificações, quando comparados aos salários dos homens, desenvolvimento de múltiplos papéis, dentre outros.
366. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma efetiva, se deu com o avanço do capitalismo industrial, sendo que, é a partir daí que é constituída, mais definitivamente, a divisão de valores entre o mundo da produção e o mundo doméstico. Dessa forma, ao se incluírem no mercado de trabalho, apesar de ser, ainda, de modo desigual ao homem, pois continuam existindo preconceito e discriminação, as mulheres têm mais uma forma de direito adquirida, e embora se verifique uma maior valorização de certas carreiras femininas, as mulheres ainda ocupam maior parte dos postos mais instáveis e de menor remuneração, evidenciando a permanência das igualdades das relações sociais entre os gêneros.
367. Não há dúvida de que, nas últimas décadas, a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, buscando por novas formas de participação na sociedade, conquistando o seu espaço, se profissionalizando, estudando mais para disputar o concorrido mercado de trabalho, e isso ocorre tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.
368. Ao longo dos anos, a entrada da mulher no mundo do trabalho vem, na maioria das vezes, sendo acompanhada por grande discriminação, não só com relação à qualidade das ocupações, mas principalmente pela desigualdade salarial entre os sexos. Conclui-se, portanto, que, apesar de suas lutas e conquistas, as mulheres ainda não alcançaram a tão sonhada igualdade.

369. A mulher contemporânea, ao mesmo tempo em que é dona de casa, é também estudante, está no mercado de trabalho e ocupando tarefas no meio social. Apesar da correria cotidiana, a mulher consegue administrar seu tempo para se dedicar aos filhos, seu papel de esposa, além da busca pela sua realização profissional, ou seja, o trabalho está ligado também a própria subsistência e de sua família, pois, além de suas tarefas domésticas, no lar, suas atribuições também passam a ser de ordem financeira, visto que sua renda agora é incorporada a renda familiar.
370. Portanto, há um reconhecimento de um longo caminho a trilhar na construção da igualdade. Se sobressaem ainda os aspectos relacionados a pobreza e a maternidade como os principais fatores que afastam as mulheres do mercado de trabalho e políticas públicas que haviam registrado avanços na última década vêm sofrendo um forte retrocesso, e com isso, os riscos de regredirmos em termos de crescimento e inserção das mulheres no mundo do trabalho são elevados.
371. Ao contrário do homem, a mulher, ao se colocar no mundo do trabalho, relega a segundo plano a sua identidade profissional, dada a necessidade de priorizar a família, as atividades do lar, e as consequências de seus múltiplos papéis, ocasionam problemas relacionados até mesmo a sua própria saúde.
372. As mulheres e os homens têm condições de trabalho e de vida diferentes, e é necessário que isso seja levado em conta pelas organizações do trabalho e na elaboração das políticas sociais do âmbito empregatício para que as mulheres tenham seus direitos assegurados de acordo com as suas necessidades peculiares.
373. Uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, diz respeito ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, contudo, essa inserção tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos e acesso a postos de direção.
374. Uma das questões que tem chamado a atenção refere-se à situação em que pessoas igualmente produtivas são diferentemente avaliadas com base em atributos não produtivos, caracterizando claramente uma situação de discriminação, presente em praticamente todas as sociedades, independentemente dos traços culturais e religiosos e dos sistemas políticos e econômicos.
375. As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior mesmo quando desempenham as mesmas funções e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas as ocupações com pior remuneração.
376. Apesar da igualdade formal, presente na lei, é no cotidiano que se explicitam práticas discriminatórias que atentam contra o direito à igualdade estabelecido na Constituição Federal.
377. As oportunidades de acesso ao mercado de trabalho se encontram bastante restringidas a determinados setores e ocupações. Portanto, existe um acentuado predomínio feminino em um conjunto de ocupações consistentes com os papéis de mulheres tradicionais, especialmente nas áreas de saúde e educação.

378. A segregação ou discriminação tem importantes implicações para o descompasso salarial entre homens e mulheres, assim como no acesso a oportunidades de promoção, e isto evidencia a compreensão das causas e consequências da segregação profissional, sendo, decisivo para a formulação de políticas voltadas ao mercado de trabalho.
379. As mulheres são maioria no total de desempregados, sendo que as mulheres negras são no mínimo 60% do desemprego entre as mulheres. Nos últimos 10 anos cresceu o trabalho informal, precário e por conta própria em detrimento do emprego formal. A reforma trabalhista, assim como o projeto de Lei sobre Terceirização, aprovado em março de 2017, impactaram especialmente e preferencialmente as mulheres e os jovens por meio do trabalho, parcial, temporário e terceirizado, que são na maioria das vezes as únicas formas de entrada no mundo do trabalho.
380. As mulheres recebem, em média entre 15% e 30% menos do que os homens. Essas diferenças não são justificadas apenas pela posição que ocupa, mas também porque são resultados de políticas de discriminação em que as mulheres mesmo realizando as mesmas tarefas recebem salários menores, por outro lado, as iniciativas que estavam sendo construídas, através da Lei de Igualdade Salarial, vêm sendo negligenciadas pelo legislativo, judiciário e o setor empresarial.
381. No mercado e nos locais de trabalho, não poucas oportunidades para que as mulheres ocupem postos de liderança ou de posições consideradas “de responsabilidade”, no entanto, fator que se repete e se reflete no sindicalismo, onde elas (via de regra) não estão presentes nos cargos de decisão como: presidência, tesouraria e secretaria geral, ocupando na maioria das vezes, funções secundárias e burocráticas. Existe pouco investimento em formação política para criação de novas lideranças femininas, e nos momentos de avaliação, geralmente são mais rigorosos com as mulheres, exigindo delas compromisso, dedicação e empenho, o que nem sempre é exigido dos homens.
382. No âmbito da CUT a paridade de gênero na composição das direções tem sido fundamental para se avançar neste debate, no entanto, ainda está longe de se alcançar a igualdade de oportunidades no que se refere a ocupação dos cargos de decisão, delegando a paridade na maioria das vezes uma função de equação matemática e não política.
383. É fundamental termos mais mulheres nas direções sindicais, para que possamos incorporar nas estratégias sindicais, nas ações e no processo de negociação coletiva um olhar de gênero. Nosso principal objetivo é melhorar a vida das mulheres sim, mas também queremos atuar nos núcleos de definição e decisão política onde há grande concentração masculina.
384. Este Congresso é uma oportunidade para avançarmos na luta por maior igualdade, a exceção dos setores de papel, petróleo, borracha e minérios onde a presença feminina é em média 25%, nos demais setores do Ramo somos maioria. Precisamos dar passos efetivos na ampliação do público feminino nas direções dos sindicatos rumo a paridade de representação, sabendo que este será um longo processo de debate e de convencimento, porém, as condições para isso precisam ser construídas desde já.
385. Neste mandato, a Secretaria da Mulher Trabalhadora deverá:

- *Incentivar os sindicatos filiados a CNQ-CUT a construção de coletivos/comissões de mulheres e fim de fortalecer a participação de mulheres nos sindicatos e assim ampliar a participação de mulheres nas diretorias sindicais.*
- *Ao iniciar as atividades do ramo Químico da CUT os Sindicatos, Federações, e Confederação deverão apresentar as orientações gerais de tratamento, ética e respeito, orientando as mulheres/homens que se sentir assediado ou alguma falta de respeito deverá imediatamente denunciar aos dirigentes organizadores da atividade.*
- *Buscar parcerias para a organização e promoção de cursos e atividades específicas para as mulheres no ramo e nos sindicatos de base, com objetivo a capacitá-las e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais.*
- *Propor a realização de uma Campanha Nacional de sindicalização para mulheres.*
- *Socializar com os Sindicatos do Ramo, todos os avanços sobre o tema de mulheres obtido nas negociações coletivas realizadas no ramo, fazendo com que todos os sindicatos do ramo tenham conhecimento dos avanços conquistados pelas trabalhadoras.*
- *Lutar por políticas concretas que viabilizem a participação das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical, tais como: escolha dos melhores horários para reuniões, criação e manutenção de creches ou espaços de apoio, que propiciem as mulheres participarem em condições de igualdade das atividades e do debate político.*
- *Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher nos locais de trabalho e fora dele.*

Juventude Trabalhadora do Ramo Químico

386. A criação da Secretaria Nacional de Juventude na CNQ colocou em pauta a tarefa estratégica e a valorização do trabalho de jovens trabalhadores/as, bem como, a necessidade de debater a criação de mecanismos que impeçam o trabalho informal e a inserção ocupacional precoce.
387. A exigência de políticas de Estado que punam empresários que não formalizam contratos deve somar-se à inclusão de cláusulas nos acordos coletivos que imponham regras para facilitar a permanência ou o retorno ao sistema educacional formal, garantindo assim o direito a educação e a criação de políticas educacionais, públicas e universais, que possibilitem reverter o quadro alarmante do número da evasão escolar provocada pela necessidade da juventude ter de se inserir no mercado de trabalho para subsistir e ajudar no orçamento doméstico familiar.
388. A Secretaria Nacional de Juventude da CNQ tem se posicionado em defesa do incremento de políticas de transferência de renda que garantam a estudantes sua permanência no sistema educacional e que busquem a valorização da escola e fomentem o interesse pelo estudo.
389. O caso dos “estágios e trainee” é um exemplo concreto de exploração fácil e barata do trabalho juvenil. A realidade destes estágios é na maioria das vezes a utilização de estudantes para substituir mão-de-obra e muitas das vezes não são oportunidades nem tem qualquer relação com a educação dos mesmos, já que presenciamos estudantes do ensino médio e superior, como operadores de máquinas de copiar, entregadores ou contínuos nos escritórios de empresas do Ramo.

390. Neste mandato, a Secretaria de Juventude buscou acompanhar e participar das ações e atividades propostas pela CUT e IndustriAll relacionadas a Juventude, bem como, buscou orientar os Sindicatos a implementarem políticas para a juventude trabalhadora nas suas categorias, através da construção de Coletivos de Juventude nos Sindicatos, com o objetivo de aproximar este público das entidades sindicais e assim, ampliar a participação dos jovens trabalhadores/as na militância sindical, bem como, a formação de novos quadros para o movimento sindical.
391. É fundamental criar espaços de sensibilização nas direções sindicais no que se refere a organização da juventude trabalhadora nos Sindicatos, como forma de fortalecer a sindicalização e dar sustentação as ações e campanhas sindicais.
392. Não podemos deixar que apenas os jovens façam o debate sobre a temática juventude. É tarefa do movimento sindical estimular de forma permanente atividades de formação sindical com métodos linguagem e abordagem específica para juventude, bem como, propor que as entidades sindicais do Ramo organizem suas estruturas com vistas a oferecer acessibilidade e espaços permanentes de debates com temas específicos de interesse dos jovens, realizando atividades culturais, musicais e lúdicas para a juventude.
393. Tarefas para a CNQ no âmbito da juventude:
- 1 – A CNQ-CUT fazer uma pesquisa e levantamento da quantidade de jovens nas bases dos sindicatos, como também a quantidade de jovens nas diretorias dos Sindicato a fim de fazer uma diagnostico da presença de jovens no ramo químico. Com estes dados construir uma política de trazer a juventude para as demandas sindicais, como também ampliar a participação de jovens nas diretorias dos Sindicatos.
 - 2 – Que a CNQ-CUT realize encontro de jovens online com objetivo de capacitar os jovens na atualidade política do Brasil e aproximar os jovens das lutas da classe trabalhadora.
 - 3 – Estimular os jovens a participarem das diretorias dos sindicatos, respeitando os dirigentes que estão a mais tempo nas diretorias sindicais.
 - 4 – Que a CNQ-CUT dialogue com as federações para incluir uma cota de jovens nas empresas Químicas durante os processos de negociação coletiva.

Política Étnico-Racial para o Ramo Químico

394. No Brasil, a história e a origens da sociedade colonial, ficou marcada pela questão do racismo e, especificamente, pela exclusão dos negros. Mais que uma simples herança de nosso passado, essa problemática racial toca o nosso dia a dia de diferentes formas.
395. Em nossa cultura, poderíamos enumerar como a distinção racial é algo corrente em nosso cotidiano. É bem verdade que o conceito de raça em si é inconsistente, já que do ponto de vista científico, nenhum indivíduo da mesma espécie possui características biológicas (ou psicológicas) singulares.
396. Porém, o saber racional nem sempre controla nossos valores e práticas culturais. A fenotípica do indivíduo acaba formando uma série de distinções que surgem no movimento de experiências históricas que se configuraram ao longo dos anos.

397. Dessa maneira, olhando para o passado histórico podemos identificar que a escravidão africana instituída em solo brasileiro, perpetuou uma ideia corrente onde as tarefas braçais e subalternas são de responsabilidade dos negros.
398. O branco, “europeu e civilizado”, tinha como papel, no ambiente colonial, liderar e conduzir as ações a serem desenvolvidas. Em outras palavras, os (brancos) nasceram para o mando e os (negros) para a obediência.
399. No entanto, também devemos levar em consideração que o nosso racismo veio acompanhado de seu contraditório: a miscigenação.
400. A miscigenação questiona se realmente somos ou não pertencentes a uma cultura racista. Para outros, o mestiço definitivamente comprova que o enlace sexual entre os diferentes atesta que nosso país não é racista. Surge então o mito da chamada democracia racial, porém, a miscigenação não exclui os preconceitos.
401. Nossa última constituição coloca a discriminação racial como um crime inafiançável. Entre nossas discussões proferimos, ao mesmo tempo, horror ao racismo e admitimos publicamente que o Brasil é um país racista. Tal contradição indica que nosso racismo é “velado” e ao mesmo tempo “estrutural e pulsante”.
402. Os sistemas de cotas nas universidades demonstram o tamanho do nosso problema. Ainda aceitamos distinguir o negro do moreno, em uma aquarela de tons onde um ocupa uma situação melhor que a do outro. Isso nos indica que o alcance da democracia é um assunto tão difícil e complexo como a nossa relação com o negro no Brasil.
403. Por detrás do mito da “democracia racial”, as negras e os negros no Brasil enfrentam um racismo indiscutível que pode ser verificado claramente através de dados do mercado de trabalho, do sistema educacional e sobre a violência policial.
404. Nos últimos anos temos assistido e participado de uma imensa mobilização social voltada a questão da necessidade de políticas afirmativas e políticas compensatórias destinadas a inclusão social da população afro-Brasileira. Atualmente o debate sobre a discriminação racial vem ocupando um espaço maior no que diz respeito aos assuntos de primeira ordem, o que é muito positivo, haja vista as atividades organizadas pela CUT e sindicatos sintonizados com esta luta.
405. Sendo assim, é fundamental que todos os Sindicatos e Federações do Ramo se engajem e realizem atividades com objetivo a fortalecer as políticas antirracistas e que promovam ações comemorativas ao dia da Consciência Negra – 20 de novembro.
406. É, portanto, preciso solidificar uma consciência de classe, contribuindo assim para uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todas as pessoas, independente de classe, raça, gênero, etnia ou orientação sexual possam viver dignamente como cidadãos.
407. Faz-se necessário envolver todos os atores sociais (Sindicatos, Federações, Associações, ONG´s, outros) neste debate, a fim de construir. Isto posto a CNQ conclama a todos os Sindicatos e Federações a pautarem o tema da promoção de políticas antirracistas nas suas categorias como estratégia na construção coletivamente de políticas públicas que dialoguem com a Diversidade Étnico – Racial a partir de alguns pontos de vista: o fim da discriminação étnico-racial nos locais de trabalho e na

sociedade, sobretudo para as mulheres negras e a questão do extermínio dos jovens “negros e pobres”.

408. Para avançar este debate no âmbito da CNQ/CUT, acreditamos ser de fundamental importância a construção efetiva de um Coletivo Nacional sobre a Questão Étnico-Racial do Ramo Químico.
409. Este Coletivo deverá ser constituído dentro da Secretaria de Políticas Sociais, e deverá ter como principal tarefa construir, debater e propor políticas afirmativas de combate ao racismo no âmbito do Ramo Químico, bem como, incentivar e promover atividades e palestras para a conscientização sobre a questão dos negros.
410. Para tanto, a CNQ-CUT orienta seus Sindicatos a construírem a pauta racial em suas bases com o objetivo de colocar o debate da igualdade racial e da sobrevivência do povo preto no centro da política da Confederação.
411. É imperativo que os Sindicatos do Ramo Químico também criem coletivos para a questão étnico/racial para discutir estes temas, bem como, para organizar a luta antirracista no seu âmbito de atuação. A CNQ e os Sindicatos do Ramo devem lutar contra a discriminação racial e em defesa do trabalhador/a negro/a, bem como, denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação racial, principalmente no local de trabalho.
412. A CNQ orienta as entidades filiadas a incluírem nas pautas de reivindicações cláusulas que estabeleçam cotas mínimas para a contratação de trabalhadores/as negros/as, bem como, apoiar o sistema de cotas que garanta um percentual mínimo de afrodescendentes e indígenas nas universidades públicas, assim como, lutar pela ratificação da convenção 111 da OIT.

Políticas Sociais: Pessoas com Deficiência

413. As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência da CUT, tem por foco o Direito ao Trabalho, como centro da ação sindical e por seu significado, enquanto um Direito Humano Fundamental, inclusive estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948.
414. Outros tratados e instrumentos internacionais de direitos humanos a partir de 1945, foram produzidos e ratificados por diversos países dentre os quais o Brasil, ampliando os direitos internacionais. Dentre os instrumentos de maior relevância, especificamente sobre as pessoas com deficiência, temos a:
 - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo que foi promulgada pelo Decreto Nº 6949/2009 como Emenda Constitucional;
 - Lei 8.213/1991 conhecida como a Lei de Cotas;
 - Convenção Nº 158/1983 da OIT.
 - Lei Complementar 142/2013 conhecida como Lei de aposentadoria especial para trabalhadores com deficiência;
 - Lei Nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

415. Para melhor atuação dos sindicatos e da CNQ, precisamos destacar uma breve apresentação de três desses Instrumentos Normativos:

1. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência especializada das Nações Unidas que se concentra em questões relacionadas ao trabalho e ao emprego e tem um compromisso firme em promover os direitos das pessoas com deficiência e garantir sua inclusão no mercado de trabalho. A OIT adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convenção nº 159) em 1983, que define pessoas com deficiência como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental. A Convenção 159 também estabelece os princípios básicos para a igualdade de oportunidades e tratamento para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

1.2. Princípios da Convenção

1.2.1. Igualdade de oportunidades*: As pessoas com deficiência têm direito a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

1.2.2. Acessibilidade*: Os locais de trabalho e os equipamentos devem ser acessíveis para as pessoas com deficiência.

1.2.3. Adaptação*: As empresas devem fornecer adaptações razoáveis para permitir que as pessoas com deficiência desempenhem suas funções.

1.2.4. Proteção contra discriminação*: As pessoas com deficiência têm direito a proteção contra discriminação no mercado de trabalho.

2. A OIT também emitiu recomendações para os países membros sobre como promover a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, incluindo:

2.1. Desenvolver políticas e programas*: Os países devem desenvolver políticas e programas para promover a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

2.2. Fornecer treinamento e apoio*: As empresas devem fornecer treinamento e apoio para as pessoas com deficiência para ajudá-las a desempenhar suas funções.

2.3. Promover a acessibilidade*: Os países devem promover a acessibilidade nos locais de trabalho e nos equipamentos para permitir que as pessoas com deficiência participem plenamente do mercado de trabalho.

3. Importância da inclusão: A das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é fundamental para:

3.1. Promover a igualdade de oportunidades*: As pessoas com deficiência têm direito a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

3.2. Reduzir a pobreza*: A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho pode ajudar a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento econômico. Inclusive desafogar a Assistência Social que tem uma demanda enorme de BPC (Benefício de Prestação Continuada) e a Previdência Social com aposentadoria por

invalidez que, na maioria das vezes acabam diminuindo significativamente o poder financeiro dessas/es trabalhadoras/és.

3.3. Promover a diversidade e a inclusão*: A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho pode ajudar a promover a diversidade e a inclusão em todos os aspectos da sociedade.

416. A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência é uma legislação brasileira que visa promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A lei em questão é a Lei nº 8.213/1991, que instituiu o regime geral da previdência social, e foi alterada pela Lei nº 9.854/1999, que estabeleceu a reserva de vagas para PCDs em empresas com 100 ou mais empregados. Principais pontos da lei

1. Reserva de vagas*: As empresas com 100 ou mais empregados devem reservar vagas para PCDs, conforme o seguinte percentual: - 2% para empresas com 100 a 200 empregados; - 3% para empresas com 201 a 500 empregados; - 4% para empresas com 501 ou mais empregados.

2. Tipos de deficiência*: A lei considera as seguintes deficiências: - Física; - Visual; - Auditiva; - Mental; - Múltipla.

3. Certificação*: As pessoas com deficiência devem obter um certificado de deficiência, emitido por uma equipe multiprofissional, para comprovar sua condição.

4. *Acessibilidade*: As empresas devem garantir a acessibilidade dos locais de trabalho e dos equipamentos para as pessoas com deficiência.

417. As consequências da não observância da lei: As empresas que não cumprirem a lei podem sofrer penalidades, incluindo:

a. Multas*: A empresa pode ser multada em até R\$ 50.000,00 por cada vaga não preenchida.

b. Perda de benefícios*: A empresa pode perder benefícios fiscais e outros incentivos.

c. Processos judiciais*: A empresa pode ser processada por discriminação e violação dos direitos das pessoas com deficiência.

418. Apesar da legislação e das lutas já travadas pelas pessoas com deficiência e defensores(as) da causa, a lei ainda não é cumprida, sendo insignificante a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência no mercado de trabalho, é ainda alarmante o número de pessoas com deficiência fora do mercado formal de trabalho. Conforme a Nota Técnica Número 275, publicada, em 31 de julho de 2023, pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), “Nos empregos formais, apenas 1,1% eram ocupados por pessoas com deficiência em 2021, sendo que, nos cargos de chefia, elas ocupavam apenas 0,5% dos postos de trabalho”.

419. Por esses dados fica nítida a falta de cumprimento da Lei. Em outro trecho da nota, merece destaque outro dado, que as empresas, principalmente as grandes e o poder público, são quem menos empregam trabalhadores e trabalhadoras com deficiência conforme a Lei, que neste ano (2025) completa 34 anos.

420. A Lei Complementar 142 foi aprovada em 2013 e regulamenta a concessão de aposentadoria a pessoas com deficiência. A lei estabelece que a análise do grau de deficiência deve ser médica e funcional. A lei prevê a concessão de aposentadoria com requisitos simplificados. A lei prevê a fixação da data provável do início da deficiência. O Decreto 8.145/13 regulamenta a Lei Complementar 142/13.

409. Considerando que:

- a) a CNQ tem aproximadamente 85 sindicatos filiados de uma diversidade de setores do ramo química em todo o País e que, é de responsabilidade desses sindicatos representar toda classe trabalhadora sem distinção;
- b) Considerando que a pauta das/dos trabalhadoras/es com deficiência é transversal e interseccional e está vinculada em todas as pastas das entidades de representação; A CNQ/CUT deve: a) incluir essa pauta e seus desafios a partir do planejamento de cada mandato eleito; b) fazer no início do mandato uma formação dessa pauta para a nova direção;
- c) Recomendar e contribuir para que seus sindicatos filiados e Federações possam formar também seus dirigentes;
- d) A CNQ-CUT e seus sindicatos filiados devem participar do Coletivo Nacional dos Trabalhadores com Deficiência da CUT, bem como participar dos respectivos Coletivos Estaduais. Além disso, devem promover, divulgar e implantar as resoluções da CUT e outras entidades em defesa desses trabalhadores e trabalhadoras.
- e) A CNQ-CUT e seus Sindicatos Filiados devem promover e divulgar as resoluções da CUT e de outras entidades em defesa desse grupo social.

Políticas para a População LGBTQIAPN+

410. O dia 17 de maio, marcado como o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, celebra a vitória conquistada em 1990, quando a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da classificação internacional de doenças.

411. Mas o que era para ser um dia de festa, é marcado por uma luta que parece não ter fim. O Brasil é um dos países onde mais se matam travestis e transexuais no mundo, e com dados como este, não há efetivamente o que comemorar.

412. Considerado uma violação dos direitos humanos desde 1991, pela Anistia Internacional, a discriminação contra o público LGBTQIAPN+ ainda é algo que preocupa ao redor do mundo.

413. Os direitos da população LGBTQIAPN+ vêm crescendo com o passar dos anos, mas ainda não chegamos ao ponto em que se pode dizer que estas pessoas levam uma vida igualitária e sem medo.

414. No Brasil, embora o alto índice de homofobia seja assustador, alguns direitos como o casamento civil, a adoção por casais homossexuais e direitos a previdência, já são reconhecidos desde 2011, onde o Supremo Tribunal Federal reconheceu a equiparação da união homoafetiva a heterossexuais, e direitos como estes, nos dão a esperança de uma vida mais digna e igualitária.

415. Mas a luta não para por aí, ainda é preciso criar leis de inclusão a população LGBTQIAPN+ ao mercado de trabalho, onde parte significativa deste público afirma sofrer ou ter sofrido

algum tipo de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero, bem como, mais de 50% das empresas brasileiras afirmam que não contratariam pessoas LGBTQIAPN+ para cargos de chefia e 7% não contratariam em hipótese alguma.

416. Muitas empresas temem ter sua imagem associada à do funcionário, e com isso, perder clientes ou ter a credibilidade abalada. As empresas refletem aquilo que está colocado na sociedade e a homofobia está presente na população. Por outro lado, “empresas” com maior diversidade tendem a ser mais produtivas e melhorar seus ganhos, pois as pessoas acabam por se engajar mais em um ambiente onde não são discriminadas. E elas são também consumidoras”. É uma questão de perspectiva, que dependendo de como vista, pode mudar a vida de muita gente.
417. Em nosso regulamento jurídico, hoje quase não se encontra leis que garantem a efetividade da igualdade de gênero dentro do mercado de trabalho e isso acontece também pela falta de conscientização dessas empresas, ou pela falta de punição para aqueles que agem com discriminação.
418. Com um sistema jurídico falho se faz necessário o uso de campanhas de conscientização dos direitos da população LGBTQIAPN+, como a campanha “Livres e Iguais”, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ajuda a promover a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.
419. Campanhas como estas existem ao redor do mundo todo, de diferentes formas e línguas, mas que buscam um único objetivo, acabar com a desigualdade de gênero moldando um mundo melhor e mais justo para as próximas gerações.
420. A discriminação com pessoas que fazem parte do grupo LGBTQIAPN+ ainda é bastante forte no mercado de trabalho. Esta discriminação varia de acordo com a área e o segmento da empresa, e muitas vezes o preconceito é mais escancarado. Esse preconceito, muitas vezes, existe até mesmo entre os jovens que acabaram de iniciar as carreiras.
421. O preconceito contra a população LGBTQIAPN+ acontece a todo instante e não está em determinado ramo, está nas pessoas. Enquanto houver gente com este tipo de comportamento, haverá discriminação.
422. Parte significativa dos funcionários LGBTQIAPN+ no Brasil optam por esconder a sexualidade de colegas e gestores com medo de sofrerem no ambiente de trabalho. Podemos concluir que os casos de homofobia e transfobia poderiam ser ainda mais frequentes do que se vê.
423. Portanto, não resta dúvidas que os trabalhadores e trabalhadoras que assumem serem homossexuais (gays ou lésbicas) enfrentam grande discriminação, principalmente no local de trabalho, e em vários casos, sendo alvos de violência ou de piadinhas de mau gosto. Em situações em que a pessoa se sinta discriminada dentro da empresa, o ideal é que o ocorrido seja reportado ao superior imediato ou até mesmo ao RH da companhia.
424. O fato é que assim como mulheres e negros, os homossexuais são vítimas da opressão e discriminação disseminadas pelo sistema capitalista, que usa este tipo de ideologia racista e discriminatória, para dividir a classe trabalhadora e enfraquecê-la.
425. Defendemos que as pessoas sejam livres para adotarem a orientação sexual que quiserem, e por entender que a luta contra todas as formas de discriminação também é

uma luta contra o capitalismo. A CNQ e os Sindicatos do Ramo devem denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação sexual e buscar a organização destes companheiros/as.

426. A CNQ-CUT e seus sindicatos filiados devem participar do Coletivo Nacional LGBTQIAPN+ da CUT, bem como participar dos respectivos Coletivos Estaduais. Além disso, devem promover, divulgar e implantar as resoluções da CUT e outras entidades em defesa desses trabalhadores e trabalhadoras.

Política Sindical

427. A primeira questão a ser levada em conta é que o sindicalismo classista mesmo sobre forte ataque de Temer, Bolsonaro, mídia e a extrema direita sobreviveu. Tem agora o desafio de reconstruir as bases da sua atuação, pois, como vimos, em regimes autoritários, as primeiras vítimas dos retrocessos são justamente os trabalhadores e as entidades que representam e defendem os direitos trabalhistas e previdenciários.
428. Dito isso, a agenda do movimento sindical deve continuar priorizando a luta pela consolidação da democracia e isolamento crescente da extrema-direita, e nesta luta, o fortalecimento dos sindicatos é uma âncora fundamental.
429. Pode-se afirmar que a premissa essencial para o aprofundamento da democracia no Brasil é a necessidade de ter sindicatos fortes, que lutem pelo desenvolvimento nacional, a valorização do trabalho, a valorização das negociações coletivas, reestabelecendo em sua plenitude, seu papel de negociação e representação, tolhido pela última Reforma Trabalhista.
430. O movimento sindical de orientação classista precisa ser forte e unitário. Sindicalismo que combine amplitude política para defender a democracia com mobilização e independência para defender os direitos trabalhistas.
431. Neste particular, deve-se impulsionar a pauta do movimento sindical, assegurando suas fontes de sustentação material e restabelecendo uma forte representação sindical dos trabalhadores e uma atuação classista, pois, estas serão as bases que possibilitarão a ampliação a sindicalização.

Relações Internacionais

432. A CNQ tem buscado estabelecer parcerias com organismos internacionais, com objetivo de intercâmbio para troca de experiências e solidariedade internacional para as áreas de formação e capacitação de lideranças sindicais, assim como, políticas (Mulheres, Juventude, Racial, LGBTQIAPN+), consolidação de Redes Sindicais em empresas multinacionais, fortalecimento da organização sindical, combate a terceirização e a precarização das relações de trabalho e demais temas da agenda sindical.
433. Os principais parceiros de trabalho da CNQ nas diversas temáticas colocadas acima são: IndustriALL Global Union, Solidarity Center, DGB, FES, ICM, entre outros, com os quais a Confederação tem realizado atividades em parceria e ou participado de atividades e programas próprios.
434. Vale ressaltar que este trabalho de troca de experiências e intercâmbio é fundamental para realizarmos um amplo e fraterno debate sobre o futuro do sindicalismo no Brasil e

juntos, buscarmos novas formas para fazer o enfrentamento contra as propostas antissindicais e neoliberais que atacam a classe trabalhadora no Brasil, fortalecendo o movimento sindical brasileiro e a solidariedade operária em âmbito internacional.

435. Neste sentido propomos:

- 1 – Que a CNQ-CUT apoie e fortaleça as redes sindicais em empresas multinacionais já existentes, como também a construção de novas redes sindicais que promovam a construção de acordos marco globais.
- 2 – Que a secretaria de relações internacionais da CNQ-CUT retome o coletivo internacional dentro do ramo químico da CUT, a fim de construir políticas e ações para fortalecer o trabalho de solidariedade sindical internacional, como também o fortalecimento e criação de novas redes sindicais.
- 3 – Que a CNQ-CUT realize encontro entre os representantes das diversas redes sindicais do ramo químico da CUT, que busque desenvolver intercâmbio sindical na busca de troca de experiências das redes sindicais.
- 4 – Criar um espaço no site da CNQ-CUT para dar publicidade as ações das redes sindicais, e assim promover uma maior interação das experiências das redes sindicais do Ramo Químico da CUT.

Formação Sindical

436. Entendemos que a Formação Sindical tem o papel decisivo para a renovação da militância e das direções sindicais. Ela é fundamental para dar continuidade a organização e luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos imediatos e históricos.

437. Um dos objetivos principais da formação é construir novas lideranças com uma consciência mais solidária, mais fraterna, para que compreenda que as conquistas são fruto de muita luta, e saber que todos os direitos que estão nas leis ou nas convenções coletivas foram duramente conquistados.

438. A formação é uma importante ferramenta para fortalecer a ação sindical, resgatar a história de lutas de nossa classe e de nosso movimento, discutir e atualizar o debate sobre as concepções e estruturas sindicais. É através da Formação Sindical que também capacitamos dirigentes e militantes para a ação sindical do dia a dia numa visão humana, social e solidária.

439. Estes têm sido os norteadores dos programas FORMAQUIM – Programa de Capacitação de Dirigentes e Militantes do Ramo Químico que nasceu em 2001, com um enfoque de debater a história do movimento operário e a cadeia produtiva do Ramo Químico, e que ao longo dos anos foi ganhando novas temáticas, dentre elas: Capacitação de Mulheres, Juventude, Negociação Coletiva, Saúde do Trabalhador, Direitos Humanos, Planejamento Sindical e Comunicação para a Ação Sindical.

440. É através da Formação que atuamos na construção coletiva do conhecimento, ampliando o conhecimento político, para melhor compreender a realidade social, a luta de classes e a luta por uma sociedade democrática e justa.

441. A despolitização presente na sociedade, alimentada pela imprensa e reproduzida de forma acrítica nas redes sociais, se não for enfrentada a altura, além de prejudicar o

cidadão em suas variadas dimensões, irá fortalecer o mercado, que tem como metas exclusivas a competição e o lucro a qualquer custo.

442. A forma de enfrentar e evitar esse risco de retrocesso político e social é qualificando a militância para, com conhecimento, argumentos e conteúdo, mostrar que sem política não há solução para os problemas coletivos. E essa tarefa deve ser assumida com prioridade pelo movimento sindical, sob pena de perda de legitimidade e representatividade.

443. O movimento sindical precisa urgentemente intensificar seus programas de formação para atrair novos militantes, construir novas lideranças, resgatar a consciência política, reforçar valores cívicos e éticos e, principalmente, dar continuidade a organização e a luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

444. Sendo assim, a CNQ deve:

- a) Abordar em todo processo formativo e em nossa ação sindical, a questão da luta de classes, concepção e prática sindical, sindicalismo e socialismo;
- b) Orientar para que os programas formativos façam sempre recorte de Mulheres, Raça, Etnia e Orientação Sexual, bem como aborde temas como: Juventude, Idosos, Meio Ambiente, Pessoas com Deficiências, Saúde e Segurança, LGBTQIAPN+, entre outros.
- c) Buscar a aproximação e integração das ações da CNQ-CUT com a Rede Nacional de Formação de CUT, participando dos espaços do Coletivo Nacional e respectivos coletivos estaduais, bem como fortalecendo as Escolas Sindicais da CUT.

445. Para alcançar os objetivos, propomos:

- 1** – Que a CNQ-CUT retome o programa FORMAQUIM nos estados, com a contribuição e rateio financeiro dos sindicatos participantes e buscando realizar neste programa de formação em ao menos 3 estados durante o mandato da CNQ-CUT.
- 2** – Que a CNQ-CUT desenvolva cursos e palestras sobre os temas da atualidade sindical e assim atualizar os dirigentes sindicais das transformações no mundo do trabalho. Realizar este processo de forma híbrida, ou seja, com público participando de forma presencial e forma online.
- 3** – Atualizar os programas de formação desenvolvidos pela CNQ-CUT e avaliar se a estratégia de atuação deu certo medindo se a formação sindical contribuiu para ação e fortalecimento dos sindicatos.
- 4** – Qualificar os dirigentes sindicais para atuação nos espaços de políticas públicas, preparando lideranças políticas para ocupar cargos no executivo e legislativo do Brasil.

Renovação Sindical, Proteção e Qualificação

446. A renovação sindical é um desafio estratégico para a sustentabilidade e o fortalecimento do movimento sindical. Garantir a continuidade da luta coletiva exige a ampliação da participação de novas lideranças e a construção de espaços que favoreçam a troca de experiências entre diferentes gerações.

447. No entanto, a inserção de novas lideranças enfrenta desafios estruturais e culturais, que precisam ser superados por meio de ações concretas. A renovação não deve ser vista como uma substituição, mas como um processo de fortalecimento e complementaridade, onde a experiência dos mais antigos e a energia dos que chegam se somam em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

448. Para isso, é essencial:

- *Criar mecanismos que incentivem a participação de novas lideranças, garantindo espaços de formação e atuação concreta.*
- *Desenvolver políticas internas que assegurem condições para a permanência e o protagonismo dessas lideranças, prevenindo a descontinuidade do engajamento.*
- *Fomentar um ambiente democrático, aberto ao diálogo entre diferentes gerações, garantindo que as transformações no mundo do trabalho sejam incorporadas ao movimento sindical de forma dinâmica.*

449. A renovação sindical não é apenas uma necessidade, mas um compromisso estratégico para fortalecer a representatividade e a capacidade de luta da classe trabalhadora.

Garantia da Qualidade Profissional das Novas Lideranças

450. A renovação sindical é um fator estratégico para a continuidade e o fortalecimento da luta da classe trabalhadora. Para que esse processo ocorra de forma sustentável, é essencial garantir que as novas lideranças tenham condições de atuação qualificada, protegida e respaldada por mecanismos institucionais, evitando que a atividade sindical represente uma ruptura com sua trajetória profissional.

451. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a necessidade de proteger o direito à organização sindical e combater práticas antissindicais que impactam a continuidade e a atuação dos dirigentes. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e normas internacionais estabelecem salvaguardas, mas é necessário avançar na efetivação desses direitos.

452. Para isso, a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) assume um papel central na construção de estratégias que assegurem qualidade profissional aos novos dirigentes sindicais, garantindo que a dedicação à luta coletiva não signifique o abandono de suas carreiras. Entre as ações prioritárias, destacam-se:

- **Proteção e estabilidade:** *Implementar políticas que assegurem a manutenção da trajetória profissional dos dirigentes, combatendo demissões arbitrárias e garantindo a reintegração após o exercício do mandato sindical.*
- **Formação e qualificação:** *Criar programas contínuos de capacitação para que novos dirigentes desenvolvam competências técnicas, políticas e organizativas, preparando-os para atuar com eficiência e profissionalismo.*
- **Combate às práticas antissindicais:** *Fortalecer a atuação da CNQ na denúncia e enfrentamento de ações que busquem enfraquecer a organização sindical, assegurando o respeito aos direitos dos dirigentes e trabalhadores.*
- **Apoio institucional:** *Construir redes de apoio entre sindicatos, federações e a CNQ, promovendo a troca de experiências e estruturando políticas para a reinserção profissional dos dirigentes ao final de seus mandatos.*

453. A renovação sindical não pode ser encarada como um desafio isolado, mas como um compromisso coletivo. Cabe à CNQ liderar esse processo, garantindo que novas lideranças tenham segurança, formação e condições dignas para exercer sua atuação sindical sem prejuízo à sua trajetória profissional.

Enfrentamento às Práticas Antissindicais e Qualificação dos Dirigentes de Base

454. Os dirigentes sindicais de base enfrentam, cotidianamente, práticas antissindicais que buscam enfraquecer a organização dos trabalhadores e limitar sua atuação. Entre as formas mais comuns de repressão estão a demissão arbitrária, a perseguição no local de trabalho, a restrição de acesso a oportunidades de qualificação e a marginalização dentro da empresa. Essas práticas, além de comprometerem a liberdade sindical, criam um ambiente de insegurança que afasta novos militantes e dificulta a renovação sindical.

455. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção nº 98, estabelece a proteção contra atos que prejudiquem sindicalistas no exercício de suas funções. No Brasil, apesar das garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Federal, a prática cotidiana revela a necessidade de reforçar a fiscalização e o combate a ações que buscam desmobilizar as lideranças sindicais.

456. Diante desse cenário, é fundamental que os dirigentes de base tenham acesso a ferramentas que fortaleçam sua atuação e garantam seu desenvolvimento profissional. A Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) assume o compromisso de estruturar políticas que assegurem a qualificação dos dirigentes, tanto para o fortalecimento da luta sindical quanto para sua permanência no mercado de trabalho. Para isso, propomos:

- **Capacitação em gestão sindical:** *Criar programas de formação que desenvolvam competências estratégicas, como negociação coletiva, gestão financeira, planejamento sindical e comunicação, garantindo que os dirigentes atuem com eficiência e profissionalismo.*
- **Proteção contra práticas antissindicais:** *Intensificar o monitoramento e a denúncia de casos de perseguição, promovendo a defesa jurídica e institucional dos dirigentes de base.*
- **Reconhecimento da atuação sindical como experiência profissional:** *Lutar pelo reconhecimento da atividade sindical como um campo de gestão, assegurando que os dirigentes possam transitar entre suas funções no sindicato e o mercado de trabalho sem prejuízo profissional.*
- **Criação de uma rede de apoio:** *Estabelecer parcerias entre sindicatos, federações e a CNQ para garantir que os dirigentes tenham acesso a formação continuada e oportunidades de reinserção no mercado ao final de seus mandatos.*

457. O fortalecimento do movimento sindical passa pela valorização dos dirigentes de base e pela construção de uma estrutura que assegure sua proteção, formação e desenvolvimento profissional. A CNQ tem o compromisso de liderar esse processo, garantindo que o sindicalismo seja um espaço de transformação, e não de precarização da trajetória dos trabalhadores que se dedicam à luta coletiva.

Comunicação Sindical

458. A Comunicação Sindical é importante porque ajuda a construir um relacionamento saudável entre os sindicatos e os trabalhadores, assim como, a gerar engajamento nas lutas da categoria.
459. Entendemos que a Comunicação Sindical é uma ferramenta de mobilização e sensibilização que permite aos sindicatos: conhecer as dificuldades dos associados, entender e satisfazer as necessidades da classe, difundir a pauta de reivindicações dos trabalhadores, gerar confiança na entidade e fortalecer a atuação sindical.
460. Para que a Comunicação Sindical seja eficaz, é importante que o conteúdo produzido seja relevante e útil para os trabalhadores e algumas formas de manter a Comunicação Sindical ativa e atualizada atualmente são: utilizar de ferramentas virtuais (site), mídias sociais e utilização de software que desburocratizem, simplifiquem e que dê transparência a gestão.
461. Para alcançar estes objetivos é fundamental que a CNQ-CUT e seus sindicatos filiados participem do Coletivo Nacional de Comunicação da CUT, bem como participar dos respectivos Coletivos Estaduais como forma de fortalecer a rede de comunicação da CUT para combater as Fake News e defender a democracia e a classe trabalhadora.
462. Além disso, devem promover, divulgar e implantar as resoluções e ações de comunicação da CUT, bem como, organizar Brigadas Digitais da CNQ-CUT em todas as suas entidades filiadas como parte da estratégia da CUT de formar, organizar e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras para ocupar o território digital e defender a democracia e os seus direitos.

Mudança no Perfil do Trabalhador

463. O perfil do trabalhador vem mudando desde 1989, com a retomada das eleições democráticas. A expansão da telefonia para pessoas de baixa renda, o acesso a bens de consumo a partir de 2002, a obtenção de informações pela internet e a influência das redes sociais mudaram a forma como os trabalhadores se comunicam. Hoje, quase todo cidadão brasileiro tem um comunicador instantâneo 24 horas por dia.
464. O Brasil é o 5º país no mundo em número de smartphones e estudos indicam que o brasileiro passa cerca de 5 horas por dia olhando para a tela, ou seja, o sindicato deve e pode, portanto, estar na palma da mão do trabalhador, informando, educando e instruindo.

Descompasso e Relevância da Comunicação

465. Em algum momento da história, houve um descompasso entre sindicatos e trabalhadores, continuamente impactados pelo desenvolvimento tecnológico e pela sociedade de consumo. Desde 2017, o sindicalismo sofre fortes danos, e as reverberações no mundo digital não ultrapassam sua própria bolha, mesmo que os sindicatos sejam a última linha de defesa do trabalhador e a pauta seja de extrema importância para todos os cidadãos trabalhadores.

Comunicação Eficiente e Planejada

466. O movimento sindical não pode renunciar a uma comunicação planejada e qualificada. Para mobilizar os trabalhadores em causas de interesse comum, informá-los sobre riscos, estabelecer relações positivas com as entidades patronais, incrementar a base de filiados e divulgar conquistas, é preciso comunicar com eficiência, usando linguagem adequada, sem ruídos e com frequência suficiente. Em um mundo de constante mudança tecnológica e inúmeros estímulos comunicacionais, marcar território na mente dos trabalhadores é fundamental.

Uso de Redes Sociais

467. Os donos dos meios de produção dispõem de vastos recursos comunicacionais e podem influenciar a mente dos trabalhadores. No entanto, muitas ferramentas, como as redes sociais, estão à disposição de todos e são poderosas se usadas estrategicamente. Por exemplo, a recente ascensão da direita conservadora brasileira foi propulsionada fortemente pelo WhatsApp, uma rede social gratuita.

468. Ao criar um modelo de ação, o sindicato enfatiza a necessidade de entender e satisfazer a classe, porém, é necessário compreender que isso só é possível por meio de uma comunicação efetiva. Utilizar mídias sociais e site é fundamental para manter essa comunicação ativa e atualizada, fortalecendo e unindo a categoria.

Confiança nos Sindicatos

469. Qual tem sido o resultado dos esforços de comunicação feitos pelas entidades sindicais? Segundo pesquisas recentes a confiança dos trabalhadores nos sindicatos ficou abaixo de instituições como polícia, meios de comunicação oficial, empresas, bancos, Poder Judiciário e Governo Federal, entre outras.

Queda na Sindicalização

470. Outro dado igualmente preocupante é a queda/diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, em geral, estima-se que o índice médio de sindicalização no país esteja próximo de 8% do total de trabalhadores ocupados, fruto por parte da reforma trabalhista, que instituiu a não obrigatoriedade de homologação nos sindicatos, e tudo isso junto tem levado a um grau de afastamento cada vez maior entre sindicatos e representados, inclusive cai a cada dia o número de trabalhadores que utilizam inclusive os serviços oferecidos pelos sindicatos, mesmo quando se tem o esforço das direções sindicais de oferecer inúmeros benefícios e parcerias.

Análise da Comunicação Sindical

471. Nos três aspectos apontados pelos dados acima – confiança nos sindicatos, índice de sindicalização e percepção dos benefícios, pode-se afirmar que a ausência de um trabalho consistente de comunicação tem sido relevante. Boa parte das categorias, por mais que ainda se beneficiem da atuação sindical, não conseguem perceber sua importância, em parte devido à falta de uma comunicação efetiva.

472. É muito importante que os associados fiquem por dentro dos benefícios que uma entidade sindical conquista a favor da categoria, mas, para isso é necessário que a comunicação feita pela organização sindical seja assertiva, dinâmica e eficiente.

473. É a boa comunicação de uma entidade que irá garantir a fidelização e entrada de novos associados, fortalecendo e aumentando a credibilidade da organização.

474. **Necessidade da comunicação após o fim da obrigatoriedade**

475. No atual cenário político e com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, já não é mais novidade para ninguém que os sindicatos precisam se reinventar e buscar cada vez mais filiados.

476. Para garantir a sobrevivência e o crescimento das entidades, é essencial transmitir a importância e o valor dos benefícios conquistados em favor do filiado. É isso que reforça ainda mais a necessidade de uma comunicação bem estruturada no setor.

477. **Representação sindical**

478. Para criar um fluxo de comunicação assertivo, é imprescindível a utilização de um sistema de gestão específico para sindicatos. Todo o processo de comunicação pode ser organizado e administrado de maneira integrada, resultando em um tempo maior para focar em assuntos mais urgentes em sua gestão com maior controle da agenda sindical, otimizando a comunicação com a categoria.

479. A comunicação com a categoria é, portanto, um instrumento de mobilização e sensibilização, que ajuda a desenvolver a consciência de classe nos associados, permitindo um contato direto e tornando a representação cada vez mais certa. Afinal, para um sindicato ter uma gestão exemplar, é necessário conhecer todas as realidades e dificuldades dos seus associados.

Conclusão

480. Falar sobre a importância da comunicação para sindicatos se trata, antes de tudo, de transformar a forma como o trabalhador vê o sindicato e, conseqüentemente, a sociedade.

481. Uma comunicação em rede pode ajudar a fortalecer a ação coletiva dos sindicatos na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, revertendo a desconfiança gerada pelos ataques ao movimento sindical, contribuindo para reduzir a queda de sindicalização, além de fortalecer a atuação das entidades sindicais como legítimas representantes dos trabalhadores e trabalhadoras.

482. O uso adequado dos meios pelas entidades sindicais condizente com o entendimento da comunicação como processo educativo, acomodando a interação com a informação, sendo esta precedida de problematização, envolvendo as múltiplas determinações que regem a realidade é ambiência fecunda para a formação política dos trabalhadores.

483. A formação política propicia a compreensão da realidade para além do que se apresenta como dada, evidente e natural, enxergando nexos e relações que escondem informações e condicionam visões, percepções e posições.

484. Desse modo, as práticas de comunicação, como as apresentadas nos exemplos acima, acomodam processos de formação que potencializam dentre outras coisas, a

compreensão de que os efeitos das pautas reivindicatórias e das mudanças no mundo do trabalho não afetam somente aos trabalhadores ligados diretamente a elas, mas a toda população.

485. Nesse sentido, as ações de formação política realizada no sindicato através de cursos, reuniões, assembleias, congressos, palestra, informativos, outros, mediadas por instrumentos de comunicação sob a condição de utilização mediante o conhecimento de suas limitações e potencialidades, somados a percepção de que a comunicação é educativa, e que, portanto, para subsidiar um processo de formação para a transformação precisa ser participativa, problematizadora e questionadora para resultar em reflexões, interações e ações conscientes e condizentes com o cenário político, social e econômico em que se vive.

486. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**

487. A saúde é hoje o maior patrimônio dos trabalhadores e trabalhadoras, e devemos envidar todos os esforços no sentido de preservar a saúde dos/as trabalhadores/as, melhorar as condições de segurança nos locais de trabalho, combater as situações de trabalho que levam a acidentes fatais, mutilações, doenças profissionais e adoecimento físico e mental.

488. As doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as LER/DORT e o assédio moral, estão disseminadas em todo país, fruto das péssimas condições de ambiente de trabalho, que geram por um lado muito lucro aos patrões e por outro grande número de trabalhadores/as lesionados/as, com sintomas que poderão se transformar em doenças ocupacionais e doenças psicológicas.

489. As doenças relacionadas ao trabalho e o assédio moral acontecem em todas as categorias profissionais, sendo que o assédio moral é a forma mascarada de dominação que aparece é percebida pelos trabalhadores/as através de um conjunto de humilhações, constrangimentos, maus tratos e sofrimentos a que estes estão submetidos.

490. Devemos atuar em defesa da melhoria das condições de trabalho, por programas de prevenção e assistência aos trabalhadores/as sob risco de acidentes e doenças ocupacionais, bem como, no sentido da responsabilização e punição das empresas que provoquem danos ao meio-ambiente e a saúde do trabalhador/a.

491. O atual quadro de precarização das condições de trabalho, saúde e segurança que os/as trabalhadores/as estão submetidos, tem levado a inúmeros acidentes de trabalho com longos períodos de afastamentos do trabalho e graves sequelas, mutilações e contaminações por agentes agressivos, distúrbios e doenças relativas ao ritmo de trabalho e jornadas excessivas que levam inclusive trabalhadores/as a morte.

492. Outro fato que tem criado muitas dificuldades aos trabalhadores/as acidentados e/ou doentes é a política adotada pelo INSS, que tem (sem muitos critérios lógicos) concedido alta médica sem que os/as trabalhadores/as tenham condições concretas de retorno ao trabalho, gerando uma série de impasses e constrangimentos aos/as trabalhadores/as quando do retorno às empresas, pois, os mesmos ou não tem a mínima condição de retomar suas funções ou as empresas não aceitam o retorno, causando prejuízos econômicos, sociais e psicológicos aos mesmos pois o pagamento dos benefícios são suspensos e as referidas empresas não efetuam os pagamentos, e para garantir os

direitos destes trabalhadores/as relacionados a estas questões é imprescindível que os Sindicatos orientem os departamentos jurídicos a agirem para garantir esses direitos”.

493. É necessário que os Sindicatos do Ramo rompam os limites das denúncias e exijam das empresas investimentos na prevenção dos acidentes e as doenças provocadas pelo trabalho. Deve-se incluir nas pautas cláusulas para estas questões, bem como, a garantia de estabilidade aos/as trabalhadores/as acidentados/as enquanto perdurar as doenças.
494. É necessária também a realização de uma ampla campanha em defesa da saúde e da vida do trabalhador, bem como, é necessário que haja maior humanização no atendimento, responsabilização do Estado pelo mau atendimento e ações sindicais em defesa da previdência pública.
495. Neste sentido propomos:
 - 1 – Que a CNQ-CUT desenvolva uma campanha nacional sobre os riscos do Benzeno na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.
 - 2 – Considerando a nova atribuição das CIPAs com o tema do combate ao assédio moral e sexual, que a CNQ-CUT desenvolva um processo de formação dos dirigentes para que eles atuem em defesa do local de trabalho sem assédio e por uma saúde digna.
 - 3 – Que a CNQ-CUT desenvolva uma campanha sobre o direito de recusa em caso de acidente grave e eminente.
 - 4 – Que os sindicatos/federações filiados a CNQ-CUT desenvolva uma negociação com os sindicatos patronais durante as negociações coletivas para liberação dos clipeiros para participar dos cursos de CIPAs dos Sindicatos
 - 5 – Que a CNQ-CUT em conjunto com os sindicatos desenvolva uma luta pelo fim do “Limbo previdenciário”.

Aposentados/as e Pensionistas

496. Os aposentados e pensionistas constituem-se no segmento da classe trabalhadora que mais cresce em termos absolutos. A cada dia, a importância política, social e econômica deste setor da população aumenta, no entanto, este segmento cada vez mais sofre as consequências de políticas que levam a precarização das condições gerais de vida, sendo discriminados com a ausência de políticas de saúde, transporte, lazer, moradia, outros.
497. A CNQ e os Sindicatos do Ramo não devem medir esforços para apoiar e participar de todas as lutas que visem a implantação de políticas para a recuperação do poder de compra das aposentadorias e pensões, com base na mesma sistemática adotada para a recuperação do poder de compra do salário-mínimo.
498. Reconhecemos como fundamental as políticas negociadas pelas Centrais Sindicais com objetivo de recuperar o poder de compra do salário-mínimo, bem como, defendemos a continuidade de políticas que visem a recuperação do poder de compra dos benefícios de aposentados e pensionistas.
499. Portanto, cabe à CNQ-CUT e aos sindicatos do ramo apoiar todas as lutas propostas pelas associações de aposentados de diversas categorias. Além disso, a CNQ-CUT e seus

sindicatos filiados devem promover, divulgar, implantar e participar das resoluções e ações da Secretaria Nacional de Pessoas Aposentados, Pensionistas e Idosas da CUT.

500. Que a CNQ-CUT faça diálogo com os sindicatos e construa um coletivo nacional de aposentados, iniciando a composição neste mandato de um Coletivo Nacional de Aposentados do Ramo Químico, com participação de dirigentes sindicais já aposentados.
501. Que a após o funcionamento do coletivo nacional de aposentados a CNQ-CUT, se avalie no 11º congresso a viabilidade de construir uma secretaria nacional de aposentados da CNQ-CUT.

9. PLANO DE LUTAS E AÇÕES PARA O QUADRIÊNIO 2025/2029

O 10º Congresso da CNQ/CUT delibera:

Bandeiras Gerais:

1. Pela punição de todos/as participantes do golpe de 08/01 – Sem anistia!;
2. Participar de atividades e ações em defesa da Democracia e das liberdades individuais e coletivas;
3. Ter como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora;
4. Lutar em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora;
5. Fortalecer o movimento sindical e suas lutas;
6. Atuar em defesa dos direitos humanos;
7. Fortalecer a organização sindical, tendo em vista os desafios para o sindicalismo CUTista;
8. Fortalecer a participação sindical e a aliança com movimentos sociais e populares, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação;
9. Lutar em defesa do poder de compra dos salários e pela valorização do poder de compra do salário-mínimo;
10. Lutar pelo aumento real de salários e pela ampliação dos direitos dos/as trabalhadores/as;
11. Lutar em defesa da saúde e segurança do/a trabalhador/a e em defesa do meio ambiente;
12. Lutar pela universalização do direito à seguridade social;
13. Lutar contra o assédio moral e sexual;
14. Lutar por uma reforma tributária justa e pela taxaçoão das grandes fortunas;
15. Participar de todas as lutas/campanhas/jornadas convocadas pela CUT;
16. Desenvolver campanhas pela correção da tabela do imposto de renda;
17. Lutar pelo fim do Fator Previdenciário e em defesa da Previdência Pública e Solidária;
18. Lutar em defesa do SUS – Sistema Público de Saúde.

Ações contra a precarização das relações e das condições de trabalho:

19. Lutar em defesa do trabalho decente, contra a terceirização, o trabalho temporário e demais formas de precarização das relações de trabalho;

20. Lutar pela geração de empregos de qualidade, pela distribuição de renda e pela inclusão social;
21. Lutar contra a prática de horas extras;
22. Lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários;
23. Lutar contra a escala 6X1 e pela implantação de escalas de trabalho com sábados e domingos livres em todos os segmentos do Ramo Químico;
24. Lutar pela 5ª turma de revezamento com jornada limitada a 36 horas semanais;
25. Lutar pela ratificação da Convenção 158 da OIT – Pelo fim da demissão imotivada;
26. Lutar contra toda e qualquer proposta de flexibilização de direitos dos trabalhadores.

Organização Sindical:

27. Lutar para consolidar a organização da CNQ/CUT por Ramo de Atividade Econômica e para ampliar a representatividade das Entidades Sindicais;
28. Lutar em defesa do direito a organização nos locais de trabalho e pela implantação de OLTs (Organização nos Locais de Trabalho);
29. Lutar por uma nova estrutura sindical que assegure liberdade e autonomia sindical;
30. Realizar debates sobre “modelo de organização sindical para o Ramo Químico”;
31. Lutar pela garantia plena ao exercício da atividade sindical com direito de greve e garantia de emprego;
32. Organizar juntamente com as Secretarias Setoriais, Regionais e de Formação um seminário para debater políticas de organização dos sindicatos no Ramo, assim como, a construção de Federações CUTistas do Ramo em âmbito estaduais e interestaduais;
33. Fortalecer os espaços de representação nos locais de trabalho, CIPAS, Comissões de Fábrica/Empresa, Delegados Sindicais, SUR – Sistema Único de Representação, Redes de Trabalhadores e outros, para que os mesmos atuem na defesa dos direitos dos trabalhadores/as;
34. Organizar um seminário nacional para aprofundar o debate sobre modelos de organização nos locais de trabalho construídas no Ramo e fora dele;
35. Lutar pelo direito a organização dos locais de trabalho e que estas representações tenham estabilidade no emprego para que possam exercer sua representação;
36. Apoiar iniciativas que promovam a organização por local de trabalho, fortalecer as OLTs existentes e incentivando a formação de novas OLTs, inclusive por meio de acordos e convenções coletivas;

37. Lutar pelo fim da criminalização da atividade sindical (multas, interditos proibitórios, demissões de dirigentes e de representantes de trabalhadores/as legitimamente eleitos, outros);
38. Pautar permanentemente o tema da Organização no Local de Trabalho nas campanhas salariais e reivindicatórias;
39. Fortalecer a articulação sindical pelo fim da jornada trabalho 6x1;
40. Lutar pela aprovação do Projeto de Lei (PL) construído coletivamente pela CUT e o conjunto das Centrais Sindicais, que trata da valorização da negociação coletiva, liberdade sindical e sustentação financeira das entidades sindicais;
41. Defender a comunicação pública e democrática;
42. Incentivar o debate da transição energética, pautada pelo conceito de transição justa, alinhada com a Agenda 2030 (ONU) com especial atenção para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 8 (crescimento econômico e trabalho decente), 9 (Indústria, inovação e infraestrutura inclusiva) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis);
43. Manter a articulação junto ao Macrossetor da Indústria da CUT (MSI) e IndustriALL Brasil sobre a estratégia para a indústria brasileira.

Saúde do Trabalhador:

44. Manter e ampliar a luta pela extinção da subnotificação, denunciando e combatendo as práticas das empresas, dos SEMTs e das perícias médicas do INSS;
45. Lutar para que o INSS ingresse com as ações regressivas contra todas as empresas onde existem acidentados e doentes ocupacionais;
46. Lutar contra a alta programada – contra o retorno do trabalhador ao serviço, sem estar apto;
47. Fortalecer e ampliar a luta pela manutenção do SAT (Seguro Público de Acidente de Trabalho);
48. Incentivar ações pelo direito de recusa ao trabalho em condições de risco grave e eminente;
49. Aprofundar o debate sobre biossegurança e transgênicos, benzeno, mercúrio, amianto, nanotecnologia, criar GT's e realizar seminários sobre esses temas;
50. Lutar em defesa da saúde e segurança do trabalhador/a e em defesa do meio ambiente;
51. Lutar pela universalização do direito à Seguridade Social;
52. Debater os efeitos na saúde dos trabalhadores das novas formas de organização do trabalho (home office, jornadas híbridas, trabalho part-time, outros);

53. Fortalecer a atuação de dirigentes sindicais do Ramo na CPTT ampliando a presença do movimento sindical nos debates sobre as normas reguladoras e nas definições acerca do benzeno.

Relações Internacionais:

54. Estabelecer intercâmbios com entidades sindicais internacionais ligadas ao Ramo Químico;
55. Fortalecer as relações com a IndustriALL, contribuir e participar das campanhas mundiais sobre Redes de Trabalhadores, contra a Terceirização, pela Equidade de Gênero e em defesa de políticas para a Juventude e Antirraciais;
56. Fortalecer o diálogo com a IndustriALL na implementação e no fortalecimento das Redes de Trabalhadores e criar espaços de socialização de experiências com objetivo de ampliação das Redes de Trabalhadores nas empresas multinacionais, contribuindo na luta pela globalização de direitos;
57. Apoiar e incentivar as atividades das Redes de Trabalhadores;
58. Fomentar o debate sobre políticas de autossustentação junto aos Sindicatos para o fortalecimento do trabalho das Redes de Trabalhadores;
59. Com apoio da IndustriALL, buscar estreitar relações com entidades sindicais da República Dominicana e Haiti, no que se refere a cooperação sindical e realização de estudos e levantamentos realizados no Brasil e nos respectivos países.

Políticas afirmativas para a Juventude:

60. Fortalecer a Secretaria de Políticas para a Juventude do Ramo, bem como incentivar a criação e/ou fortalecer os Coletivos de Juventude dos Sindicatos;
61. Propor aos Sindicatos do Ramo a realização de uma campanha de sindicalização específica para a Juventude;
62. Propor a realização de Encontros da Juventude Trabalhadora em âmbito: nacional, regional, setorial e por sindicato;
63. Atuar nos espaços permanentes de políticas públicas de interesse da Juventude trabalhadora;
64. Propor a inclusão nas pautas das negociações coletivas de temas e reivindicações da Juventude trabalhadora;
65. Solicitar aos Sindicatos do Ramo informações para consolidar um banco de dados sobre a situação da Juventude no Ramo;
66. Apoiar e participar dos projetos e debates realizados pela CUT e pela IndustriALL na temática Juventude Trabalhadora;

67. A CNQ-CUT fazer uma pesquisa e levantamento da quantidade de jovens nas bases dos sindicatos, como também a quantidade de jovens nas diretorias dos Sindicatos a fim de fazer um diagnóstico da presença de jovens no Ramo Químico. Com estes dados construir uma política de trazer a Juventude para as demandas sindicais, como também ampliar a participação de jovens nas diretorias dos Sindicatos;
68. Que a CNQ-CUT realize encontros de jovens online com objetivo de capacitar os jovens na atualidade política do Brasil e aproximar os jovens das lutas da classe trabalhadora;
69. Estimular os jovens a participarem das diretorias dos sindicatos, respeitando os dirigentes que estão a mais tempo nas diretorias sindicais;
70. Que a CNQ-CUT dialogue com suas Federações para incluir uma cota de jovens nas empresas Químicas durante os processos de negociação coletiva.

Políticas afirmativas para a Mulher Trabalhadora:

71. Fortalecer a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CNQ, incentivar e fortalecer a criação de Secretarias e/ou Coletivos de Mulheres nos Sindicatos do Ramo a fim de fortalecer a participação de mulheres nos sindicatos e assim ampliar a participação de mulheres nas diretorias sindicais;
72. Ao iniciar as atividades do Ramo Químico da CUT os Sindicatos/Federações/Confederação deverão apresentar as orientações gerais de tratamento, ética e respeito, orientando as mulheres/homens que se sentirem assediados ou tratados com falta de respeito, à denunciarem imediatamente aos dirigentes organizadores da atividade;
73. Propor a realização de campanhas que fortaleçam as convenções da OIT sobre a Mulher Trabalhadora, com o objetivo de construir e fortalecer políticas para as mulheres;
74. Lutar pela ampliação e presença de mulheres nos espaços sindicais e de representação das categorias com CIPAs, Comissões de Fábricas, Delegados Sindicais, SUR, Dirigente Sindical, Redes de Trabalhadores e demais espaços políticos;
75. Promover a capacitação das mulheres com objetivo a e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais;
76. Propor aos Sindicatos do Ramo que as reivindicações específicas das mulheres façam parte permanente das pautas de reivindicações nas negociações coletivas e que seja garantida a presença de mulheres nas mesas de negociação;
77. Orientar aos Sindicatos do Ramo a lutarem na defesa intransigente da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e pela construção de novas relações sociais de mulheres;
78. Fortalecer e incentivar a participação e a formação de mulheres para a participação em mesas de negociações coletivas;

79. Lutar pela manutenção e/ou ampliação dos direitos conquistados, tais como licença-maternidade, creches, auxílio-creche, outros;
80. Combater a reprodução das discriminações sociais de mulheres em todos os níveis;
81. Propor a realização de seminários e encontros sobre temas referentes a questão da Mulher Trabalhadora e a situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;
82. Solicitar aos Sindicatos do Ramo informações para consolidar o banco de dados sobre a situação da Mulher Trabalhadora no Ramo;
83. Fortalecer e apoiar o Comitê de Mulheres da IndustriALL;
84. Lutar pelo caráter obrigatório da licença-maternidade de seis meses;
85. Propor aos Sindicatos do Ramo a realização de uma ampla campanha por creches para os filhos e filhas dos/as trabalhadores/as;
86. Lutar pela real implantação da lei de igualdade salarial e monitorar os relatórios periódicos divulgados pelo Governo Federal;
87. Propor aos Sindicatos do Ramo que seja garantida nas atividades e eventos sindicais infraestrutura e creche para os/as filhos/as das/os trabalhadoras/es;
88. Lutar contra a dupla jornada de trabalho da mulher e para que o trabalho no ambiente doméstico e familiar seja compartilhado;
89. Combater a violência contra as mulheres, o assédio sexual e moral nos locais de trabalho e na sociedade e Sindicatos;
90. Orientar aos Sindicatos e as Federações a realizarem seminários sobre os temas de mulheres, assédio moral e sexual;
91. Propor a realização de seminários, encontros, sobre temas referentes a questão da Mulher Trabalhadora e a situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;
92. Desenvolver uma Campanha Nacional de Sindicalização para Mulheres;
93. Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher no trabalho e fora dele;
94. Lutar pela real implantação da lei de igualdade salarial e monitorar os relatórios periódicos divulgados pelo Governo Federal e defender a efetiva implantação da Lei 14.611/2023, também conhecida como Lei da Igualdade Salarial, sancionada pelo Presidente Lula, que determina que homens e mulheres devem receber salários iguais quando exercem a mesma função e desempenham trabalho de igual valor;
95. Os Sindicatos, Federações e a CNQ-CUT devem realizar ações de formação, de mobilização e de comunicação junto à sua base para que as empresas implantem a lei e informem ao Governo Federal os dados relacionados à sua implantação para que a

movimento sindical possa acompanhar a sua execução real por meio dos relatórios emitidos periodicamente pelo Governo Federal.

Políticas afirmativas para pessoas e trabalhadores/as com deficiência:

96. A CNQ-CUT e seus sindicatos filiados devem participar do Coletivo Nacional dos Trabalhadores com Deficiência da CUT, bem como participar dos respectivos Coletivos Estaduais. Além disso, devem promover, divulgar e implantar as resoluções da CUT e outras entidades em defesa desses trabalhadores e trabalhadoras;
97. Debater a criação de um coletivo de trabalhadoras/es com deficiência do Ramo Químico;
98. Fomentar debate e cooperar pela criação do Comitê de Trabalhadoras/es da IndustriALL;
99. Incentivar, orientar e cooperar com a criação de Coletivos das/dos Trabalhadoras/es nos Sindicatos do Ramo;
100. Colocar no Planejamento da Gestão da CNQ-CUT, uma formação para seus dirigentes sobre a transversalidade e interseccionalidade dos direitos trabalhistas da classe trabalhadora com deficiência;
101. Ter nas redes sociais e meios de comunicação da CNQ-CUT uma comunicação minimamente acessível;
102. Colocar na agenda sindical da CNQ-CUT as datas comemorativas da CNQ, as datas referentes aos direitos humanos das pessoas com deficiência na perspectiva do trabalho decente;
103. Realizar Seminários em datas comemorativas relacionadas ao direito trabalhista das pessoas com deficiência;
104. Orientar os sindicatos a incluírem propostas para as/os trabalhadoras/es com deficiência em seus Acordos Coletivo de Trabalho;
105. Buscar parceira com DIEESE para levantamento sobre as questões socioeconômicas relacionadas às pessoas com deficiência dentro do Ramo, inclusive taxa de ocupação;
106. Fomentar o cumprimento da Lei de Cotas dentro da CNQ-CUT como exemplo a ser seguido pelos Sindicatos e Federações;
107. Lutar pela garantia de representação de pessoas com deficiência nos espaços sindicais e de representação da categoria como CIPAS, Comissões de Fábrica e demais espaços;
108. Debater propostas junto aos Sindicatos do Ramo visando possibilidades de acessibilidade arquitetônica e de comunicação para atender as pessoas com deficiência;
109. Buscar diálogo com o Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura para dialogar sobre as questões relacionadas ao direito dos trabalhadores com deficiência, bem como produção de equipamentos e maquinários que dê condições ao trabalho decente dentro das indústrias.

Políticas afirmativas para a questão Racial:

110. Reativar e fortalecer o Coletivo Nacional sobre a Questão Racial da CNQ-CUT e incentivar os Sindicatos a criarem Coletivos Raciais nas categorias;
111. Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão racial;
112. Propor a realização de seminários e palestras com temas referentes a questão racial;
113. Fortalecer a luta por implantação de políticas públicas de reparação, que ajudem a corrigir erros históricos que mantêm afrodescendentes na sub cidadania;
114. Denunciar ações racistas em todos os níveis e lutar contra a legislação que promove o encarceramento em massa do povo preto e o extermínio da juventude negra.

Políticas Afirmativas LGBTQIAPN+:

115. Incentivar o combate à todas as manifestações discriminatórias em relação aos homossexuais ou qualquer outra forma de discriminação social;
116. Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão LGBTQIAPN+;
117. Propor o debate sobre a criação de um Coletivo Nacional para discutir a temática dos direitos humanos e articular essa ação com as ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT;
118. Ter nas pautas transversais, interseccionais e referentes aos direitos humanos, população LGBTQIAPN+ e trabalhadores/as com deficiência, além de outras, a participação ativa e efetiva das representações de cada segmento;
119. Incluir no planejamento da Secretaria de Formação as temáticas relativas aos direitos humanos, direitos trabalhistas das pessoas com deficiência, no âmbito da OIT.

Aposentadoria:

120. Propor aos Sindicatos do Ramo o fortalecimento das organizações de aposentados em âmbito local;
121. Incentivar as Associações de Aposentados dos Sindicatos do Ramo a apoiar e participar de todas as lutas convocadas pela CUT;
122. Atuar nos espaços permanentes de políticas públicas para os idosos;
123. Participar do Coletivo Nacional das públicas, Pensionistas e Idosas da CUT.

Formação Sindical:

124. Buscar parcerias para dar continuidade ao programa FORMAQUIM (Programa de Formação de Dirigentes e Militantes Sindicais) em âmbito estadual, regional e nacional;
125. Buscar articular os programas de formação da CNQ-CUT com os programas de formação dos Sindicatos do Ramo;

126. Debater com as Secretarias Regionais e Setoriais e Sindicatos do Ramo a realização de um programa de FF (Formação de Formadores), com o objetivo de capacitar dirigentes e assessores sindicais para a aplicação do programa de formação sindical nas diversas regiões representadas pela CNQ-CUT;
127. Realizar seminários de capacitação de dirigentes sobre temas da agenda sindical atual;
128. Ter como temáticas do programa de formação a História do Movimento Sindical, o Processo Produtivo Capitalista, Gênero, Juventude, Racial, Negociação Coletiva e Direitos Humanos.

Política Sindical:

129. Organizar juntamente com as Secretarias Setoriais, Regionais e de Formação um seminário para debater políticas de organização dos Sindicatos nos Ramos e a construção de Federações Estaduais e Interestaduais;
130. Acompanhar os processos eleitorais nos Sindicatos do Ramo, bem como, apoiar as Oposições Sindicais do Ramo reconhecidas pela CUT;
131. Realizar plenárias regionais periódicas para aprofundar o debate sobre temas da agenda sindical;
132. Realizar seminário para debater um modelo de organização para o Ramo Químico.

Imprensa Sindical:

133. Potencializar o uso do site da CNQ-CUT como ferramenta de divulgação de matérias e informações para o Ramo Químico;
134. Articular em conjunto com as Secretarias Regionais e Setoriais e Sindicatos do Ramo a realização de um Seminário Nacional para debater Políticas de Comunicação Sindical para o Ramo;
135. Construir proposta de inclusão digital para as Direções Sindicais;
136. Construir proposta de utilização das mídias alternativas na construção de uma comunicação contra hegemônica que inclua, além das Direções Sindicais, os Movimentos Sociais parceiros, tanto no espaço de trabalho quanto na sociedade.

Sustentação Financeira da CNQ-CUT:

137. Estabelecer uma estratégia de combate a inadimplência dos Sindicatos do Ramo junto à CUT e a CNQ.

Políticas Regionais e Setoriais:

138. Acompanhar as campanhas salariais e reivindicatórias dos segmentos do Ramo no seu âmbito de atuação;
139. Atuar descentralizando a política da CNQ-CUT junto aos Sindicatos;
140. Participar de forma articulada e organizada das Conferências Nacionais de Políticas Públicas orientadas pela CUT e seguindo as diretrizes apontadas pela Central;
141. Participar de forma articulada do Plebiscito Nacional pela Redução da Jornada e Pela Reforma Tributária/Isenção do Imposto de Renda para até 5 mil, convocados pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem medo, seguindo as diretrizes orientadas pela CUT;
142. Mobilizar as suas entidades filiadas para participar ativamente da Campanha Nacional Pela Redução da Jornada Sem Redução de Salário convocada pela CUT;
143. Mobilizar as suas entidades filiadas para participarem ativamente da 17ª Plenária Nacional da CUT.

PLANO DE AÇÃO DA CUT – 2025/2026 NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS

AÇÕES ESTRATÉGICAS PRIORITÁRIAS

Jornada Nacional de Lutas da Classe Trabalhadora: Marcha da Classe Trabalhadora e 1º de Maio

17ª Plenária Nacional da CUT (14 a 17/10/2025) • COP 30 (10 a 21/11/2025)

Plebiscito Popular pela Redução Jornada de Trabalho e por Justiça Tributária – Articulada com campanha interna da CUT pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salário

Campanha permanente de sustentabilidade política e financeira

AÇÃO ESTRATÉGICA JORNADA NACIONAL DE LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA - 1º DE MAIO

Período: 09 de abril a 31 de maio de 2025 Objetivos:

Resgatar e fortalecer a importância do 1º de Maio para a classe trabalhadora e dialogar com a sociedade;

Atualizar a pauta da classe trabalhadora;

Realizar atividades política, culturais, formativas e sociais nos Sindicatos, Estaduais e Ramos da CUT ao longo do período da jornada. Atividades principais:

09 a 30 de abril de 2025 - Jornada Nacional de Debates do DIEESE com as Centrais Sindicais sobre Trabalho, Meio Ambiente e Transição Justa: rumo a COP 30 Objetivo: debater a pauta da classe trabalhadora (preparatória para o 1º de maio) e preparar as entidades sindicais para a COP 30.

Calendário:

UF	Data	Local	Horário
SP	09/abr	Auditório Escola DIEESE. Rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo	09h30
CE	09/abr	FETRACE. Rua Padre Mororó, 1055, Centro, Fortaleza- Ceará, Brasil	14h00
SE	09/abr	Auditório do Sindifisco-SE. Rua Jornalista João Batista de Santana, 1914 - Coroa do Meio - Aracaju - SE	8h00
PE	15/abr	SINTEL. Rua Afonso Pena, 333 - Boa Vista - Recife - Pernambuco - CEP: 50.050-130	14h00
RJ	15/abr	SINPRO RJ. Rua Pedro Lessa, 35 2º, 3º e 5º andares - Centro - CEP: 20030-030	15h00
SC	15/abr	FETAESC. Av. Leoberto Leal, 976 - Barreiros, São José - SC	9h00
BA	16/abr	SINDAE. Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia - Rua General Labatut, Nº 65, Barris, Salvador - Bahia - Brasil.	15h00
RN	17/abr	SINSENAT. R. Gonçalves Lêdo, 857 - Cidade Alta, Natal - RN	8h00
PB	22/abr	SINDIÁGUA. Av. Cap. José Pessoa, 89 - Jaguaribe, João Pessoa - PB	8h00
DF	23/abr	Sindicato dos Bancários Brasili . Endereço: EQS 314/315 Bloco A - Asa Sul - Brasília - DF - 70383-400	9h00
ES	24/abr	SINDFER ES/MG. Avenida Governador Bley, 186, 4º andar - Centro - Vitória/ ES	10h00
MG	24/abr	FEMETAL. Rua Curitiba, 1269 - Centro - Belo Horizonte - MG	14h00
MS	25/abr	Sindicato dos Bancários de Campo Grande e Região. Rua Barão do Rio Branco, 2652 - Jardim dos Estados - Campo Grande-MS	8h30
PR	24/abr	ALEP - Assembleia legislativa do Estado do Pará - Rua do Aveiro, Praça Dom Pedro II, 130 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-240	9h30
RS	23/abr	SINDIPOLO. Av. Júlio de Castilhos, 596 - 8º andar - Centro Histórico, Porto Alegre	14h00
GO	11/abr	SINPRO GO. Av. Independência, 942 - St. Leste Vila Nova, Goiânia - GO, 74645-010	09h00
PA	29/abr	Sindicato dos Bancários PA - Rua 28 de setembro, 1210 Reduto. CEP: 66053-355	9h00

Observação: Nos demais estados onde não há escritório do DIEESE, caso as centrais consigam organizar algum evento, um técnico do DIEESE pode fazer a palestra de forma presencial (se houver passagens) ou virtual.

15 de abril – Lançamento das atividades do Fórum das Centrais

Objetivo: Apresentar das mobilizações da jornada para resgatar o sentido histórico e os princípios do 1º de Maio e atualizar a pauta da classe trabalhadora

29 de abril – Marcha da Classe trabalhadora à Brasília

Programação (provisória):

10h – Plenária da Classe Trabalhadora e atualização da Pauta da Classe Trabalhadora 11h30 – Marcha da Classe Trabalhadora até o Congresso Nacional para entrega da pauta ao Presidente Lula e presidente da Câmara e do Senado

Meta de participantes da CUT: 10 mil pessoas Logística e visual: organizar junto com a CUT DF

1º de maio – Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

Objetivo: realizar atos políticos-culturais nos estados, sindicatos e territórios para resgatar a importância e princípios do 1º de Maio de acordo com a dinâmica/especificidade de cada Estadual, Ramo e Sindicato.

09 de abril a 31 de maio - Ações nos sindicatos, Estaduais, Ramos, Escolas Sindicais, comunidades e redes sociais

Objetivo: realizar ações diversas no período da jornada que possam ampliar o diálogo da CUT e suas entidades com a sociedade para apresentar a pauta da classe trabalhadora e resgatar a importância dos sindicatos. - Exemplo de atividades: atividades de formação, mostra de cinema e de música, roda de cultura, seminários, sarau, atividades esportivas, feiras de economia solidária e popular, festivais dançantes etc.

AÇÃO ESTRATÉGICA: PLENÁRIA NACIONAL DA CUT

14 a 17/10/2025 – 17ª Plenária Nacional da CUT

AÇÃO ESTRATÉGICA: COP 30 - 10 A 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Tema orientador para participação da CUT: Transição justa, meio ambiente e trabalho decente. Os demais temas devem ser articulados ao tema geral.

Objetivo: transformar a COP 30 em uma grande oportunidade para massificar o debate da relação entre trabalho, meio ambiente e transição justa, e a necessidade de políticas estruturais imediatas para enfrentar a crise climática provocada pelo capitalismo que afeta com mais intensidade e perversidade os trabalhadores e trabalhadoras.

Ação nacionalmente articulada (sindicatos, Ramos, Estaduais, Secretarias Nacionais)

A CUT e todas suas entidades filiadas devem participar de forma articulada seguindo as diretrizes políticas e organizativas indicadas pela Comissão Organizadora Nacional responsável pela coordenação das ações de participação ampla e para os espaços de negociação.

Calendário geral (em definição):

06 e 07 – Cúpula Oficial dos Chefes de Estado

10 a 21/11 – COP 30 (espaços de negociação institucional)

12 a 16/11 – Cúpula dos Povos

10 a 16/11 – Período participação da Rede CUT

AÇÃO ESTRATÉGICA: PLEBISCITO POPULAR PELA REDUÇÃO JORNADA DE TRABALHO E POR JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Objetivo: realizar plebiscito popular para dialogar com o povo sobre dois grandes temas importantes para a sociedade - redução da jornada de trabalho sem redução de trabalho e fim da escala 6x1, e justiça tributária e isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$5.000,00 (cinco mil) de salário e tributação dos bilionários.

Organização: Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo **Calendário (em definição):**

Abril – Lançamento

14 a 17 de abril – Curso de Formação de Formadores e Formadoras sobre o Plebiscito
Abril a setembro – Ações diversas de mobilização e agitação dos dois temas Junho a setembro
– Período de coleta de votos (em definição)

Campanha permanente da CUT pela redução da Jornada sem redução de salários: articular com ações do plebiscito e da 17ª Plenária Nacional da CUT como forma de potencializar esse debate estratégico e fortalecer a ação da CUT nos seus espaços de atuação e na sociedade.

AÇÃO ESTRATÉGICA: CAMPANHA PERMANENTE DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA

Objetivo: Realizar um grande debate sobre a sustentabilidade política e financeira da CUT ao longo do ano de 2025, em especial nos processos da 17ª Plenária Nacional da CUT, destacando as finanças da CUT como ação política e responsabilidade coletiva das entidades filiadas.

AÇÕES TEMÁTICAS (ações já em desenvolvimento em estágios diferentes de execução)

Conferências e Conselhos de Políticas Públicas

Orientação: Garantir a participação da CUT nas Conferências prioritárias tendo como diretriz norteadora as resoluções da CUT

Campanha permanente pela redução da taxa de juros #MenosJurosMaisEmpregos

Orientação: Manter a campanha permanente da CUT #MenosJurosMaisEmpregos e pelo fim da autonomia do Banco Central com a realização de diversas ações em todo o país nas redes e nas ruas, em especial com atos durante as reuniões do COPOM seguindo as orientações da Direção Executiva da CUT

Fórum do BRICs Sindical

Orientação: Participa dos debates e ações do Fórum do BRICs Sindical orientado pelas resoluções da CUT

GT sobre inteligência artificial e transição tecnológica

Orientação: Organizar as ações e elaborações da CUT nessa área; acompanhar o debate sobre esse tema no parlamento; elaborar sugestões de atuação da CUT para o tema com objetivo de contribuir com a ação da CUT na defesa de trabalho decente diante das transformações tecnológicas em curso.

GT sobre transição energética

Orientação: Organizar as ações e elaborações da CUT nessa área; acompanhar o debate sobre esse tema no parlamento; elaborar sugestões de atuação da CUT para o tema com objetivo de contribuir com a ação da CUT na defesa de trabalho decente diante das transformações energéticas em curso e articular a ação com estaduais e Ramos da CUT.

Acordo UE/MERCOSUL

Orientação: acompanhar os debates acerca desse tema e elaborar sugestões para a ação da CUT.

Campanha permanente pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário

Orientação: Reafirmar o compromisso histórico da CUT expresso em resolução política aprovada pela Direção Executiva Nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e apoio à PEC pelo fim da escala 6x1 sem prejuízo de direitos da redução da jornada já conquistados por algumas categorias por meio da negociação coletiva e de lutas históricas travadas pelo movimento sindical. A CUT orienta os sindicatos que ainda não conquistaram o fim da escala 6x1 a buscarem por meio da negociação e acordos coletivos essa conquista para todas as categorias profissionais. Retomar de forma permanente a CAMPANHA NACIONAL TRABALHAR MENOS, TRABALHAR TODOS, e reforçar a defesa dessa pauta nos espaços de atuação nos locais de trabalho, nos territórios, nas comunidades, nos Comitês de Luta, nas Brigadas Digitais e nas redes sociais, como parte da luta estratégica por trabalho decente, por direito ao descanso e ao lazer, e por vida digna.

Campanhas salariais

Orientação: reforçar o diálogo permanente com os Ramos da CUT para acompanhamento e construção de ações articuladas que potencializem as campanhas salariais e as pautas das categorias, com o objetivo de reforçar as conquistas de direitos conquistadas por meio das campanhas salariais e da negociação coletiva, defender os ataques para retirada de direitos já conquistados e avançar em práticas exitosas de mobilização e de organização desenvolvida pelos Ramos.

Projetos fundamentais aos interesses da classe trabalhadora e em torno dos quais a CUT mobilizará suas bases em 2025

Orientação: reforçar as ações de trabalho de base em defesa de projetos e/ou políticas públicas com forte impacto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, tais como a isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais por mês; o crédito consignado para trabalhadores do mercado formal de trabalho; regulação do trabalho por aplicativo; fortalecimento da negociação coletiva e a regulamentação da Convenção 151 da OIT.

Brigadas Digitais da CUT

Orientação: As Brigadas Digitais são parte de uma estratégia de formação, organização, comunicação e mobilização da CUT para atuar na defesa dos direitos da classe trabalhadora no território digital, contribuindo para a divulgação das ações desenvolvidas pela CUT e suas entidades filiadas e contribuindo para as lutas populares. Desta forma, todas e todos os cutistas devem participar das Brigadas Digitais. Nossa meta é que até a 17ª Plenária Nacional da CUT, 50% das entidades filiadas já tenham sua Brigada Digital constituída, cadastrada no site www.brigadas.cut.org.br e estejam atuando nas ações convocadas pela CUT.

CALENDÁRIO GERAL DE MOBILIZAÇÕES 2025

ABRIL

08 – Lançamento da Jornada Nacional de Lutas da Classe Trabalhadora

23 e 24 – Fórum do BRICS Sindical – Brasília/DF

29 – Marcha da Classe Trabalhadora à Brasília

MAIO

1 – Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Atos estaduais e locais

14 a 17 – 5º Congresso da CSA – República Dominicana

SETEMBRO

07 – Grito dos Excluídos/Plebiscito pela Redução da Jornada de Trabalho e por Justiça Tributária

OUTUBRO

14 a 17 - 17ª Plenária Nacional CUT

NOVEMBRO

10 a 21 – COP 30 – Belém/Pará

25 – Marcha das Mulheres Negras – Brasília/DF

10. MOÇÕES

1) MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO SOLIDARITY CENTER

Nós, delegados e delegadas do X Congresso da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT, manifestamos por meio desta moção nosso total apoio e solidariedade ao Solidarity Center, parceiro imprescindível na defesa dos direitos dos trabalhadores. Diante dos recentes decretos impostos pelo imperialismo do governo Trump, que atingiram diretamente as bases da nossa cooperação internacional, reafirmamos nosso compromisso com a luta de classes e com a construção de um movimento sindical forte e unificado.

Reconhecemos que o Solidarity Center tem sido um pilar fundamental na articulação de estratégias e na mobilização dos trabalhadores, não apenas no Brasil, mas em escala global. É inaceitável que medidas autoritárias e regressivas possam prejudicar essa importante rede de apoio, que historicamente tem promovido a emancipação e a justiça social.

Diante deste cenário, conclamamos todos os sindicatos, organizações de trabalhadores e a sociedade em geral a fortalecerem os laços de cooperação internacional, a resistirem às investidas do imperialismo e a manterem acesa a chama da luta sindical. É urgente que, juntos, possamos construir uma frente de resistência capaz de garantir condições dignas de trabalho, de promover a justiça social e de ampliar a solidariedade entre os povos.

Que esta moção sirva como um instrumento de união e de fortalecimento das lutas que visam a transformação da realidade dos trabalhadores, reafirmando nosso compromisso inabalável com a justiça, a igualdade e a liberdade para todos.

Viva a luta sindical! Viva a solidariedade internacional!

Sindiquímica/PE

2) MOÇÃO DE APOIO AO BREQUE NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS POR APLICATIVOS

Os delegados e delegadas do 10º Congresso Nacional da Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ-CUT) manifestam total apoio à Greve Nacional dos Entregadores por Aplicativos, prevista para os dias 31 de março e 1º de abril.

A mobilização, que já conta com a adesão de trabalhadores de todos os estados do país, é um movimento legítimo e espontâneo em defesa de condições justas de trabalho da categoria que hoje já soma 600.000 trabalhadores. Atualmente, os entregadores enfrentam precarização extrema, lidando diariamente com riscos, jornadas exaustivas e a ausência de direitos básicos, enquanto as empresas de aplicativos continuam lucrando sem oferecer qualquer respaldo àqueles que garantem a execução do serviço.

Dentre as principais reivindicações da greve, destacamos:

- ✔ Taxa mínima de R\$ 10 por entrega;
- ✔ Aumento do valor por quilômetro rodado de R\$ 1,50 para R\$ 2,50;
- ✔ Limitação do raio de atuação das bicicletas a 3 km;
- ✔ Pagamento integral por pedidos agrupados.

O 10º Congresso da CNQ-CUT se soma à luta dos entregadores e reforça a necessidade urgente de regulamentação do setor, garantindo direitos, segurança e dignidade para esses trabalhadores e trabalhadoras essenciais.

Seguiremos firmes na defesa da justiça social e do trabalho decente!

#BrequeDosApps

#RegulamentaçãoJá

#DireitosParaOsEntregadores

#CUT

#CNQ

#LutaPorJustiça

Sindiquímica/PE

3) MOÇÃO – PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E PELO FIM DA ESCALA DE TRABALHO 6X1

A luta pela redução da jornada de trabalho, que implica o fim da escala 6X1 e de outras formas abusivas de organização laboral, como as exaustivas 10X1, 15X1, etc., impacta diretamente a vida das mulheres. Isso porque elas continuam, em sua maioria, acumulando triplas jornadas de trabalho: o emprego formal; o trabalho doméstico e os cuidados com a família.

Estudos demonstram que as mulheres dedicam, em média, mais do que o dobro do tempo dos homens ao trabalho não remunerado. Segundo a OIT – Organização Mundial do Trabalho, as mulheres realizam 76,2% do total de horas de trabalho de cuidado não remunerado no mundo, o que equivale a cerca de 4 horas e 25 minutos por dia, enquanto os homens dedicam apenas 01 hora e 23 minutos.

No Brasil, essa disparidade é ainda mais evidente, as mulheres gastam mais de 21 horas semanais com afazeres domésticos, em comparação, com cerca de 11 horas dos homens, de acordo com o IBGE, além disso, as mulheres gastam mais tempo com o deslocamento diário, em comparação com os homens.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é um passo fundamental para redistribuir o tempo e garantir que as mulheres possam acessar outras dimensões de vida, como, participar da vida comunitária e política; estudar e investir na própria formação profissional; ter acesso ao lazer, arte e cultura; praticar atividades físicas e cuidar da saúde física e mental; explorar a cidade, viajar, fortalecer os laços familiares e descansar.

Reafirmamos que “tempo é fator de desenvolvimento humano”, e isso se torna cada vez mais urgente. O trabalho remunerado é essencial, mas, ter qualidade de vida também é. Pesquisas apontam que jornadas reduzidas melhoram a saúde física e mental das pessoas, aumentam a produtividade no trabalho e fortalecem uma distribuição mais equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado.

A redução da Jornada possibilitará o trabalho e o emprego decente e poderá promover a criação de novos empregos e, com isso, contribuir para a ampliação da presença das mulheres na força de trabalho: atualmente as mulheres são maioria entre as pessoas desempregadas, especialmente as mulheres negras.

O aumento do emprego criaria condições para expandir a formalização e reduzir a informalidade que atualmente abrange quase 50% da população ocupada. Assim, a luta pela redução da jornada de trabalho também visa gerar mais e melhores empregos, com direitos e proteção social, sendo um caminho para superar as altíssimas taxas de informalidade e de empregos precarizados.

Por isso, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o fim da escala 6X1 devem estar no centro das lutas sindicais do nosso tempo. Lutar por isso não é apenas uma questão trabalhista, mas, uma questão de justiça social e igualdade étnicorracial e de gênero.

Coletivo de Mulheres da CSD – CUT Socialista e Democrática

DIREÇÃO DA CNQ/CUT – MANDATO 2025/2029

NOME	SECRETARIA	ENTIDADE SINDICAL
1. Geralcino Santana Teixeira	Presidência	Químicos e Plásticos SP
2. Márcio de Paula Cruz	Vice-Presidência	Papeleiros de Mogi SP
3. Airton Cano	Finanças/Administração	Químicos do ABC
4. Arthur Ragusa Guimarães	Geral	Petroleiros Unificados SP
5. Edielson dos Santos Souza	Relações de Trabalho	Químicos e Plásticos SP
6. Elaine Alves Nascimento Blefari	Relações Internacionais	Químicos e Plásticos SP
7. Edilene Nascimento Moraes	Mulher Trabalhadora	Químicos do ABC
8. José Deves Santos da Silva	Política Sindical	Químicos e Plásticos de SP
9. Lucíola Conceição Santos Semião	Políticas Sociais	Sindiquímica BA
10. Kelli Cristina Ferreira Silva	Meio Ambiente	SINTIEBEM AM
11. Jorge Alves Pinho	Comunicação e Imprensa	QUIMSULF RJ
12. Antônio Carlos Pereira	Saúde do Trabalhador	Sindipetro NF RJ
13. Francisco Sales Vieira	Formação Sindical	Químicos do ABC
14. Quelle Garcia Olímpio	Juventude Trabalhadora	Sindiquímica Belford Roxo RJ
15. Anderson dos Santos Medeiros	Regional Sul	Sindipetro RS
16. Isabel Cristina Bento Moura Dias	Regional Sudeste 1	Papeleiros Piraí RJ
17. Luciano José da Silva	Regional Sudeste 2	Vidreiros RJ
18. Suzana dos Santos Teixeira	Regional Norte	Plásticos de Manaus AM
19. Thiago Franco Rios	Regional Nordeste	Sindiquímica BA
20. Álvaro Luiz da Silva Alves	Setorial Minérios	Sindimina SE
21. Lourival Rodrigues dos Anjos Junior	Setorial Papel e Celulose	SINTREXBEM BA
22. Elizabete de Jesus Sacramento	Setorial Petróleo	Sindipetro BA
23. José Fernando da Silva	Setorial Vidros	Vidreiros de SP
24. Josué Pereira da Purificação	Setorial Borracha	Sindiborracha Camaçari BA
25. Nilson Mendes da Silva	Setorial Farmacêutica	Químicos e Plásticos SP
26. Reinan Santos de Araújo	Setorial Petroquímica e Fertilizantes	Sindiquímica BA
27. Paulo Souza Bezerra	Setorial Química e Plástico	Sindiquímica PE
28. Herson Fraga Tavares de Jesus	Suplente da Direção	Perfumistas RJ
29. Ivonei Arnt	Suplente da Direção	Sindipólo RS
30. João Salino da Silva Neto	Suplente da Direção	Químicos do ABC
31. João N. do Carmo Santos	Suplente da Direção	Sindiquímica BA
32. Márcia Cristina da Silva Leon	Suplente da Direção	Papeleiros Três Lagoas MS
33. Márcia Dias de Lima	Suplente da Direção	Químicos e Plásticos SP
34. Inajara Pontes Menezes	Suplente da Direção	Petroleiros Unificados SP
35. Francisco Brito de Freitas	Conselho Fiscal - Titular	Plásticos de Manaus AM
36. Rosa Dias Trindade	Conselho Fiscal - Titular	Químicos e Plásticos SP
37. Regiane Souza Machado Gomes	Conselho Fiscal - Titular	Químicos e Plásticos SP
38. Sílvia Ribeiro da Silva	Conselho Fiscal - Suplente	Químicos do ABC
39. Luciana Maria Costa Silva	Conselho Fiscal - Suplente	Sidiquímica PE
40. Maicon Queiroz Borges	Conselho Fiscal - Suplente	Sindiquímica BA